

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Dissertação de Mestrado

# **LUGARES DE CRIANÇA**

***Shopping Centers e o disciplinamento dos corpos infantis***

**Karyne Dias Coutinho**

Orientador:  
Alfredo Veiga-Neto

Linha de Pesquisa:  
Estudos Culturais em Educação

Porto Alegre – RS  
2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

# **LUGARES DE CRIANÇA**

***Shopping Centers e o disciplinamento dos corpos infantis***

**Karyne Dias Coutinho**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/FACED/UFRGS), em cumprimento a exigências parciais para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Estudos Culturais em Educação.

Orientador: Alfredo Veiga-Neto

Porto Alegre – RS  
2002

**C8711 Coutinho, Karyne Dias**

**Lugares de criança : shopping centers e o disciplinamento dos corpos infantis / Karyne Dias Coutinho. - Porto Alegre : UFRGS, 2002.**

f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2002.

1. Shopping centers - Espaços infantis. 2. Recreação - Shopping Centers - Criança. 3. Estudos culturais I. Título.

**CDU - 371.382-053.2:658.6**

---

Bibliotecária: Jacira Gil Bernardes – CRB-10/463

*A infância é algo que nossos saberes, nossas práticas e nossas instituições já capturaram: algo que podemos explicar e nomear, algo sobre o qual podemos intervir, algo que podemos acolher. A infância, desse ponto de vista, não é outra coisa senão o objeto de estudo de um conjunto de saberes mais ou menos específicos, a coisa apreendida por um conjunto de ações mais ou menos tecnicamente controladas e eficazes, ou a usuária de um conjunto de instituições mais ou menos adaptadas às suas necessidades, às suas características ou às suas demandas. Nós sabemos o que são as crianças, ou tentamos saber, e procuramos falar uma língua que as crianças possam entender quando tratamos com elas, nos lugares que organizamos para abrigá-las.*

(Larrosa, 1999:184)

## *AGRADECIMENTOS*

---

Meus agradecimentos são para todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, “apareceram” quando eu precisei – certamente essas pessoas muito contribuíram não apenas para a realização deste trabalho, mas também para a minha chegada e permanência em Porto Alegre. Não vou citar seus nomes, não por medo de esquecer alguma dessas pessoas (impossível esquecê-las), mas simplesmente porque *eu sei* que todas *elas sabem* que há um pouco de cada uma delas neste trabalho. Minha relação com essas pessoas transcendeu qualquer tipo de conexão que nos aproxima (elos familiares, elos de amizade, elos acadêmicos) para transformar-se, casualmente, e acima de tudo, em laços afetivos. E se *eu sei* e se *elas sabem*, não há porque dizer. Há vezes que as palavras não cabem, não são compatíveis com o que se deseja expressar. Por mais que tentem, por mais que sejam ditas, por mais que se articulem para dizer, elas não dizem – pelo menos não da forma como eu queria que elas dissessem. É por isso que o sentimento, o que eu sinto ao agradecer a todas essas pessoas, e a cada uma em especial, não será expresso, aqui, por palavras. Neste momento, o desejo que eu tenho de que essas pessoas se reconheçam e se recolham nesse agradecimento só pode ser garantido por meio do meu silêncio. Para agradecer a todas essas pessoas que sabem do que eu estou tentando falar, eu me calo. Não por falta de palavras, mas tão somente porque elas jamais conseguiriam...

É de praxe, na “conclusão” de um trabalho como este (que ora apresento) agradecer a familiares, a amigos, a orientadores, a colegas. E para que eu não seja mal entendida ao tomar a decisão de não citar nomes, quero dizer a essas pessoas que motivos eu tenho – de sobra – e que palavras eu também tenho – e muitas – para agradecer. Eu poderia dizer essas palavras, palavras de peso, repletas de significado. Mas prefiro mesmo que elas sejam leves, tão leves que possam flutuar, e que possam,

enfim, desaparecer, para dar vez ao vazio, ao silêncio. É no silêncio que quero agradecer, exatamente porque é no silêncio que as coisas mais bonitas e mais sinceras podem ser sentidas.

9	<b>RESUMO</b>
10	<b>ABSTRACT</b>
11	<b>OS PRIMEIROS FIOS TRAMADOS</b>
11	O ponto de partida...
16	Sob que perspectiva?
27	<b>OS SHOPPING CENTERS</b>
27	À guisa de apresentação
29	Uma “história” do <i>shopping center</i>
32	<i>Self-service</i> : o <i>shopping center</i> e a liberdade de consumir
36	<i>Shopping center</i> : uma invenção moderna?
45	<b>OS CENÁRIOS</b>
45	“A mudança levou tempo por ser tão veloz” A cidade de Porto Alegre: o cenário mais amplo
53	“A violência é tão fascinante... E nossas vidas são tão normais”
55	“Sorria! Você está sendo filmado!”
68	“Você sabe o que é melhor para você” O <i>Shopping Center</i> Iguatemi
71	“Onde a vida acontece” O <i>Shopping Center</i> Praia de Belas

<b>74</b>	<b>OS LUGARES DE CRIANÇA</b>
<b>81</b>	As disciplinas e a arte da individualização
<b>88</b>	A fabricação da infância moderna
<b>95</b>	<b>OS ESPAÇOS CERC(E)ADOS</b>
<b>96</b>	<i>O Clube da Criança</i>
<b>100</b>	A cerca
<b>105</b>	A disposição das coisas
<b>113</b>	Os equipamentos eletrônicos
<b>129</b>	As funções dos espaços infantis
<b>144</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>
<b>152</b>	<b>ANEXOS</b>

A partir da perspectiva pós-estruturalista e de uma aproximação entre dois referenciais – o campo dos Estudos Culturais e a abordagem foucaultiana – este estudo traz como principal cenário a instituição *shopping center*. De forma geral, discuto, nessa Dissertação, os lugares que estão sendo destinados às crianças em *shopping centers*, especialmente nos empreendimentos denominados Iguatemi e Praia de Belas, ambos situados na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil.

O foco mais específico deste estudo está nos espaços infantis que são estrategicamente montados, dentro de *shopping centers*, para “abrigar” crianças de dois a dez anos enquanto suas famílias envolvem-se em outras atividades.

Interessou-me ver, em especial, como tais espaços infantis são organizados, como são codificados e de que forma a organização e a codificação desses espaços acabam por distribuir os vários elementos constituintes desses (e constituídos nesses) mesmos espaços. Em suma, interessou-me ver, nessa Dissertação, que práticas disciplinares são colocadas em funcionamento *nos e pelos* lugares de criança dos *shopping centers*.

From a poststructuralist perspective and closeness between two points of reference – Cultural Studies field and Foucault’s approach – this study has as its main setting the *shopping centre*. In general, I discuss in this dissertation the places designed for children at *shopping centres*, especially those called Iguatemi and Praia de Belas, both located in Porto Alegre, RS, Brazil.

The most specific focus of this study lies on the children spaces that are strategically built in *shopping centres* in order to ‘receive’ two to ten-year-old children as their families are involved in other activities.

I am concerned with how these children spaces are organised, how they are coded and in which way organisation and codes for these spaces end up distributing many constituent elements from/within these spaces. In short, in this dissertation I am concerned with seeing which disciplinary practices have worked at/by *shopping centres*’ children places.

*O ponto de partida...*

*Educação de crianças*: temática com a qual estive envolvida a partir do meu ingresso no curso de Magistério e que, desde então, provocou em mim uma sensação curiosa de tentar entendê-la, explicá-la, capturá-la. Percebo, agora, que tal tentativa não se construiu por acaso. Ela está inserida numa complexa rede de discursos e práticas que traduzem a lógica moderna *na, pela e através da* qual o mundo vem sendo organizado. Como produto que sou desta lógica, projetei, em minha trajetória acadêmica e profissional, a busca de descrições que explicassem as crianças em sua “profundidade”, a fim de encontrar elementos que me permitissem “descobrir” a melhor forma de educá-las.

Dentre as várias características que a Modernidade apresenta, talvez a que mais tenha se infiltrado em minha formação seja exatamente esta de tentar *desvendar* os sujeitos. Em busca de uma suposta estabilidade e um suposto ordenamento das coisas, a Modernidade almeja alcançar – e trabalha em função disto – um pleno entendimento do mundo, descrevendo-o em suas faltas e déficits, a partir de determinadas interpretações feitas sempre em comparação com um modelo ideal de vida que inventou e a que pretende chegar. Lógica esta que, entre outras coisas, aspira à constituição de um sujeito coerente, autônomo, livre, não fragmentado, que busca sua “felicidade” e a melhoria da qualidade de sua vida na descoberta – e, portanto, na descrição – de sua “essência”.

Situada no interior dos discursos modernos, minha pretensão era a de também entender a “essência infantil” que supostamente caracterizaria todas as crianças com

as quais eu trabalhava. Para isso, eu tentava encontrar nos fundamentos teóricos – principalmente nos da área *Psi* – formulações, explicações e/ou demonstrações que me “guiassem” enquanto professora. Exatamente porque se tratava de conhecimento científico, ele já carregava consigo certa legitimidade. Portanto, o que eu procurava, ao recorrer às fundamentações, eram justificativas para o meu trabalho e não para as explicações, visto que estas, por si só, se bastavam. A idéia moderna de que as “verdadeiras” convicções epistemológicas não necessitam ser justificadas perpassou boa parte de minha formação acadêmica e profissional. E, de forma bastante genérica, eu tendia quase sempre a reduzir todas as crianças a uma única e considerada “suficiente” formulação sobre o complexo “comportamento infantil” – tão rigorosamente descrito por determinadas vertentes paradigmáticas. A pergunta era *o que é* o ser criança (o infantil), na tentativa de encontrar *a* definição que mais pudesse ser capaz de capturar e fixar o sentido disso que chamamos de criança, como se fosse possível existir uma formulação final precisamente descrita com a utilização de um único conjunto de palavras que, enfim, levasse a questão a um acordo, a um consenso geral. E mesmo quando envolvida com discursos característicos por levantarem a bandeira da diversidade, afastando-me de uma concepção genérica de criança – ou seja, considerando as diferentes condições sócio-econômicas, as diferentes histórias de vida, as diferentes “realidades” dos diferentes alunos – eu, ainda assim, continuava a me valer de uma única e considerada verdadeira compreensão do mundo e do comportamento infantil – descrita por esses discursos de forma muito bem articulada e estruturada.

Se esta breve introdução parece, digamos, um tanto “confessional” é somente para que eu possa, de certa forma, acertar as contas comigo mesma. E também para esclarecer, já de início, que não falo de um lugar superior a partir do qual eu tenha encontrado, agora sim, a verdadeira forma de pensar. De maneira alguma poderia eu achar que, ao entender as coisas do mundo sob uma outra perspectiva, me tornaria imune aos discursos e às práticas pelas quais também sou constituída. Sou parte do próprio circuito do qual falo. A diferença é que agora, passando a entender a “razão” não mais como algo anterior aos fenômenos, mas sim como contingente, fabricada, construída, procuro situar minhas análises no exterior da racionalidade desse circuito. Sem ser a melhor, a mais correta ou a mais adequada, esta é apenas uma forma de entender as coisas. Dentre as tantas outras que existem, foi a que escolhi.

Embora me reconhecendo como constituída por esse *ethos* moderno, o trabalho que realizei aqui se afasta daquele meu empreendimento anterior de decifrar e conceituar a assim chamada *natureza infantil*. Na perspectiva a partir da qual desenvolvi esta Dissertação, a própria idéia de *natureza infantil* é posta em questão. Como bem afirma Foucault (1995:232), “a conceituação não deveria estar fundada numa teoria do objeto – o objeto conceituado não é o único critério de uma boa conceituação. Temos que conhecer as condições históricas que motivam nossa conceituação”. Nesse sentido, afasto-me dessa necessidade moderna de conceituar e de entender os conceitos como verdades inquestionáveis sem levar em conta as formas pelas quais chegamos a elas.

A partir da abordagem pós-estruturalista e envolvida com a leitura da obra de Michel Foucault, optei por direcionar meu olhar ao estudo do que pode ser chamado de *disciplinamento dos corpos infantis*. Visto que, de acordo com a compreensão foucaultiana, a disciplinarização está no cerne de todo o projeto moderno, foi preciso delimitar, então, de que forma e em que local específico este estudo iria ser realizado.

Inicialmente, tinha a intenção de realizá-lo em instituições escolares, mais especialmente em classes de Educação Infantil, a partir de uma análise acerca do lugar que o corpo da criança ocupa nessas salas de aula e nas práticas pedagógicas que nelas são desenvolvidas e de que forma se dá o disciplinamento desse corpo para agir de determinada maneira nas séries seguintes e em determinados locais dentro e fora da escola – não simplesmente o que esse corpo faz, mas o que ele faz a partir do que é impelido a fazer. Nesse sentido, eu tomaria alguns aspectos da rotina e do currículo da Educação Infantil como elementos de análise, a saber: organização espacial – como o espaço age em sua disposição e/ou como as crianças e professoras agem nesse espaço –; distribuição do tempo – para que se produza mais, garantindo uma boa e eficiente utilização do tempo e uma grande quantidade de aprendizagens – atividades desenvolvidas, entre outros.

Cada vez mais imersa no estudo do referencial que subsidia a escrita desta Dissertação, pude ampliar o entendimento que tinha de “Pedagogia”, passando a perceber que a escola, apesar de ser considerada como o local privilegiado para a realização de atividades de cunho pedagógico, é apenas um dos espaços – talvez o mais poderoso, além de ser visto, normalmente, como o mais legítimo – em que se dá a produção de saberes e, conjuntamente, de poderes. Talvez em função do próprio

estatuto de legitimidade que a escola granjeou, ela tenha sido fundamentalmente objeto de tantas análises, sob diferentes perspectivas. No entanto, a ampliação de meu entendimento acerca do termo Pedagogia permitiu-me pensar na análise do disciplinamento dos corpos infantis para além dos muros da instituição escolar. Nesse sentido, procurei focalizar minha intenção de estudo acerca dessa temática em outras instâncias culturais – que não a escola – e que dispõem de espaços especialmente construídos para “abrigar” as crianças.

Feita a escolha pelo afastamento da escola enquanto instituição – o que não significa, absolutamente, afastar-me de questões prioritariamente pedagógicas da educação de crianças – restava a mim decidir que instância cultural eu tomaria como local para a análise que pretendia realizar. Passei, então, a pensar em outros espaços freqüentados por crianças, que já dispõem de um ambiente previamente organizado para elas – consultórios médicos, parques infantis, supermercados, algumas lojas, clubes recreativos, entre outros. Neste universo de possibilidades, que vem rapidamente se proliferando, optei por realizar meu estudo especificamente em dois *shopping centers* da cidade de Porto Alegre e fazer a análise de um espaço estrategicamente montado dentro desses *shoppings* para “guardar” as crianças enquanto suas famílias, normalmente, saem às compras ou realizam outras atividades diversas.

A opção por estudar o disciplinamento dos corpos infantis no *shopping center* deu-se, entre outros motivos, devido ao fato de este ser um ambiente cultural em que a atividade comercial – o motivo primeiro de sua existência – está associada a várias outras atividades paralelas que, do ponto de vista administrativo, são destinadas a servirem como atrativo para o consumo e como garantia da permanência prolongada dos consumidores dentro do *shopping*. O objetivo principal da maioria dos *shopping centers* é a venda de mercadorias. Nesse sentido, o entretenimento estaria agregado ao comércio varejista na intenção de melhor atingir a meta de venda de produtos e serviços. Além desse tipo mais conhecido de organização comercial, cabe ressaltar o crescente surgimento de *shopping centers* especializados cuja premissa básica é o entretenimento. O objetivo, nesses novos formatos de *shopping*, continua sendo a venda de mercadorias; mas, nesse caso, há um deslocamento da venda de produtos e serviços para a venda de lazer e diversão. No entanto, independente da estrutura do empreendimento, o entretenimento é enfatizado tendo como propósito principal atrair

os compradores – seja de bens físicos, seja de diversão – e aumentar o tempo de visita dos mesmos (Hirschfeldt, 1986).

Os cinemas, as exposições de arte, os eventos programados em datas comemorativas – Natal, Dia das Crianças, etc.<sup>1</sup> –, os concertos musicais, as feiras, os jogos eletrônicos e os parques temáticos infantis<sup>2</sup> são bons exemplos de “áreas/atividades de lazer” dedicadas à diversão dos frequentadores de *shopping centers*. Além dessas atividades – cuja realização se dá no espaço interno do *shopping*, mas que não fazem parte do espaço físico dos estabelecimentos comerciais – podemos incluir, ainda, aquelas atividades que se realizam dentro das lojas cuja atmosfera propicia algum tipo de entretenimento como, por exemplo, livrarias, lojas de jogos eletrônicos, de brinquedos ou lojas de discos e instrumentos musicais, em que os clientes têm a oportunidade de “interagir” com os produtos<sup>3</sup>. Ao se aliar o comércio com atividades tidas como “culturais”, dá-se a constituição de um novo espaço em que a “cultura” estaria a serviço da função prioritariamente comercial por ser vista como um complemento ao esforço promocional de um *shopping*.

Mas o que considero interessante salientar é que, mais do que contribuir para um maior fluxo de clientes e, conseqüentemente, para um melhor resultado das vendas e do faturamento dos lojistas, estas atividades paralelas – entendidas como estratégias promocionais relacionadas à necessidade de se ter um local onde “aconteça de tudo” – acabam por produzir não apenas um tipo de consumidor que satisfaça às exigências do mercado, como também um determinado tipo de sujeito que se enquadre aos códigos de normalização do mundo contemporâneo.

Com relação à constituição de sujeitos consumidores, Canclini (1996:59) enfatiza o caráter relacional do consumo com a cultura, salientando a função ordenadora e reguladora que o consumo apresenta. “Consumir é tornar mais

---

<sup>1</sup> Canclini (1996:58) refere-se a essas datas comemorativas como rituais organizadores da vida social e salienta que podemos associar os gastos – operados pelo consumo – com esses rituais e celebrações, “não só porque uma data justifique moralmente o gasto, mas também porque neles ocorre algo através do qual a sociedade busca se organizar racionalmente. (...) Os rituais eficazes são os que utilizam objetos materiais para estabelecer o sentido e as práticas que os preservam”.

<sup>2</sup> Com relação aos parques temáticos infantis, ver anexo 1.

<sup>3</sup> A título de exemplo, cito a *Livraria Saraiva Mega Store* e a *Ri Happy* loja de brinquedos. Esta última é uma das maiores redes de lojas de brinquedos do país, com 51 estabelecimentos em *shopping centers* espalhados por cinco estados. “Mistura de loja de brinquedos com parque de diversões, a *Ri Happy* descobriu a fórmula mágica para encantar crianças e potencializar lucros. (...) Assistimos a escândalos diários de crianças que não querem deixar os brinquedos e sair das lojas” (Sayon, 2000:1).

inteligível um mundo onde o sólido se evapora. (...) É nesse jogo entre desejos e estruturas que as mercadorias e o consumo servem também para ordenar politicamente cada sociedade. O consumo é um processo em que os desejos se transformam em demandas e em atos socialmente regulados.” Os cenários do consumo – no caso deste estudo, os *shopping centers* – podem, assim, ser entendidos como o lugar onde acontece a seleção e a fixação de determinados significados – e não quaisquer significados – que regulam a vida de certos grupos. Nesse sentido, entendo o *shopping center* como uma instância cultural na medida em que este é um espaço de produção social que expressa, através de diversos mecanismos de sua organização e de seu funcionamento, determinados valores, regras, normas e códigos pelos quais seus freqüentadores interiorizam certos modos de agir.

Portanto, a escolha por estudar o disciplinamento dos corpos infantis em *shopping centers* está associada à idéia de que podemos entender o *shopping* como uma instância cultural. Permitir que crianças também tenham lugares nessa instância significa, pois, inseri-las num amplo espaço codificado para, de certa forma, ensiná-las, desde pequenas, a corresponderem a certos códigos.

### ***Sob que perspectiva?***

Como brevemente referi na seção anterior, minha decisão em desenvolver este estudo foi influenciada por minha aproximação com uma perspectiva de pesquisa que muitos chamam de pós-estruturalista. Também referi que foi a partir dessa aproximação que passei a entender a razão como parte contingente de nossas invenções, o que me permitiu desenvolver algumas análises que pretendem estar no exterior de determinadas racionalidades. Na medida em que eu situo esse estudo numa perspectiva “externalista” de pesquisa (Veiga-Neto, 1995), considero interessante explicitar um pouco mais o que significa esse caráter de exterioridade a que me refiro. Penso que a melhor forma de fazer isso talvez seja eliminando algumas possibilidades, isto é, enfatizando exatamente o que uma análise externalista

não é<sup>4</sup>. Para começar, podemos referir que uma análise externalista não está filiada a um enquadramento nem teórico nem metodológico. Nesse sentido, quero afirmar que este estudo não foi realizado a partir de uma idéia moderna de pesquisa que pretende definir e classificar, em categorias já estruturadas, os objetos/elementos que examina.

Com relação a uma abordagem moderna de pesquisa (e à minha decisão em não situar este estudo nesta abordagem), quero fazer algumas considerações. Inicialmente, é preciso dizer que, tendo como pressuposto geral que o mundo, por si, é naturalmente subdividido em categorias distintas que podem – e devem – ser ordenadas, o projeto moderno se sustenta na idéia da estruturação. Atribuir uma determinada estrutura ao mundo implica em nomear, descrever/definir e classificar seus elementos, visando o desaparecimento de qualquer possível confusão que se possa fazer entre eles. Nesse sentido, a hierarquização e a ordenação – seguindo leis gerais que são tidas como capazes de “assegurar” a natureza objetiva das coisas – são pontos-chave que supostamente garantem a obtenção da segurança, das certezas e do controle de nossas próprias vidas. “A modernidade orgulha-se da fragmentação do mundo como sua maior realização. A fragmentação é a fonte primária de sua força. O mundo que se desintegra e se pletora de problemas é um mundo governável” (Bauman, 1999:20). Um mundo governável, que pode ser totalmente entendido, explicado e modificado, seguindo uma única linha de raciocínio.

No entanto, como alerta Bauman (ibid.), em nosso mundo contemporâneo, uma estranha ameaça às nossas convicções se faz tão mais paradoxalmente presente à medida que se obedece a uma maior rigorosidade na operação de organizar as coisas. A ameaça da desordem e da instabilidade assombra constantemente as afirmações categóricas que fazemos e a exatidão do nosso pensamento. Enfim, a “verdade” de que as coisas podem ser infalivelmente ajustadas a padrões bem definidos é colocada em risco pela própria vontade que temos de fixá-la.

Daí talvez venha aquela já conhecida afirmação de que o mundo moderno está em “crise”. E certamente está, se o que pretendemos é atingir um estado de perfeição, um ideal por excelência puro, primoroso, correto, único, incomparável,

---

<sup>4</sup> Lemert (1997) enfatiza que para melhor compreendermos o que significa o pós-modernismo, deveríamos começar dizendo que ele *não* é o que se pensa: “não somente não é o que você supõe que seja, como não é *primordialmente* algo que se pense que seja. De fato, uma das formas mais cruciais porque o pós-modernismo não é o que muitas pessoas pensam que ele seja é que ele não é *principalmente* (e com certeza não exclusivamente) uma forma de pensamento social”.

belo, requintado, preciso, irrepreensível, inquestionável, impecável, completo, enfim, sublime, que não poderia ser tirado de outro lugar senão do “Mundo das Idéias”<sup>5</sup>. Se é a este mundo que estamos pretendendo chegar – tão bem sustentado pelo pensamento platônico –, então, sim, podemos dizer que o nosso mundo está em crise. Mas essa “crise” pela qual nosso mundo tão bem idealizado está passando, talvez nada mais seja do que “um conjunto de mudanças culturais que têm como resultado o estabelecimento de novas percepções sobre a realidade e novas práticas sociais” (Veiga-Neto, 2000a:44).

Como resposta a essa “crise”, num jogo quase circular, outros discursos modernos vão sendo produzidos, numa incansável tentativa de explicar como o mundo *é* e como ele *deveria ser*. Na medida em que não há correspondência entre as coisas do mundo e as análises internalistas desses discursos, eles acabam também por produzir ainda mais a idéia de “crise”. Fadados a permanecerem em seus próprios enquadramentos (tanto teóricos quanto metodológicos), tais discursos tentam garantir uma certa legitimidade à idéia de que o projeto moderno propõe, acima de tudo, o progresso humano, de forma universal. São essas metanarrativas – assim denominadas por Lyotard (1988) – que, ao (re)inventarem a ilusão da totalidade do mundo, procuram recuperar, através de uma ação dialógica, as crenças, digamos, “sagradas” que as “boas intenções” modernas criaram.

Certezas incertas, precisões inexatas, verdades falseadas. A complexidade do mundo nos remete a uma busca incessante da ordem e nela depositamos a esperança de uma vida melhor. Ora, se o próprio desejo de fixação das nossas certezas – expresso também pela operação de seleção e distribuição de determinadas entidades – gera a desconfortável sensação de que vivemos muito próximos ao abismo, então, o sonho da harmonia cai por terra. Vivemos num mundo em que o desacordo e a incoerência são condições necessárias à busca de um suposto equilíbrio natural.

---

<sup>5</sup> A concepção/o entendimento do “Mundo das Idéias” foi criado por Platão n’*A República*, onde este pensador se utiliza da *alegoria da caverna* para expressar seu entendimento de que o mundo é dividido em dois: o mundo das coisas sensíveis – das aparências, do senso comum, das cópias, dos simulacros, da repetição, da crença, das ilusões, da *doxa*, da escuridão, da noite – e o mundo das coisas inteligíveis – da essência, da razão, dos modelos perfeitos, do saber, da ciência, do conhecimento demonstrável, da luz, do sol. Este segundo mundo é o “Mundo das Idéias”, um mundo que contém verdades inquestionáveis. É o mundo da perfeição a que todos nós deveríamos chegar. Nesse sentido, a Modernidade é fundamentalmente platônica. Com relação a isso, ver Droz (1997).

O ideal que a função nomeadora/classificadora [da Modernidade] se esforça por alcançar é uma espécie de arquivo espaçoso que contém todas as pastas que contém todos os itens do mundo – mas confina cada pasta e cada item num lugar próprio, separado (com as dúvidas que subsistam sendo esclarecidas por um índice de remissão recíproca). É a inviabilidade de tal arquivo que torna a ambivalência inevitável. E é a perseverança com que a construção desse arquivo é perseguida que produz um suprimento sempre renovado de ambivalência. (Bauman, 1999:10,11)

Podemos perceber o caráter paradoxal do projeto moderno, por exemplo, no momento em que ele propõe a fragmentação do mundo para que se dê a conquista da ordem e, contraditoriamente, ao mesmo tempo, aspira à constituição de um sujeito não fragmentado. De acordo com a perspectiva moderna, o sujeito é visto como naturalmente centrado em si mesmo, dotado de uma essência interior que pode e deve ser “trabalhada” – por processos pedagógicos – permitindo que determinadas características próprias dele possam, enfim, aflorar. A conquista da autonomia, da coerência, da plena consciência de si e do mundo e, portanto, a conquista da liberdade que supõe o encontro com a felicidade são algumas das pretensões modernas com relação ao sujeito. Tais pretensões acabam por se constituírem em uma exigência ao próprio sucesso do projeto da Modernidade na medida em que, sendo o sujeito livre de qualquer possível dominação autoritária imposta a ele, surgirá a oportunidade de, conscientemente, resgatar de seu “eu profundo” a tão almejada autodeterminação – imprescindível ao bom funcionamento do mundo “ordenado” e organizado disciplinarmente, visto que se autodeterminado, o indivíduo torna-se também autodisciplinado. E mais ainda: estas pretensões modernas são perpassadas pela idéia – disseminada e legitimada pela indústria cultural – de que são verdades às quais todos *têm* de, necessariamente, ter direito.

Se faço tais considerações acerca do projeto moderno e dos discursos produzidos no interior da razão moderna é apenas para dizer que assumir uma postura pós-estruturalista/pós-moderna<sup>6</sup> significa problematizar não a realidade em si (o que quer que isso seja), mas problematizar as formas pelas quais entendemos,

---

<sup>6</sup> Apesar de haver uma discussão acerca das diferenças entre os termos pós-estruturalista/pós-moderno, estou referindo-me a eles, aqui, como equivalentes. Com relação às singularidades próprias de cada termo, ver, entre outros, Huyssen (1992), Peters (2000) e Silva (1999b).

organizamos e vivemos isso a que chamamos realidade. Significa operar um deslocamento do entendimento de sujeito, que de transcendental passa a ser visto como construído – deslocamento da idéia de que o sujeito é constituído a partir de si para a idéia de que o sujeito é subjetivado culturalmente, que é constituído por (ao mesmo tempo em que é constituinte de) práticas culturais, intimamente imbricadas com relações de poder. Em outras palavras: ao invés de tentar primeiro entender algumas supostas características essenciais e intrínsecas ao sujeito para a partir delas explicar as práticas nas quais ele está envolvido, a perspectiva pós-estruturalista/pós-moderna, ao contrário, entende que o sujeito é também – no interior de relações de poder – constituído por essas próprias práticas e pelos respectivos discursos que as atravessam.

(...) ainda que abandone as grandes categorias iluministas – o Sujeito, a Razão, a Totalidade, o Progresso, etc. – o pós-moderno não se despede da racionalidade mas, antes, a subordina a um *a priori* histórico e, assim fazendo, desloca a razão *da* transcendência *para* a contingência. Ora, ao fazer esse deslocamento, o pós-moderno não filosofa *sobre* o mundo concreto, isso é, não parte do pensamento para entender o mundo. O que ele tenta fazer, então, é edificar um pensamento *a partir do* mundo ou daquilo que entendemos como sendo o mundo. (Veiga-Neto, 1995:14)

É na direção dessas considerações feitas sobre o que muitos chamam de perspectiva pós-estruturalista/pós-moderna de pesquisa que decidi realizar as análises (apresentadas nesta Dissertação) acerca do disciplinamento dos corpos infantis em *shopping centers*.

Além disso, é preciso dizer que este estudo pretendeu situar-se no amplo campo dos Estudos Culturais (de vertente pós-estruturalista), que se movimenta no entrecruzamento de diversas disciplinas. Mais do que interdisciplinar, é um campo anti-disciplinar que rejeita qualquer tipo de definição que se pretenda fixa e/ou exata. Tem como principal eixo de pesquisa os aspectos culturais da sociedade contemporânea em torno do qual se movimentam, circularmente, as mais variadas temáticas. Por tudo isso, talvez a instabilidade possa ser apontada como uma de suas principais características. De acordo com Costa (2000:34), “os Estudos Culturais

parecem ser intensamente permeáveis às mudanças históricas, à diversidade de ênfases problemáticas em diferentes momentos e geografias, e têm se caracterizado pelo debate amplo, pela divergência e pela intervenção”<sup>7</sup>.

Faço, nesta Dissertação, uma aproximação entre dois diferentes referenciais – o pensamento foucaultiano e o campo dos Estudos Culturais de vertente pós-estruturalista – que, apesar de dispersos entre si, apresentam alguns pontos em comum dos quais me utilizo a fim de mais amplamente problematizar as questões a que me propus estudar<sup>8</sup>. Com relação a essa possível aproximação, pode-se levar em conta que, tanto para um quanto para o outro referencial,

não há um modelo *a priori* de mundo, uma metanarrativa a nos guiar (...), para dar um “passo engajado”, o rumo não é determinado a partir de uma suposta estrutura de fundo ou de um final-feliz a ser atingido; cada passo é decidido pelo exame das condições históricas e das condições de possibilidade, todas elas condições que são deste mundo. (...) Em ambos os casos, está presente uma clara inconformidade, uma atitude explícita contra as condições do presente ou, no mínimo, desconfiada dessas condições. (Veiga-Neto, 2000a:48)

Além disso, “(...) ao colocar o poder no centro das significações e identidades culturais, esse campo [dos Estudos Culturais] abre uma frente para que se possa construir uma ponte com o pensamento de Foucault” (id., *ibid.*:40). Qualquer um dos dois referenciais em questão não parte de um entendimento de sujeito como aquele que simplesmente realiza e organiza as suas práticas; ao invés disso, entende que essas práticas – culturais, sociais, econômicas, políticas – têm a ver com a construção dos sujeitos e com a formação de suas maneiras de ser. É a partir desses engajamentos possíveis de se fazer entre esses dois referenciais que me envolvi num processo de desnaturalização de determinadas verdades referentes às práticas realizadas com crianças nos *shopping centers*, procurando entender que jogos de

---

<sup>7</sup> Sobre origem, institucionalização, formas e contexto histórico dos Estudos Culturais, seus autores e obras pioneiras e suas contribuições, bem como os principais deslocamentos operados por este abrangente e movido campo, entre outras coisas mais, ver Costa (2000) e Silva (1999a).

<sup>8</sup> Para uma discussão acerca das possibilidades de aproximação entre o pensamento foucaultiano e o campo dos Estudos Culturais, ver Veiga-Neto (2000a).

poder estão envolvidos na instituição de determinados significados, capazes de forjar certos jeitos de agir. Segundo Foucault (1995:231), seu trabalho teve como objetivo “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos”. Nesse sentido, a articulação de Michel Foucault com os Estudos Culturais pareceu-me tão mais necessária e produtiva na medida em que me propus a trabalhar – num espaço em que questões culturais estão “borbulhando” para serem pesquisadas – com certos dispositivos/mecanismos/tecnologias que estão envolvidos na produção dos sujeitos infantis contemporâneos.

Os Estudos Culturais entendem os processos culturais como intimamente conectados às relações sociais e envolvidos com relações de poder, de forma que a cultura, sob esse ponto de vista, deixa de ser definida como uma categoria que traduz o binarismo “alta cultura / baixa cultura” e passa a ser entendida de forma bem mais ampla como “uma luta entre modos de vida diferentes” (Escosteguy, 1999:141), como “um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciadas de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla, (...) um campo contestado de significação” (Silva, 1999b:133,134).

Conforme já referi, este estudo tem como cenário dois grandes empreendimentos comerciais nos quais se dão, diariamente, tentativas de sedução/imposição de determinados significados, para, ao menos num primeiro momento, servir como garantia de sucesso de venda das diferentes mercadorias ou, em outras palavras, para que os freqüentadores dos *shopping centers* interiorizem certos modos de agir e passem a aceitar naturalmente determinadas formas de ser, de vestir, de estar, de gastar, de se comportar, etc. Tomemos como um breve exemplo a venda de uma determinada peça de roupa, com um estilo próprio e diferenciado dos demais, de uma determinada *griffe* que loca uma loja em um *shopping center*. Feita a divulgação da peça – de inúmeras formas, contando com diferentes tipos de textos – ela, então, torna-se pública, de forma que a exposição de suas principais características – já carregada de algum significado – percorra boa parte da superfície social a que se destina e, a partir daí, passe a ser submetida a uma apreciação geral feita pelo público de muitas e diferentes maneiras. O referido objeto, torna-se, assim, parte integrante de uma luta em torno do significado simbólico que pretende adquirir, tanto em termos de qualidade, praticidade, preço, etc., relativos à própria peça,

quanto a todos esses aspectos em relação a uma peça concorrente. É claro que determinados tipos de produtos concorrem mais do que outros e que, ainda, a divulgação (parte da já referida luta) de alguns deles – em função de um melhor resultado da campanha e visto que provavelmente não serão comercializados somente dentro de um empreendimento – não se limita apenas a objetivar a venda em um espaço específico que seria o *shopping center* no qual a loja está instalada. Mas o que importa, nesse caso, é que este determinado *shopping* constitui-se num ambiente de produção e circulação de significados e num território de concretização das lutas, independente de elas acontecerem também em outros locais. Tais significados, quando “postos na rua” podem ser tanto intensificados quanto distorcidos; podem ser tomados por nós como bons ou como ruins; o importante é que eles circulam na cultura, mediada por relações de poder, fazendo com que possamos, de um jeito ou de outro, dar sentido às coisas. E é claro, também, que isto não encerra a questão desta situação de luta aqui comentada. Vários outros elementos nela imbricados e com ela relacionados não foram por mim mencionados. Este é apenas um recorte de uma das muitas situações ocorridas dentro de um *shopping*, que trago somente como um pequeno exemplo dessa tentativa de fixação de significados. Poderíamos, ainda, comentar diversas outras situações em que diferentes “tribos”, que freqüentam esse mesmo espaço, concorrem, mesmo que de uma forma um tanto naturalizada, à imposição de seus valores, suas certezas, suas crenças, suas normas, seus códigos, enfim, suas verdades<sup>9</sup>. Eu arriscaria a dizer que quase tudo dentro do espaço de um *shopping center* é cultural, dado o contínuo movimento de luta intensa em torno dos mais diversos significados, produzidos por (ao mesmo tempo em que produzem) relações de poder.

Referindo-se aos Estudos Culturais, Johnson (1999:25) diz que eles “dizem respeito às formas históricas da subjetividade, ou às formas subjetivas pelas quais nós vivemos ou, ainda, (...) ao lado subjetivo das relações sociais”; e acrescenta que

---

<sup>9</sup> Não tenho a intenção de generalizar, ou seja, não me refiro a essas verdades como as mesmas para todas as pessoas, ainda que pertençam a um mesmo grupo. Não é minha pretensão categorizar e/ou fixar determinados significados relacionando-os a determinadas pessoas, de forma reducionista e apressada – tais verdades para tais grupos. Todos esses valores, certezas, crenças, normas, códigos são circulantes, assim como também as pessoas circulam entre as “tribos”. Apenas saliento que, na luta em torno da significação, há uma aproximação das pessoas em função de uma certa identificação no que diz respeito, entre outras coisas, a interesses e necessidades comuns, formando determinados agrupamentos, ainda que eles não constituam uma unidade indissolúvel e fixa.

“a subjetividade não é dada, mas produzida, constituindo, portanto, o objeto da análise e não sua premissa ou seu ponto de partida” (id., ibid.:27). Salienta, também, que “dada a definição de cultura [assumida pelos Estudos Culturais], todas as práticas sociais podem ser examinadas de um ponto de vista cultural, podem ser examinadas pelo trabalho que elas fazem – subjetivamente” (id., ibid.:29). Enfatiza, ainda, que os Estudos Culturais estão preocupados em “reconstituir, em estudos concretos, as formas através das quais os seres humanos ‘vivem’, tornam-se conscientes e se sustentam subjetivamente” (id., ibid.:30) e que “estão interessados, em primeiro lugar, e acima de tudo, na produção e na organização social das formas culturais” (id., ibid.:54). Continuando, o mesmo autor afirma: “é porque sabemos que não estamos no controle de nossas próprias subjetividades que precisamos identificar suas formas” (id., ibid.:72). Nesse sentido, saliento a importância e a relevância da utilização deste referencial na medida em que esta Dissertação trabalha com questões referentes à instauração de lugares para crianças dentro de *shopping centers*, que é um ambiente cultural carregado de determinadas formas subjetivas de viver, de compartilhar experiências, de ensinar, de aprender, enfim, de pedagogizar os grupos frequentadores deste local. Estas formas subjetivas provavelmente estejam coladas a uma série de combinações que fazem a vida cotidiana de um *shopping* ser extremamente “intertextual”; a diferentes histórias, interesses, localizações sociais, enfim, ao entrelaçamento de diferentes mundos privados, que acabam por operar determinadas transações entre as formas subjetivas produzidas no *shopping*, num jogo sutil de cruzamentos, intersecções e intercâmbios entre essas formas e os vários elementos que as tornam possível. “Nenhuma forma subjetiva, atua, jamais, por conta própria” (id., ibid.:88). Estes dinâmicos e contínuos movimentos de trânsito dos grupos em uma e outra forma subjetiva, produzindo-as, ao mesmo tempo em que são por elas produzidos, constituem-se em um dos muitos mecanismos responsáveis por nos tornar aquilo que somos.

Foi a partir destes entendimentos que me propus a pesquisar de que modo as crianças que frequentam os espaços especialmente criados para elas nos *shopping centers* estão sendo subjetivadas dentro desses espaços, quais os dispositivos que estão imbricados nessa subjetivação infantil, que efeitos tem esse processo de constituição de determinadas subjetividades. Esta constituição tanto está relacionada à formação da criança cliente, consumidora, etc., quanto, mais do que isso, refere-se

ao enquadramento das crianças – a partir principalmente do disciplinamento de seus corpos – num determinado código de conduta/comportamento considerado como “o normal” e como “o mais adequado” para que se possa partilhar das experiências oferecidas pelo *shopping* e, mais ainda, para que se possa viver no mundo contemporâneo.

Com relação às formas pelas quais me propus a pesquisar as questões colocadas acima, há que se fazer algumas considerações. Talvez o “como” este estudo foi realizado esteja entrelaçado a várias formas e, ao mesmo tempo, a nenhuma em especial. Apesar de isso parecer um tanto desconfortável, levando-se em conta a típica exigência que a academia faz aos “pesquisadores/as” de um rigor metodológico, acredito que critérios, procedimentos, técnicas ou métodos formalizados específicos não serviriam como garantia de validade ou relevância deste estudo a que me propus desenvolver. Concordo com Feyerabend (1977:457) quando afirma que “não há método especial que assegure o êxito ou o torne provável”. Portanto, não aponto, aqui, uma metodologia específica que supostamente pudesse assegurar um possível “sucesso” da pesquisa que realizei ou um hipotético domínio do meu objeto de estudo. “Somos agressivos/as quando nos encontramos frente aos ‘nossos’ objetos de pesquisa e desenvolvemos um certo tipo sufocante de posse e de controle em relação a eles” (Grün e Costa, 1996:91).

Com relação à temática escolhida e à ausência de uma metodologia prévia, concordo com Costa (1996:12), quando afirma que:

É preciso criticar o jogo de reprodução de modelos tão bem instaurado pela arquitetura epistemológica da “iluminação”, que instituiu a vigilância em todos os campos, fazendo-nos súditos de seus ditames tanto temáticos quanto metodológicos. A fragilidade intelectual e emocional que nos acomete quando temos que enfrentar as “metodologias”, em nossas investigações, é fruto do endeusamento desse tipo de pensamento a que denominamos ciência e que está impregnado de parâmetros que enquadram todos, homogeneizam tudo, definindo o certo e o errado, o bom e o mau, o falso e o verdadeiro, etc.

Portanto, quanto a possíveis objeções com relação à contribuição e à relevância deste estudo para a área dos estudos da infância e à forma metodológica

com que desenvolvi esta pesquisa, quero salientar que esta *não* é uma análise que pretenda apontar negatividades, falsidades, desacertos, enganos, falhas, defeitos, lacunas, enfim, qualquer tipo de possíveis “erros” que, porventura, possam estar acontecendo nas práticas que são realizadas com as crianças nos espaços reservados a elas nos *shopping centers*. Não tive a mínima pretensão de destacar erros e afirmar que, não devendo ser assim, deveríamos agir de outra determinada maneira ao abrigarmos as crianças em nossas instituições contemporâneas. Não desenvolvi este estudo para dizer de que forma, então, deveríamos cuidar, educar, receber as crianças nesses locais; nem, tampouco, para sugerir quais as melhores atividades a serem realizadas e substituídas por outras em funcionamento, quais as pessoas e os métodos mais adequados para “tratar” com as crianças. Muito menos foi meu objetivo apontar qual o melhor modelo de organização desses espaços, de distribuição do tempo, de seleção dos brinquedos e das brincadeiras, ou, enfim, qual seria a melhor forma de disposição, conformação, estruturação, sistematização ou planejamento das práticas realizadas com crianças nos *shopping centers*. Trata-se, antes, de uma análise que buscou tão somente tentar compreender sob que condições deu-se a instauração desses espaços, sob que lógica operam as diferentes categorias/elementos neles em funcionamento, de que forma e através de que mecanismos e dispositivos tais categorias/elementos são produzidos, e, ainda, que efeitos as práticas disciplinares têm na construção de determinados modos de ser criança. Não para propor uma destruição e/ou uma transformação desses lugares, mas para que, através de “pequenos” detalhes, sutilezas, minúcias, astúcias, arranjos – aparentemente desinteressados – possamos rever algumas de nossas verdades, questionar algumas de nossas certezas e, assim, quem sabe, dar *vez ao impossível* em nossa forma de ver, pensar e agir no mundo.

### ***À guisa de apresentação***

Tendo em vista o local em que este estudo foi realizado, uma primeira consideração a ser feita refere-se às características necessárias para que uma organização comercial seja considerada um *shopping center*.

De acordo com a “Associação Brasileira de *Shopping Centers*” (ABRASCE, 1983), um *shopping* é um empreendimento de iniciativa privada, sob administração única e centralizada, que agrega, em um projeto arquitetônico amplo e fechado, lojas de comércio varejista e estabelecimentos de serviços<sup>10</sup>. As lojas constituem o *tenant mix*<sup>11</sup> do *shopping* e geralmente são alugadas aos comerciantes que devem se sujeitar a normas contratuais padronizadas, a fim de garantir o bom funcionamento do empreendimento. Além disso, um *shopping center* se caracteriza por se constituir num ambiente que proporcione proteção climática artificial, segurança, estética agradável e conforto aos seus frequentadores e, também, por oferecer uma área

---

<sup>10</sup> Nos grandes *shoppings* do tipo regional, os serviços oferecidos são, em geral, agências bancárias; agências de correio; agências de viagem; casa lotérica; serviços de xerox, de informática, de câmbio, de costuraria e sapataria; gráfica; relojoeiro; revisteria; vídeo locadora; pequena clínica de vacinação; pequena clínica de estética; salão de beleza; laboratório para revelação de fotografias; lavanderia; chaveiro; entre outros.

<sup>11</sup> *Tenant mix* é uma expressão utilizada na indústria de *shopping centers* que determina os ramos lojistas do empreendimento, definindo a configuração assumida pelo arranjo físico das várias áreas unitárias destinadas à locação. Uma vez considerada a conveniência recíproca de vizinhança, cada uma dessas áreas é definida pelo ramo de comércio a que se destina, tamanho, forma, dimensões e localização, de modo a atender às necessidades e desejos dos compradores, permitindo, assim, um fluxo perfeito de consumidores às lojas e induzindo-os à compra de forma conveniente, racional e organizada (Duval, 1980).

própria para o estacionamento de automóveis, de fácil e adequado trânsito de veículos, visando reduzir possíveis distâncias entre o cliente e as lojas<sup>12</sup>.

Os *shoppings* podem ser classificados quanto ao tipo a que pertencem. Apesar de atualmente haver uma crescente diversificação em torno dos três principais tipos de *shopping center* – que geralmente é verificada na arquitetura dos prédios –, de modo geral, existem os empreendimentos *de vizinhança*, os *de comunidade* e os do tipo *regional*. A classificação num ou noutro tipo é basicamente determinada pela existência ou não de *lojas âncora* – aquelas que atraem um grande número de consumidores como, por exemplo, as lojas de departamento e supermercados – e pela extensão da área de influência comercial, ocupada pelas *lojas satélite* – lojas menores que trabalham com ramos diversificados ou especializados do comércio (Hirschfeldt, 1986).

O *shopping center de vizinhança*, como o próprio nome sugere, tem por finalidade atender a população que habita próxima a ele. Preocupa-se, primeiramente, em oferecer bens de conveniência – alimentos, remédios, ferragens, etc. –, serviços pessoais e refeições rápidas, com o objetivo de atender às necessidades diárias de seus freqüentadores. O *shopping center de comunidade* é caracterizado como um tipo intermediário entre o de vizinhança e o regional e pode ser ancorado por uma loja grande ou por um supermercado. É um pouco maior em tamanho; produtos como roupas e bens variados, que são secundários no *shopping de vizinhança*, são parte integrante do *tenant mix* do *shopping de comunidade*, ainda que em pequena escala. O *shopping center regional* é o tipo mais difundido no Brasil e caracteriza-se por oferecer diferentes e variadas opções de escolha aos clientes em suas compras – disponibilizando a comercialização de uma linha completa de mercadorias – e um número considerável de serviços e entretenimentos. Este tipo de *shopping* “oferece a mesma variedade de mercadorias que um consumidor encontra disponível nos centros das cidades, porém com todas as facilidades de conforto,

---

<sup>12</sup> Note-se que nessa organização comercial chamada *shopping center* há uma nova lógica de vendas: as vitrines não são mais voltadas para a rua, como no comércio tradicional. As ruas passam a ser os próprios corredores do empreendimento, caracterizado por uma arquitetura diferenciada quando comparada com as formas tradicionais de comércio dos centros das cidades. Caminhando por essas novas ruas, o cliente tem a impressão de encontrar tudo o que precisa, num ambiente que se pretende agradável e seguro. Há quem diga que ali dentro se perde a noção do tempo, visto que, como é um ambiente todo fechado, inclusive com clima artificial, pode-se até mesmo confundir o dia com a noite (ver anexo 2).

segurança e estacionamento que é comum aos *shopping centers*. É o tipo que, na maioria dos casos, está sendo mais desenvolvido no Brasil” (Duval, 1980:35)<sup>13</sup>.

Independente das possíveis classificações, em geral, os administradores (Duval, 1980; Geyer, 1980; Hirschfeldt, 1986; Meira, 1998; Penna, 1980; Rique, 1980) enfatizam o caráter da comodidade e os benefícios em termos de segurança, rapidez, eficiência e praticidade deste novo empreendimento, bem como a modernização que ele pode levar ao comércio brasileiro. Rique (1980:6) salienta que os *shoppings* “contribuem para a melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e para aumentar a produtividade do comércio”. Hirschfeldt (1986:28) diz que um *shopping* pode ser definido como “uma ‘cidade comercial’, regida por regulamentos internos que, ao proporcionar a união dos comerciantes através de interesses comuns, acaba por beneficiar o consumidor e a sociedade como um todo”.

Mesmo concordando, em parte, com algumas das idéias expressas pelos autores – dada a produtividade destes locais, levando em consideração a lógica e o funcionamento do mundo em que vivemos –, o que busquei neste estudo, entre outras coisas, foi a ampliação do entendimento desse espaço chamado *shopping center*. Nesse sentido, muito mais do que simplesmente a disposição, num mesmo prédio, de um aglomerado de lojas diversas que seguem seus próprios regulamentos, esta nova organização comercial está inserida numa dinâmica social mais ampla – com códigos de normas que não se restringem à instituição *shopping* – e numa lógica cultural que, mais do que beneficiar o consumidor, acaba por produzi-lo de uma determinada forma.

### ***Uma “história” do shopping center***

Edward H. Bouton, considerado como o idealizador deste tipo de empreendimento, foi o responsável pela primeira construção, nos Estados Unidos, em 1907, de um projeto arquitetônico para congregar lojistas de diversos ramos. A partir deste, outros empreendimentos semelhantes foram construídos, seguindo

---

<sup>13</sup> Este estudo foi realizado em dois *shopping centers* do tipo regional.

algumas modificações (Hirschfeldt, 1986). No entanto, o *shopping center*, como hoje o conhecemos e como hoje o denominamos, é um acontecimento recente, com aproximadamente pouco mais de quarenta anos de existência.

A indústria de *shopping centers* tem suas origens nos Estados Unidos na metade da década de 50. O desenvolvimento do comércio após a Segunda Guerra Mundial, o aumento da renda e do poder aquisitivo da grande massa de consumidores norte-americanos e o desenvolvimento da indústria automobilística são apontados como as principais circunstâncias que propiciaram o aparecimento dessa nova forma comercial (Fonseca, 1993; Pierotti, 1993).

Na década de 50, a população americana era de 151 milhões de habitantes (...); rodavam em suas cidades 40 milhões de automóveis. (...) Sob essas condições, em 1950 surgiu o primeiro *shopping center* regional, num subúrbio de Seattle – Washington: o Northgate. Era um projeto de grandes dimensões, *mall* aberto<sup>14</sup>, lojas âncoras e satélites sob o regime de aluguel participativo sobre as vendas. Em 1953, próximo a Minneapolis, surgiu o South Dale, apresentando características que se tornaram padrão e que pouco se modificaram no decorrer dos anos na indústria de *shopping centers*. Foi o primeiro regional de *mall* fechado e com ar condicionado. (Pierotti, 1993:3)

Juntamente com o crescimento demográfico, houve uma significativa expansão de empreendimentos deste tipo, que começaram a apresentar princípios de planejamento mais elaborados. “Em 1960, a população norte-americana já era de 180 milhões de pessoas, o número de automóveis chegava a 57 milhões e havia já 3.680 *shopping centers* em operação” (id., *ibid.*:4). Apenas uma década depois, “os números apontaram uma população passando dos 200 milhões, 80 milhões de carros e 12.170 *shopping centers*” (id., *ibid.*:4). Foi mais ou menos nessa época que começaram a aparecer as primeiras adaptações desses empreendimentos, que, aos poucos, ganhavam outros formatos e outras atividades – como, por exemplo, a inclusão dos cinemas, teatros e áreas dedicadas à alimentação, ao divertimento e a

---

<sup>14</sup> *Mall* é um termo utilizado na indústria de *shopping centers* que, segundo Duval (1980:41), significa “a alameda de lojas do *shopping*, em ambos os lados, coberta ou descoberta, podendo assumir vários formatos e constituindo-se na área de principal circulação dos consumidores”.

outros tipos de lazer – diversificando as funções e fazendo surgir as três principais classificações dos *shoppings* – de vizinhança, de comunidade, regional. Na década de 80, existiam, englobando os três tipos, 22.050 empreendimentos em operação, nos Estados Unidos (id., ibid.).

Pierotti (1993) enfatiza o crescimento demográfico de New York, Chigaco e Washington e o aparecimento de grande número de subúrbios e bairros distantes do centro dessas mesmas metrópoles como uma das principais condições que proporcionou a proliferação e a expansão dos *shopping centers* nas referidas cidades. Atualmente, a indústria de *shoppings* nos Estados Unidos conta com mais de 35.000 empreendimentos, espalhados em todo o território norte-americano (Fonseca, 1993).

No Brasil, as duas primeiras experiências aconteceram no Rio de Janeiro (*Shopping Center* do Meier) e em São Paulo (*Shopping Center* Iguatemi), por volta de 1966. Na década de 70, começaram a operar mais sete empreendimentos, distribuídos por algumas capitais brasileiras. Fonseca (1993) destaca duas principais dificuldades para a expansão desta nova forma comercial no país: o número reduzido de profissionais com conhecimento sobre o assunto, o que levava à necessidade de se recorrer a assessorias externas; e a resistência do lojista tradicional a aderir aos projetos, visto que era ainda muito arraigado ao conceito de “ponto de rua”. Mas “esse quadro aos poucos foi se revertendo (...). O desenvolvimento da indústria automobilística, ampliando as dificuldades de estacionamento e o crescimento vertiginoso das grandes cidades brasileiras, contribuíram decisivamente para essa mudança de hábitos do consumidor” (Fonseca, 1993:14).

A dificuldade na obtenção de financiamentos é apontada por Pierotti (1993) como um dos principais empecilhos da expansão desse novo tipo de empreendimento no país. Ou os *shoppings* eram construídos com recursos próprios dos empreendedores ou, o que era mais comum, com o auxílio de capitais importados. “Não havia ainda uma poupança de longo prazo, o que aconteceu na década seguinte [de 80] com o plano de financiamento elaborado pela Caixa Econômica Federal, em conjunto com a ABRASCE, para injetar recursos na indústria recém surgida, e que se tornou fator de relevância para o seu desenvolvimento” (Pierotti, 1993:5).

A década de 90 caracteriza-se por ser a época em que os *shopping centers* se consolidam enquanto um empreendimento de grande importância comercial. Há, dessa forma, a aceleração no ritmo de novos projetos e a intensificação de suas

respectivas construções em todo o país, atingindo não só as grandes cidades como também o interior dos estados. Neste período, o país conta com, aproximadamente, pouco mais de 70 *shopping centers*. É época de grandes “renovações e expansões em *shoppings* mais antigos e o surgimento de novos tipos, que começam a ser falados e estudados com maior atenção” (id., *ibid.*:5). Atualmente, existe em torno de 157 empreendimentos em funcionamento em todo o país, filiados à Associação Brasileira de *Shopping Centers* (Stewart, 1999)<sup>15</sup> (ver anexo 3).

### ***Self-service: o shopping center e a liberdade de consumir***

Além das circunstâncias apontadas na seção anterior, que tornaram viável a criação e o desenvolvimento dos *shoppings*, Fonseca (1993) e Pierotti (1993) enfatizam que o surgimento dos supermercados e das grandes lojas de departamento, que começaram a pôr em funcionamento o sistema *self-service* – colocando o consumidor em contato direto com a mercadoria – introduziu uma mudança nos padrões tradicionais do varejo e constitui-se numa condição que também deve ser levada em conta quando se trata das possibilidades de existência dos *shopping centers*.

Já que a operacionalização do sistema *self-service* (juntamente com vários outros elementos e situações) é também apontada como uma das condições que contribui para colocar em funcionamento a instituição *shopping center* da forma como hoje ela é organizada, considero interessante atentarmos para o que Lipovetsky (1983) nos diz com relação ao “auto-serviço”.

Para este autor, a contemporaneidade coloca em operação o que ele chama de *sedução*: algo que pode ser considerado como uma estratégia reguladora do consumo, da informação, da educação, dos costumes, dentre outras coisas mais. A sedução apresenta-se, na atualidade, como uma arte muito mais sutil de regular o

---

<sup>15</sup> Essa informação foi dada por Paulo Stewart, presidente da Associação Brasileira de *Shopping Centers* (ABRASCE), em entrevista coletiva a jornalistas, no ano de 1999. Mesmo que mais alguns projetos já tenham sido concluídos, de lá para cá, o número provavelmente não deve ter se modificado muito.

comportamento das pessoas, capaz de tornar a maioria de nossas relações muito mais flexíveis, solícitas e comunicativas. A sociedade da sedução é uma sociedade de serviços: mais do que atender a qualquer outra função, as nossas diversas formas de organizações institucionais estão a serviço das pessoas. Um serviço que, na contemporaneidade, se mostra mais “simpático”, muito mais diretamente próximo da população, chamando-a, convidando-a para participar, opinar, planejar, interagir. A música, o teatro, a religião, o mercado, a informação, a polícia, a escola, etc., abrem suas portas à população, numa tentativa preocupada de prestar contas a ela, de chamá-la para integrar e participar do planejamento e execução de algumas de suas atividades. Isso torna possível uma progressiva redução de relações autoritárias que começam a dar lugar à diversidade: de opções, opiniões, escolhas, combinações, caminhos, direções, ofertas. A inflexibilidade, a rigidez e a solidez da estrutura disciplinar, características das formas de ordenação moderna, acabam diluindo-se e pulverizando-se em relações mais “transparentes”, abertas, maleáveis, suaves, num atraente e instigante jogo de sedução. Sedução “que, por todo o lado, substitui a coerção pela comunicação, o interdito pela fruição, o anônimo pelo feito por medida, a reificação pela responsabilização, e que, por todo o lado, tende a instituir um clima de proximidade, de ritmo e de solicitude liberta do registro da Lei” (Lipovetsky, 1983:17).

É também através desse poderoso jogo de sedução que o *self-service* entra em cena. Mais do que participarmos ativamente dos serviços que as diferentes instituições nos prestam, vamos nós mesmos nos atender. Vamos nós mesmos escolher, optar, verificar, examinar, selecionar, eleger, afinal, fomos levados a acreditar que temos liberdade para isso. Ao mesmo tempo em que se instaura uma maior circulação de variadas opções, alargam-se as possibilidades de fazermos seleções. Quanto mais “livremente” tais seleções forem operadas, melhor. Nesse sentido, a própria estratégia de sedução tem, antes, a sensação de liberdade como exigência. É preciso que nos sintamos livres para agirmos frente a uma gama de caminhos que nos é apresentada, livres para escolhermos dentre as mais diferentes e numerosas ofertas. Sob essa perspectiva, quanto mais elástica for a sensação de liberdade do consumidor, mais o mercado tenderá a alcançar seus objetivos de venda e lucro.

Tendo a sedução como estratégia, o mundo do consumo se utiliza principalmente do *marketing* como uma tecnologia cada vez mais sofisticada, que invade nosso cotidiano, mexe com nossos desejos, angústias, prazeres, medos, etc., mediando nossas ações. Tecnologia que nos interpela diariamente em quase tudo o que pensamos, dizemos e fazemos, e que, ao nos inclinar à idéia de auto-serviço (e, portanto, também, de auto-governo) acaba por normalizar e regular nossas formas de ser consumidor. Tratando-se de uma sociedade como a nossa – em que a aquisição (no sentido mais amplo do termo) carrega consigo um altíssimo valor simbólico e ocupa um lugar distintamente privilegiado –, a sedução juntamente com a crescente diversificação oferecida pelo mercado produzem dois principais efeitos diretamente relacionados entre si: instauram em nós um intenso desejo de consumo e fazem com que sejamos consumidores muito eficientes e exigentes na medida em que temos a chance de medir, testar, examinar, comparar toda e qualquer mercadoria e, enfim, eleger e consumir aquela que mais nos parece satisfatória. Nessa seleção, diferentes critérios podem ser tomados como forma de avaliação: qualidade, preço, exclusividade, marca, etc. Critérios esses que podemos selecionar de acordo com determinadas prioridades. E as prioridades também são nossas. De fato, parece que somos tão mais livres para escolher quanto maiores e mais especializadas são as ofertas – e também quanto maior alcance e impacto elas tiverem sobre nosso cotidiano. Nesse amplo universo “mercadológico”, temos a sensação de que, ao decidirmos fazer qualquer tipo de aquisição, existe algo que foi fabricado especialmente para nós, exclusivamente ao nosso “estilo” e que corresponde exatamente com nossa forma de ser.

A sedução nada tem a ver com a representação falsa e com a alienação das consciências; é ela que configura o nosso mundo e o remodela segundo um *processo sistemático de personalização* cuja obra consiste essencialmente em multiplicar e diversificar a oferta, em propor mais para que nós decidamos mais, em substituir a coação uniforme pela livre escolha, a homogeneidade pela pluralidade, a austeridade pela realização dos desejos. A sedução remete para o nosso universo de gamas opcionais (...) no qual cada um pode à vontade compor a lista dos elementos da sua existência. A independência é um traço de caráter, é também uma maneira de viajar segundo um ritmo seu,

de acordo com os seus próprios desejos. (...) Sedução no sentido em que o *processo de personalização* reduz os quadros rígidos e coercivos, funciona suavemente jogando a cartada da pessoa individual, do seu bem-estar, da sua liberdade, do seu interesse próprio. (Lipovestky, 1983:19)

Mais independentes para realizarmos nossas próprias escolhas, vemos no *self-service* um modelo ideal de compras. O *self-service* inicia, pois, uma nova relação entre consumidores e mercadorias/produtos/serviços. O imperativo agora é: “não espere por nada nem por ninguém, faça você mesmo”. Importante atentarmos para a relação existente entre *auto-atendimento* e *autonomia*. Autonomia do consumidor, que tem não apenas o direito como o dever de saber comprar, mas também autonomia do mercado, porque agora muito mais livre para oferecer um amplo campo de possibilidades.

Conectada à idéia de autonomia está a de competição. O mercado autônomo é um mercado altamente difuso, disperso, móvel e, por isso, também competitivo. De acordo com Bauman (1998), uma das principais características do mercado atualmente é que ele está em constante movimento – e isso significa não fazer parte de nenhum lugar específico. Quanto maior for a mobilidade das forças de mercado, mais elas tendem a competir entre si. Com a escassez cada vez maior de regularidades e de regulamentos normativos, o mercado apresenta formas de ordenação que mudam muito depressa, o que torna a competição ainda mais acirrada. Um dos principais efeitos que se verifica nesse processo é a rápida substituição de um produto por outro, um modelo por outro, uma marca por outra, tornando as mercadorias cada vez mais descartáveis. Daí que novos e diferentes pontos de atração aparecem a todo momento, assim como também são facilmente deixados de lado, aumentando as nossas possibilidades enquanto consumidores e, ao mesmo tempo, aumentando as chances de o mercado concorrer entre si.

Liberdade, independência, autonomia, competição: o sistema *self-service* envolve todas e cada uma dessas coisas em especial. Muito mais preparados para atender às necessidades e exigências do bom consumidor contemporâneo, supermercados, restaurantes, lojas de departamento, *shopping centers*, etc., se utilizam do auto-atendimento como forma de potencializar vendas e lucros. Outro ponto importante na consolidação desta estratégia de mercado diz respeito à

diminuição de gastos: quanto maior for a oferta *self-service*, menores serão as despesas na contratação de pessoal. Com a maximização dos lucros, com a manifestação exuberante de seus produtos e serviços, e com o fascínio que provoca sobre as pessoas através da sedução, o mercado ganha cada vez mais força e eficácia. O sistema *self-service* é um dos muitos elementos que assegura a liberdade do mercado – tida hoje em dia como a mais importante de todas as liberdades – e, fazendo isso, assegura também a sensação de liberdade do consumidor. Tal sistema – juntamente com todos os fatores apontados na seção anterior e com outros fatores que serão discutidos no capítulo seguinte – pode ser considerado como responsável por colocar as condições não apenas para que a instituição *shopping center* seja criada como também para que ela continue se proliferando.

### ***Shopping center: uma invenção moderna?***

Por mais que a pergunta feita no título dessa seção solicite uma resposta, minha intenção não é definir se o *shopping center* é um acontecimento “moderno” ou não, até porque a tentativa de inseri-lo e/ou fixá-lo em qualquer tipo de classificação iria de encontro com o próprio referencial a partir do qual esta Dissertação foi desenvolvida. A interrogação acima foi usada como título para essa seção apenas para que eu possa pôr em discussão questões referentes à invenção da instituição *shopping center*. Mas, apesar de todas as considerações que serão feitas aqui, não pretendo, ao final desta parte, oferecer uma resposta. A interrogação foi feita menos para ser respondida, do que para suscitar a dúvida. Ela foi feita exatamente para instaurar um clima de suspeita, de desconfiança, mais ou menos parecido com o clima que envolveu meus pensamentos quando tentei dar conta de, para mim mesma, responder a essa questão.

Minha impressão inicial foi traduzida pelo entendimento de que o *shopping center* seria uma instituição contemporânea, mas com formas de organização tipicamente disciplinares e, portanto, modernas. No entanto, quanto mais eu circulava pelos corredores dos dois *shopping centers* em questão nesta pesquisa,

mais instaurava-se um tom de incerteza sobre minhas primeiras impressões acerca deste empreendimento. E foi movida por essa atmosfera duvidosa, desconfiada que acabei percebendo o quão ambígua e indeterminada é a forma pela qual funciona um *shopping center*. Exatamente por apresentar tais características, a forma de funcionamento dessa instituição transformou-se, para mim, em formas (no plural e não mais no singular). E, mais ainda, transformou-se em formas nem sempre regulares ou equivalentes. Questionar-me sobre as formas de funcionamento dos *shopping centers* significou, também – e simultaneamente – problematizar algumas formas pelas quais nossa contemporaneidade é organizada.

Podemos considerar que, como todas as outras invenções, a instituição *shopping center* também é historicamente datada e geograficamente localizada. O fato de que é uma instituição criada muito recentemente, me leva a situá-la na contemporaneidade. Talvez em função disso, eu tenha encontrado certa dificuldade em apontar uma lógica específica a partir da qual a invenção *shopping center* pudesse ser entendida. Mas isso não significa que esse empreendimento funcione de forma a eliminar qualquer lógica: é a inexistência de uma única lógica exatamente o que supõe o atravessamento de várias lógicas, de forma que este seja um empreendimento extremamente plurifacetado, como a maioria de nossas organizações contemporâneas.

O *shopping center* é, pois, um empreendimento organizado num incrível entrecruzamento de discursos e de práticas e, enfim, de lógicas. Um empreendimento que, em vários aspectos, funciona através de mecanismos tipicamente disciplinares e, portanto, modernos; mas, também um empreendimento que, em vários outros aspectos, deixa para trás uma organização sob a forma de disciplinas e começa a pôr em funcionamento novos mecanismos característicos de um tempo que Deleuze (1992a, 1992b) entende como inscrito numa sociedade de controle, um tempo que alguns chamam de pós-moderno (Lipovetsky, 1983); que outros chamam de moderno tardio (Giddens, 2001); outros, ainda, de moderno leve (Bauman, 2001); e que eu, pelo menos por enquanto, arrisco-me a chamá-lo apenas de contemporâneo.

Quanto aos aspectos do *shopping center* a que me refiro acima (alguns organizados disciplinarmente, outros nem tanto), é preciso dizer que cada um deles também não pode ser classificado em sua totalidade, porque muitos desses aspectos – tal como o *shopping* de forma geral – são, igualmente, difíceis de definir como

inscritos numa única lógica. Para esclarecer melhor essa idéia, vou dar alguns exemplos: as formas de vigilância colocadas em operação no *shopping center* são um aspecto de sua organização. Essas formas de vigilância (que serão analisadas mais adiante) funcionam a partir do entrecruzamento de algumas práticas, de alguns discursos e de algumas verdades produzidas por nossos modos de viver contemporaneamente. Outro exemplo são os próprios espaços infantis analisados mais adiante nessa Dissertação. Os espaços infantis são um outro aspecto do *shopping center* que funciona de forma a mesclar diferentes entendimentos (de criança, de educação, de organização e disposição das coisas). Outros aspectos referem-se à organização do *tenant mix*, e à disposição setorial das lojas (à organização de alas que agregam lojas de mesmo ramo lojístico); à diversificação de serviços e mercadorias; à instalação, na rotina do *shopping*, de atividades consideradas culturais; à organização de espaços que possibilitem a reunião de jovens de uma mesma faixa etária que fazem do *shopping* um ponto de encontro<sup>16</sup>; ao oferecimento cada vez maior de inúmeras possibilidades de entretenimento; à crescente possibilidade de interação entre clientes/produtos/serviços; enfim, às muitas e diferentes formas pelas quais um *shopping center* funciona e às muitas e diferentes práticas que nele são realizadas. Não pretendo ficar, nessa seção, explicitando quais são os aspectos dos *shopping centers*, até porque a análise de alguns deles aparece em várias passagens deste estudo. Essa seção foi escrita apenas para eu referir que estou entendendo o *shopping center* como um empreendimento situado na contemporaneidade, e em todas as suas artimanhas, em todas as suas direções intercambiáveis, em todas as intersecções que opera.

Se digo que entendo o *shopping center* como situado na contemporaneidade, faz-se necessário explicitar melhor, então, o que entendo por contemporaneidade. Mas aviso, de antemão, que, para mim, essa não é uma tarefa nada fácil. Acredito que não existem maneiras fáceis de colocar essa questão. Em todo caso, entre ficar com a minha impressão inicial sobre os *shopping centers*; ou ampliar o entendimento sobre a dinâmica de seu funcionamento (mas pela dificuldade e pelos “riscos” da tarefa, não abordar a questão); ou, ainda, mesmo que minimamente, tentar me fazer entender, penso que a tentativa ainda seja a melhor opção. Portanto, quero dizer que

---

<sup>16</sup> Um interessante estudo sobre adolescentes e *shopping centers*, pode ser encontrado em “Estação Consumo: *Shopping Centers* na identidade adolescente” de Vilteli (2001).

as considerações que seguem abaixo, acerca da contemporaneidade, não passam de uma tentativa de *pensarmos sobre* a (o que não significa “chegarmos a uma conclusão com relação à”) pergunta colocada como título dessa seção.

Em tempos atuais, penso que as formas pelas quais tratamos de organizar nossas instituições, nossas relações, nossas práticas, estão tão atravessadas por variados e diferentes discursos, que tentar entendê-las segundo uma única lógica seria reduzir a dinâmica de seu funcionamento. O tempo a que chamo de contemporâneo não pode ser entendido como pertencente a uma ou outra lógica em especial, porque ele é engendrado a partir de (assim como também engendra) diferentes racionalidades, diferentes processos discursivos, diferentes proposições nem sempre proporcionais. É organizado e operado a partir de (assim como também reorganiza e põe em operação) diferentes entendimentos e verdades que atribuímos às coisas da “realidade”; e não se apresenta numa seqüência coerente, regular e necessária de acontecimentos. Por tudo isso, talvez este tempo contemporâneo a que me refiro possa ser entendido como um conjunto formado por diferentes elementos que pertencem simultaneamente a outros tantos conjuntos. Tal como uma tinta de uma determinada cor que é formada na mistura de duas, três, quatro ou mais cores, o tempo contemporâneo vai também, mais ou menos assim, sendo formado. Quanto mais misturadas forem as cores, mais se torna difícil a distinção entre elas, mais se torna difícil perceber que aquela tinta é formada de tantas cores. Assim, penso, também acontece com a contemporaneidade. Quanto mais ela combina os diferentes elementos que a compõem, mais dificilmente esses elementos podem ser percebidos. É na (re)adaptação desses elementos combinados entre si que acaba se formando um outro elemento: um elemento contemporâneo, que quanto mais é colocado em funcionamento, mais vai se transformando, se remodelando, se modificando, se formando, se deformando e se reformando – num dinâmico movimento que se apresenta cada vez mais ágil. É a complexidade dessa mistura, é a forma como ela vai se acomodando e se reacomodando, o que engendra a contemporaneidade da qual falo. Os elementos a que me refiro podem ser discursos, práticas, mecanismos, dispositivos, instâncias, procedimentos, técnicas...

Para Deleuze (1992b:221), o que está acontecendo é uma progressiva passagem de uma sociedade disciplinar, conhecida como moderna – caracterizada

como uma sociedade de confinamento do espaço e de rotinização do tempo – para uma sociedade de controle – cuja a *permanência* é uma das principais características:

os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. (...) Nas sociedades de disciplina, não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada.

Se estamos saindo de um tipo de sociedade (disciplinar) para entrarmos em outro tipo de sociedade (de controle), como afirma Deleuze (ibid.), é uma questão que, penso, está aberta a várias discussões. O que me arrisco a dizer é que, sem dúvida, essa é uma questão extremamente instigante e que muito contribui para que possamos olhar um pouco mais abertamente para os diferentes elementos constitutivos e constituidores desse novo tipo de empreendimento comercial que é o *shopping center*. O *shopping center* vem mesclando, em sua organização e seu funcionamento, técnicas tipicamente disciplinares com formas de controle mais flexíveis – e por isso pode ser entendido como uma instituição contemporânea. Mas percebi que – ainda que, em muitos aspectos, essa instituição siga determinadas formas modernas de organização – o *shopping center*, seguindo a tendência do mercado, é, de forma geral, uma instituição que, por exemplo, lida de forma diferente com as categorias de tempo e espaço. Ainda que tais categorias sejam, nessa instituição, organizadas disciplinarmente, os limites dessas disciplinas em operação foram consideravelmente estendidos: ainda que haja confinamento num espaço e rotinização do tempo, esse confinamento e essa rotinização já não são mais exercidos da mesma forma como o eram em instituições tipicamente modernas. Em outras palavras: apesar de também operar por disciplinas (seguindo, de certa forma, a lógica moderna), o *shopping center* funciona e se organiza de forma a pôr o próprio caráter rígido da Modernidade em transformação. Mas isso não significa que ele não seja moderno: significa apenas que já não se trata mais da mesma rigidez moderna de que se tratava, antes, na organização de outras instituições.

Bauman (2001:36) diz que “a sociedade que entra no século XXI não é menos “moderna” que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente”. Este autor nos diz que, desde o limiar da era moderna, “não conhecemos mais limites ao aperfeiçoamento além de nossas limitações de nossos próprios dons herdados ou adquiridos, de nossos recursos, coragem, vontade e determinação”. Seguindo essa idéia, Bauman (ibid.:37), continua:

Ser moderno, passou a significar, como significa hoje em dia, ser incapaz de parar e ainda menos de ficar parado. Movemo-nos e continuaremos a nos mover não tanto pelo “adiamento da satisfação” (...), mas por causa da *impossibilidade* de atingir a satisfação: o horizonte da satisfação, a linha de chegada do esforço e o momento da auto-congratulação tranqüila movem-se rápido demais. A consumação está sempre no futuro, e os objetivos perdem sua atração e potencial de satisfação no momento de sua realização, se não antes. Ser moderno significa estar sempre à frente de si mesmo, num Estado de constante transgressão; também significa ter uma identidade que só pode existir como projeto não-realizado. A esse respeito não há muito o que distinga nossa condição da de nossos avós.

Mas Bauman (ibid.) também afirma que, apesar de sermos modernos, duas principais características fazem do nosso tempo um tempo moderno diferente (que ele chama de “modernidade leve”, em oposição ao caráter pesado, sólido, rígido da ordem moderna em seu estágio anterior). A primeira característica refere-se ao fato de que a ilusão moderna de que há uma “luz no fim do túnel” está desaparecendo. O que está em declínio é a certeza de que os ideais modernos nos guiariam até uma sociedade “boa”, justa, igualitária, fraterna; até uma harmonia perfeita de nossas relações; até uma disposição social finalmente pura, limpa, bonita e perfeitamente ordenada, sem que nada fugisse ao nosso controle, sem que nada escapasse de nossas mãos. A segunda característica (conectada à primeira) refere-se à responsabilidade de uma suposta emancipação: a tarefa da conquista da liberdade e da felicidade foi deslocada *da* sociedade *para* o indivíduo, ou seja, ela foi privatizada, desregulamentada. “A ênfase se trasladou para a auto-afirmação do indivíduo. (...)”

Não olhe para trás ou para cima; olhe para dentro de você mesmo, onde supostamente residem todas as ferramentas necessárias ao aperfeiçoamento da vida – sua astúcia, vontade e poder” (id., ibid.:38).

Mais ou menos na mesma direção, Lemert (1997:12), diz que:

(...) é óbvio que o mundo que há muito vem sendo considerado “moderno” está passando por uma crise de proporções graves e globais. O que significam *exatamente* estas mudanças não podemos saber com certeza, mas está claro que elas estão rompendo com as estruturas mais fundamentais do mundo moderno – estruturas que foram estabelecidas e que duraram quase meio milênio. [No entanto,] qualquer que seja a relação do pós-moderno com o moderno, esta não é de uma simples progressão e crítica (...), se o mundo é pós-moderno (e muitos pensam que é), então ele também é, de alguma forma, moderno.

Deleuze (1992a, 1992b), Bauman (2001) e Lemert (1997), embora com algumas especificidades próprias em suas colocações, apontam para o fato de que o mundo outrora chamado de “moderno”, vem passando por transformações e vem se (des/re)organizando de tal maneira que as formas como experimentamos esse mundo *estão sendo* profundamente alteradas. Note-se a utilização da expressão *estão sendo*, ao invés de *foram*. Isso significa que a demarcação de possíveis limites entre épocas, tempos, experiências não está em questão. A questão não é nem saber se as transformações pelas quais o mundo vem passando *já* aconteceram ou se chegarão, algum dia, a acontecer de forma final e precisa, de modo que supostamente pudéssemos demarcar quando, então, começamos a viver (em) um outro mundo.

Da mesma forma, quando falo em contemporaneidade, de modo algum tenho a intenção de definir limites geográficos e/ou temporais desse nosso “tempo” a que me refiro. Ao fazer comentários acerca daquilo que chamo contemporaneidade, obviamente que não é meu objetivo esgotar a questão ou dar conta de entender este “fenômeno” em sua totalidade: algo como a tentativa de compreender a “essência” de uma época descrita a partir de uma seqüência cronológica de fatos, fases e mudanças de caráter social, histórico, econômico ou cultural. Não é meu objetivo caracterizar totalmente nossa contemporaneidade e classificá-la em alguma ordem,

até porque isso demandaria um grande esforço conjuntural que certamente daria voltas em si mesmo, categorizando a complexidade do mundo e impedindo de entendermos sob outras perspectivas as contingências dos espaços e tempos que nós habitamos – e que nos habitam – fazendo do nosso mundo o que hoje é e de nós mesmos o que hoje somos. Talvez hoje estejamos vivendo um tempo que dificilmente caberia em qualquer tipo de classificação convencional.

Penso que a contemporaneidade é produto de uma série de transformações, deslocamentos, variações, alterações dos modos de percebermos, significarmos, entendermos e vivermos isso a que chamamos realidade. As formas de ordenação consideradas *modernas*, ao serem rearranjadas – contínua e permanentemente – transformam o próprio caráter de moderno e, assim, vão engendrando a contemporaneidade. Daí a escolha que fiz em tratar o tempo atual apenas como contemporâneo; e, também, de entender o *shopping center* não como uma instituição moderna ou como uma instituição pós-moderna, mas como uma instituição contemporânea. Uma coisa é certa: o mundo entendido por moderno está mudando. No entanto, acredito que dar-lhe um outro nome não passa de uma vontade moderna de classificá-lo, não passa de uma vontade de coerência que não corresponde mais – ou nunca correspondeu – ao próprio mundo.

Contudo, penso que “coerência” é sempre algo desejado na maioria de nossas ações e, talvez principalmente, é sempre algo esperado num trabalho de pesquisa. Por um lado, dessa vez (ou, pelo menos, dessa vez) eu não desejo ser coerente: exatamente porque não estou vendo uma coerência entre as formas a partir das quais a contemporaneidade funciona (e, entendendo o *shopping* como uma instituição contemporânea, também não estou vendo uma coerência entre as formas pelas quais as coisas dentro de um *shopping center* funcionam). Por outro lado, na medida em que trago, aqui, várias justificativas para a minha, digamos, incoerência, estou novamente expressando uma vontade de ser coerente (mesmo que eu duvide que isso possa acontecer): essa é uma vontade tão fortemente arraigada em mim (ou em nós?) que, mesmo quando eu tento experimentar a incoerência (aspecto *normal* do mundo), acabo, de certa forma, tentando praticar isso que chamamos de “coerência”. E se alguém puder definir, que o faça: afinal de contas, essa é uma vontade característica de qual lógica: moderna, moderna leve, moderna tardia, pós-moderna, de controle?

Tenho que reconhecer que, embora eu esteja tentando me desvencilhar de classificações, ao chamar o nosso tempo de “contemporâneo” e não de moderno, pós-moderno, ou qualquer outra denominação (e ao entender o *shopping center* como uma instituição contemporânea e não moderna ou pós-moderna), não estou fazendo nada diferente do que aqueles que adotam um ou outro nome em especial: estou também denominando. E por mais que eu pense diferentemente, acredito que não tenho outra forma de fazer, senão denominar, se quero expressar meu entendimento, se quero me fazer entender. O próprio texto, organizado em palavras, tópicos, seções, capítulos, exige isso de mim (ou de nós?). Na medida em que eu organizo minhas idéias em palavras e as coloco no papel de forma a, minimamente, fazer algum sentido para o leitor, entro no jogo da ambivalência, e tudo o que antes eu queria dizer é sabotado por minhas próprias palavras. Talvez a única forma de eu não cair em “contradição”, seria apresentando folhas em branco. Mas creio que ninguém (nem mesmo eu) pensaria que essa pudesse ser uma atitude “válida” na construção de uma Dissertação.

Como já referi, este é um estudo acerca de práticas desenvolvidas com crianças nos locais criados para elas em dois empreendimentos comerciais, a saber: *Shopping Center Iguatemi* e *Shopping Center Praia de Belas*, ambos localizados na cidade de Porto Alegre. Acredito que para melhor podermos compreender as condições que levam à inserção de *lugares de criança* nesses empreendimentos e à realização de determinadas práticas com crianças, é preciso, antes, situar os dois cenários onde tal inserção e tais práticas ocorrem.

Um primeiro cenário – mais amplo – seria a cidade em que estes *shoppings* estão localizados. O outro cenário diz respeito aos próprios *shopping centers* em que as crianças passaram a ter lugares. É com a intenção de situar estes contextos no tempo e no espaço que passo, agora, a discutir algumas questões referentes à instalação dos dois *shopping centers* na capital gaúcha.

*A mudança levou tempo por ser tão veloz*<sup>17</sup>

*A cidade de Porto Alegre: o cenário mais amplo*

Uma cidade – que não é simplesmente cenário preexistente ou contexto, cujos espaços públicos e privados (praças, ruas, edifícios) não são meros modelos, artefatos ou tipologias invariáveis definidos por qualidades físicas e explicados pela evolução de um discurso teórico disciplinar – é constituída, nos seus múltiplos espaços, por muitos e complexos elementos. (Rocha, 1999: 23)

---

<sup>17</sup> De *Perdidos no Espaço* (Legião Urbana, 1984).

Com aproximadamente duzentos anos de história, a cidade de Porto Alegre já passou por diversas transformações. À medida que a quantidade de habitantes aumenta, modifica-se também a estrutura urbana que, aos poucos, ganha outros espaços – escolares, de emprego, de saúde, de habitação, de lazer, etc. – que se fazem necessários para corresponder à crescente demanda populacional.

Antes mesmo de chegar à condição de cidade e capital de direito, no ano de 1822, Porto Alegre já estava envolvida num amplo processo de consolidação de seu núcleo urbano. Desde a transferência da administração da Capitania para cá, em 1773, o então governador Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, preocupado – por uma contingência de acontecimentos que não serão aqui comentados<sup>18</sup> – em valorizar a nascente povoação e promover a fundação de novos aglomerados humanos ao seu redor, incentiva e autoriza várias construções que possam beneficiar as pessoas instaladas na região. Apenas como exemplo, entre muitas outras realizações daquela época, cito a construção de duas fontes públicas para o melhoramento do abastecimento d’água que, até então, era feito diretamente do Rio Guaíba por aqueles que mais perto dele se encontravam, o que dificultava o acesso à água por parte da população situada na colina (Macedo, 1968; Monteiro, 1995).

Dá-se melhores condições de vida e moradia para o povoado que cresce e o povoado cresce cada vez mais em função, também, dessas condições melhores. Junto com as construções – e para dar conta delas – surgem as olarias e, paulatinamente, outras obras acontecem: novos edifícios públicos (Palácio do Governo, Casa da Junta – que, em seguida, tem seu prédio ampliado para o funcionamento da Assembléia naquele local); calçamento das ruas; cadeia e melhoramento das instalações militares; correio; igrejas; enfermarias; pontes; praças; centros de diversão popular (Casa da Comédia – primeiro centro mais bem organizado para proporcionar ao burgo precisado um pouco de diversão). “Trepidava a povoação em iniciativas para promover a comodidade e segurança coletivas” (Macedo, 1968:60).

---

<sup>18</sup> Explorar as condições que tornaram possível o interesse de forças portuguesas – representada, na época, por José Marcelino de Figueiredo – pela valorização do território porto-alegrense ultrapassa os objetivos desta Dissertação. Porém, cabe ressaltar que vários fatores de ordem histórica, econômica, administrativa, enfim, de ordem política, estavam em jogo nessa preocupação com a ocupação e o povoamento de Porto Alegre. Além disso, alguns acontecimentos históricos envolvidos nesse processo não estão aqui contemplados como, por exemplo, a primeira carta de sesmaria (1740); o Tratado de Madri (1750) e a vinda dos “sessenta casais”; a invasão espanhola na vila de Rio Grande (1763), a Revolução Farroupilha (1835-1845); entre muitos outros. Com relação a isso, ver Macedo (1968); Macedo (1973); Monteiro (1995); Pesavento (s/d) e Spalding (1967).

A então vila de Porto Alegre, por sua posição geográfica – “ficava no vértice do ângulo formado pelas duas grandes linhas fluviais, Jacuí e Lagoa dos Patos, que terminavam, respectivamente, em Rio Pardo e Rio Grande, centros dos dois mais extensos municípios” (id., *ibid.*:72) – mais se destacava à medida que seu porto adquiria maior importância, o que possibilitava ainda mais o crescimento do comércio. Mas “a importância comercial que Porto Alegre assume, por volta de 1814, recebendo e enviando utilidades e mantimentos necessários aos crescentes centros povoados em torno de Rio Grande e Rio Pardo” (id., *ibid.*:77), fez com que as atividades da agricultura decaíssem significativamente para um segundo plano, preocupando o governador em exercício, Diogo de Souza, que resolveu promover o adiantamento da agricultura na região para satisfazer o consumo crescente. No entanto, dado que grande parte dos colonos já estavam engajados, principalmente, nas áreas de criação de gado e industrialização do charque, faltava mão-de-obra para a lavoura. Era preciso, então, oportunizar uma nova colonização. Assim, foi providenciada a vinda de novos colonos<sup>19</sup> que se instalaram à margem do Rio dos Sinos, para onde se transportavam por via fluvial. Em função de a viagem ser difícil e demorada, os grupos passavam alguns dias na frente do rio aguardando o barco que os conduziria. Visto que estavam próximos ao grande centro de consumo que Porto Alegre representava, alguns deles instalaram oficinas de artesanato no local e ali permaneceram. Dessa forma, surge uma aglomeração bem longe da cidade, alterando a distribuição das chácaras naquela zona. Portanto, “maior concentração populacional, mais atividades e variação de funções operativas, exigiram benfeitorias diversas” (id., *ibid.*:82).

Ao trazer estes exemplos e tecer tais comentários, minha intenção é a de situar o processo de urbanização da cidade no contexto mais amplo em que ele vem acontecendo, desde as primeiras ocupações do território porto-alegrense. De lá para cá, inúmeras e diferentes modificações ocorreram no aspecto urbano, sempre costuradas a transformações sociais, econômicas, políticas, culturais, etc., redefinindo espaços e vivências.

---

<sup>19</sup> Isto, é claro, não se deu sem conflitos, controvérsias ou jogos de interesses. “Era conveniente a vinda de novos colonos que desconhecêssem o mau comportamento do governo para com os seus súditos e ignorassem a diferença de vida e de oportunidades entre a pequena e a grande propriedade, entre a data agrícola e a sesmaria rural” (Macedo, 1968:80).

Interessante percebermos como o fenômeno “população” aparece como constante e principal justificativa à maioria das reformas na cidade, principalmente no que tange à ampliação e organização geográfica urbana. A construção de novos espaços que, minimamente, permitam atender às necessidades das pessoas – enquanto grupo populacional – constitui-se quase como uma exigência do próprio crescimento demográfico. Tomando um exemplo mais recente, se observarmos o que diz a Constituição Federal (Brasil, 1988), no Capítulo intitulado “Da Política Urbana”, em seu artigo 182, perceberemos a relação existente entre urbanização e população: “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e *garantir o bem-estar de seus habitantes*” (grifo meu). Um outro exemplo, tratando-se mais especificamente de Porto Alegre, são os Planos Diretores da Cidade, a partir dos quais poderemos ver o quanto as questões do planejamento urbano relacionam-se ao crescimento populacional. Com relação à capital gaúcha, Burmeister (2000:1), arquiteto titular da Secretaria de Planejamento Urbano de Porto Alegre, diz que

seu primeiro Plano Diretor data de 1959, mas mesmo antes dele já tínhamos estudos e propostas que buscavam a organização de nosso espaço urbano. Na década de 60, quando a chamada Lei 2330 passou a vigor, possuíamos algo em torno de 600.000 habitantes, um território urbano cinco vezes menor e cerca de 30.000 veículos, numa média de um carro para cada 20 habitantes. Trinta e sete anos depois – o que demonstra a espantosa velocidade de crescimento de Porto Alegre – passamos a contar com cerca de 1.300.000 habitantes, com um território urbano cinco vezes maior e vinte vezes mais veículos, com uma média de um automóvel para cada 2.5 habitantes. Isso impôs um grande esforço para que fosse possível fazer frente às novas necessidades urbanas e exigiu investimentos pesados em infraestrutura, transporte, habitação e saneamento.

Talvez, atualmente, nos pareça um tanto óbvio dizer que a reforma urbana está ligada com as relações imediatas e cotidianas da população. No entanto, tal afirmação nos remete à idéia de que esse é mais um acontecimento datado e localizado e que deve ser analisado enquanto tal. Planejar urbanisticamente o

município, pensando estrategicamente a cidade, só se tornou possível a partir da invenção do conceito de população.

De acordo com Foucault (1999:289), o aparecimento desse elemento – corpo múltiplo e numerável – é algo de extrema importância para que comece a operar uma tecnologia de poder que age diretamente sobre a “massa global, afetada por processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.” Trata-se de uma *biopolítica da espécie humana*, de um *biopoder*, que considera o indivíduo “mediante mecanismos globais, [agindo] de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, [levando] em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e [assegurando] sobre eles (...) uma regulamentação” (id., *ibid.*:294). Trata-se de um poder que objetiva regular, num nível macro, de forma coletiva, uma população inteira. Combinado, articulado com o poder disciplinar (que atinge diretamente os corpos individuais; não do homem enquanto espécie, mas do homem enquanto máquina)<sup>20</sup>, o biopoder funciona como uma *tecnologia regulamentadora da vida* (id., 1985,1999).

Apesar de um pouco extenso, considero interessante trazer um exemplo descrito por Foucault (1999:299,300) com relação à coexistência desses dois diferentes (mas articulados) conjuntos de mecanismos (um disciplinar, o outro regulamentador) na organização das cidades:

Vê-se muito bem como ela [a cidade] articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recorte, pôr indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade. [Também apresenta] uma série de mecanismos que são, ao contrário, mecanismos regulamentadores que incidem sobre a população enquanto tal e que permitem, que induzem comportamentos de poupança, por exemplo, que são vinculados ao hábitat, à locação do hábitat e, eventualmente, à sua compra. Sistemas de seguro-saúde ou de seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longe-

---

<sup>20</sup> A questão referente à tecnologia colocada em funcionamento pelo poder disciplinar é parte da discussão feita no quarto capítulo desta Dissertação, na seção intitulada *As disciplinas e a arte da individualização*.

vidade ótima da população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias; os cuidados dispensados às crianças; a escolaridade, etc.

Nesse sentido, é importante atentarmos para a idéia de que a estruturação espacial não se traduz simplesmente no fato de se oferecer à população condições básicas de que ela começa a precisar a partir de seu aumento. Como bem nos mostra Foucault (1992a:211), essa vontade de promover condições satisfatórias de vida está intimamente imbricada a questões governamentais: “trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos”. Dessa forma, o conceito de população – que permite quantificar as pessoas em grupos, destacando suas necessidades e problemas – surge como pano de fundo às intervenções administrativas e a questão de como governar torna-se central nesse processo.

A possibilidade de os indivíduos fazerem parte de dados estatísticos, ou seja, de a população ser vista como um objeto quantificável, faz com que haja uma alteração no procedimento governamental, visto que o núcleo familiar, por si só – tomado até então como modelo de governo – não tem mais condições de servir como orientação à gestão das massas e, sozinho, já não dá mais conta dessa questão. A população – que é um agregado de indivíduos sobre o qual existem saberes, um agregado que é visto e entendido como um corpo coletivo vivo – passa, então, a justificar todo e qualquer ato governamental, constituindo-se, assim, como principal objetivo do governo. “(...) a população será o objeto que o governo deverá levar em consideração em suas observações, em seu saber, para conseguir governar efetivamente de modo racional e planejado” (Foucault, 1992b:290)<sup>21</sup>.

A gradativa transformação urbana em Porto Alegre se insere, pois, no contínuo processo de crescimento populacional verificado principalmente a partir de 1950 (ver anexo 4). Desta época em diante, vários espaços foram rapidamente construídos e/ou ampliados – hospitais, escolas, prisões, cemitérios, edifícios

---

<sup>21</sup> Uma pequena e importante precaução: o “governo” a que Foucault se refere não diz respeito somente e/ou preferencialmente às instituições do Estado – sentido que comumente damos a este termo. Para o autor, “governar é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (...) [é] “a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes” (Foucault, 1995:244). Nesse sentido, por “governo”, Foucault entende – e é também com este entendimento que utilizo tal expressão – a “condução da conduta humana”, que é concebida como algo que pode ser regulado, moldado, direcionado (Dean, 1999).

habitacionais, etc. – e a arquitetura começou a aparecer de forma cada vez mais específica (Maraschin, 1993). O ordenamento espacial também pode ser entendido como um modo de organização política, na medida em que se torna necessário dispor a população em determinados ambientes para melhor geri-la. Dessa forma, “a arquitetura começa a se especializar ao se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo” (Foucault, 1992a:211).

É também em torno da população que se coloca o problema da organização comercial. Desde que se inventou a assim denominada divisão do trabalho – possível, entre outros fatores, pelo “nascimento” dos conceitos de agricultura e pecuária e pelo início de atividades como o artesanato e a indústria –, o comércio passou por intensas transformações que acompanharam a crescente e “descontrolada” urbanização – processo conectado ao aumento populacional (Fonseca, 1993). Tais transformações estão associadas a uma vontade de organização das relações comerciais que, num contexto de modificações econômicas, políticas e demográficas, se expandiam consideravelmente.

À medida que novos arranjos sociais são estabelecidos, alteram-se também as formas pelas quais os sujeitos se vêem e se entendem. A instauração de novas práticas comerciais e a formação de novos saberes acerca destas práticas são processos que ocorrem de forma quase simultânea, nos quais, circularmente, os sujeitos atuam como instituidores de diferentes relações ao mesmo tempo em que são por elas instituídos. Com outros discursos em circulação, eis que se torna necessário investir em formas comerciais que correspondam à instalação das novas verdades sobre o comércio e seu funcionamento. Colocam-se, assim, algumas das condições que tornam possível o aparecimento dos *shoppings centers* nas sociedades em que eles se fazem presentes.

A partir de tais condições, e dada a instauração dos primeiros *shoppings* na capital gaúcha, o segundo Plano Diretor da Cidade já inclui esta nova estrutura comercial no seu planejamento urbano – colocando-se também como mais uma forma de, circularmente, reafirmar as condições para que estes empreendimentos sigam a existir. O comentário do art. 5º do Capítulo I, intitulado “Da Estruturação Urbana”, da Lei Complementar n. 434 (ver anexo 5), que institui o segundo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental da Cidade de Porto Alegre (PDDUA), traz as seguintes observações:

A cidade deve ter lugares onde as pessoas possam se divertir, passear (...), comprar ou vender e aprender. Chamados de Espaços Abertos, estes locais precisam estar espalhados pela cidade de uma maneira que cada habitante chegue até eles, a partir de suas casas, com facilidade, seja a pé ou de ônibus. Podem ser constituídos por áreas verdes (praças ou parques), ou por edificações, como um *shopping*, um teatro ou mesmo um estádio de futebol.<sup>22</sup>

Além disso, os *shopping centers* são incluídos, nesse segundo Plano Diretor (capítulo V, intitulado “Dos Projetos Especiais”) nos comentários dos artigos 60/61/62 (ver anexo 6), como Empreendimentos de Impacto Urbano de Primeiro Nível, definidos como “projetos de grande porte que abrangem uma área determinada da cidade e seu entorno.”

Até aqui, teci comentários referentes a *algumas* condições de possibilidade do surgimento dos *shoppings*. Mas saliento, também, que, simultaneamente, vários outros jogos e interesses concorreram à instauração desse novo empreendimento. Se faço tais considerações nesta Dissertação, é com a intenção de situar o *shopping center* na contínua transformação e crescimento da metrópole porto-alegrense, visto que o acontecimento *shopping center*, a partir de uma determinada época é, ao menos em uma de suas facetas, parte integrante do processo de urbanização da cidade. E como tal, deve ser também analisado levando-se em conta o contexto em que ele surge.

---

<sup>22</sup> O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) foi consultado via Internet na página da Prefeitura Municipal de Porto Alegre no seguinte endereço eletrônico: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/smp>.

*A violência é tão fascinante... E nossas vidas são tão “normais”*<sup>23</sup>

Em cima dos telhados, as antenas de TV tocam música urbana. Nas ruas, os mendigos com esparadrapos podres cantam música urbana. Motocicletas querendo atenção às três da manhã – é só música urbana. Os PMs armados e as tropas de choque vomitam música urbana. E nas escolas as crianças aprendem a repetir a música urbana. Nos bares, os viciados sempre tentam conseguir a música urbana. O vento forte seco e sujo em cantos de concreto. Parece música urbana. E a matilha de crianças sujas no meio da rua – música urbana. Os uniformes. Os cartazes. Os cinemas. E os lares. Nas favelas. Coberturas. Quase todos os lugares. E mais uma criança nasceu. Não há mentiras nem verdades aqui. Só há música urbana. (Legião Urbana, 1986)

Dizer que o crescimento demográfico e o simultâneo processo de urbanização constituem-se em condições de possibilidade da inserção do *shopping center* na cidade implica em fazer referência a outros acontecimentos que são mais do que imanentes ao aumento da população. Se, por um lado, a vida urbana se apresenta como a superação de diversos contratempos históricos, por outro lado, o viver em cidades traz consigo uma série de questões que, muitas vezes, se colocam como problemas, principalmente, aos grandes centros. O jogo da urbanidade tanto pode ser parte da solução quanto parte do problema. É nesse sentido que junto com o mito do progresso e da razão começam, exaustivamente, a surgir muitas e diferentes problemáticas em torno da vida social urbana. A perplexidade reina ao pensarmos no nosso próprio “tempo”. Tempo de inúmeros avanços tecnológicos, tempo das mais engenhosas invenções e construções, tempo de grandes inovações, mas também, e ao mesmo tempo, tempo de miséria, de dor, de fome, de violência. É época de robôs quase humanos e, conjuntamente, época de vida em condições “sub-humanas”. E a cidade grande é o principal cenário em que, de forma simultânea, essas coisas acontecem.

É no início da década de 60 que, no Brasil, a era do rádio chega ao fim, com o tão surpreendente advento da televisão. É, também, mais ou menos por essa época que a influência da cultura americana chega à boa parte da juventude brasileira: a

---

<sup>23</sup> De *Baader-Meinhof Blues* (Legião Urbana, 1992).

então chamada “juventude transviada”. Capitalismo e industrialização são as palavras que estão na ordem do dia. A internacionalização da economia e a entrada de capital estrangeiro no país aparecem, mais do que nunca, sob o título de progresso e modernização. O tão esperado e prometido “desenvolvimento” se apoia na idéia de uma sociedade de consumo bem organizada, inspirada, principalmente, nos padrões da cultura americana (Pesavento, s/d).

Neste período, grande parte do centro de Porto Alegre já estava verticalizado, as avenidas centrais haviam sido ampliadas, novas vias tinham sido abertas, na intenção de desafogar o centro da cidade fazendo sua conexão com bairros mais distantes – o que acarretou em inúmeras desapropriações para que se tornasse possível a construção dessas vias –, enfim, seu espaço urbano estava reordenado equiparando-se a outros grandes centros urbanos do país<sup>24</sup>. “Em contrapartida, as periferias cresceram e os cinturões de miséria passaram a ser representativos na fisionomia da cidade. Favelas, malocas, menores abandonados foram objeto de crítica social ao estado de calamidade que acompanhava a transformação de Porto Alegre” (id., *ibid.*:71). Nas décadas de 70 e 80, intensifica-se a problemática habitacional, conectada a antigas questões da reforma agrária e migrações da população rural para a capital gaúcha. O desequilíbrio no campo e nas fronteiras das áreas urbanas conduz “à proliferação de favelas, às invasões nas cidades, ao aumento da violência urbana e aos altos índices de criminalidade e mendicância” (id., *ibid.*:116). A pobreza cresce assustadoramente e, com ela, crescem também as taxas daqueles que não têm o que comer e/ou daqueles que não têm onde morar.

O sonho da harmonia social vinculado às grandes transformações urbanas e disseminado pelo ideário de “Ordem e Progresso” é colocado em risco no momento em que a própria cidade torna-se cenário da decadência das condições de vida da maioria da população. Em meio ao desemprego, ao comércio ilegal como forma de sobrevivência, à exposição dos menores de rua, à venda e consumo de drogas, à prostituição infantil, a assaltos, a assassinatos, etc., a própria população sente-se

---

<sup>24</sup> Uma seqüência de construções contribuíram de forma bastante significativa nesse reordenamento do espaço urbano porto-alegrense. Entre muitas delas, a rodovia Porto Alegre-Osório (*free-way*); viadutos, perimetrais, elevadas e túneis (substituindo os bondes – “símbolo do atraso” – pelo transporte público realizado através de ônibus); a rodoviária; terminais de ônibus construídos na área do Mercado Público e da Praça XV; o estádio de futebol Beira Rio (seguindo a grande mania nacional, em função de o Brasil tornar-se tricampeão do mundo, em 1970); transformação da Rua da Praia em “calçadão”; etc. (Pesavento, s/d).

ameaçada ao transitar pelas ruas, avenidas e parques da cidade. Junto com a crescente miséria e marginalidade, crescem, também, o medo de sair às ruas e o horror aos locais públicos abertos. O sentimento geral, experimentado principalmente nas grandes metrópoles, é de inquietação frente ao constante “perigo” que o viver em cidades hoje em dia representa, perpassado pelas idéias de desproteção, susto, temor.

Algo que poderia ser chamado de *terrorismo* rouba a desejada cena de vida harmoniosa nos centros urbanos e torna-se, assim, o espetáculo mais comum desse teatro no qual vivemos e do qual todos nós fazemos parte, tanto como espectadores – que quanto mais assistem à peça, mais vão, paulatinamente, sendo moldados por ela – quanto como atores – pois atuamos ativamente na medida em que, entre outras coisas, nos fantasiamos com as vestes modernas e incorporamos as idéias de um suposto regresso a uma suposta consonância social. E, mesmo assim, apesar de toda essa vontade que temos de alcançar uma simetria, esta é uma peça teatral – a peça do *terrorismo* – que está em cartaz há muito tempo e que não tem previsão de sair de cena tão cedo.

### ***Sorria! Você está sendo filmado!***

PRIORIDADE TOTAL PARA A SEGURANÇA. Esta é a estratégia dos *shoppings centers* para se manterem como referência de local que garante a integridade física de seus frequentadores. E isso não é só retórica. Mais de 30% dos custos condominiais dos *shopping centers* são destinados à área de segurança, o que inclui aquisição de equipamentos, contratação e treinamento de mão-de-obra<sup>25</sup>.

São essas as frases que iniciam o texto que trata do tema “segurança nos *shopping centers*”. O investimento em ferramentas capazes de promover o bem estar

---

<sup>25</sup> Este parágrafo é parte de um texto encontrado na página da ABRASCE, na Internet – consultada em janeiro de 2001 –, constituído por vários comentários acerca da temática “segurança em *shopping centers*”, feitos por diferentes pessoas envolvidas com a direção, administração, organização e planejamento de diferentes *shoppings* localizados nos principais centros do país (<http://www.abrasce.com.br>).

das pessoas, garantindo segurança, tranquilidade e conforto constitui-se em um grande diferencial dos *shoppings* – tanto no que se refere à finalidade comercial deste empreendimento, quanto aos fins de proporcionar locais de lazer e diversão – quando comparados ao centro da cidade – onde o comércio está mais amplamente localizado – e às praças e pontos públicos abertos de encontro e de convivência social.

A segurança, portanto, é um dos pontos chave dos *shopping centers*. Com relação às ferramentas e aos equipamentos através dos quais ela se concretiza materialmente em um *shopping*, o mesmo texto que referi acima destaca:

alarmes, sistemas de rádio, telefonia interna e, principalmente, circuitos fechados de TV com imagens de alta definição. (loc. cit.)<sup>26</sup>

Ainda neste texto, Claudio Guarany, diretor de operações para *shopping centers*, salienta:

se as câmeras ficam evidentes, elas inibem o criminoso. Da central, onde se reúnem os monitores, é possível acompanhar toda a movimentação dentro e fora do *shopping*. As nossas câmeras podem focar pessoas dentro dos ônibus que passam na porta do *shopping*. E é impressionante a qualidade das imagens. (loc. cit.)

Com relação aos gravadores que reúnem imagens simultâneas, um outro comentarista, Alexandre Villela, gerente geral de um *shopping*, afirma:

o sistema varre oitenta e um mil metros quadrados em dois minutos, o que levaria um dia inteiro para ser percorrido por uma pessoa (...), temos que mostrar ao cliente que o *shopping* está sendo vigiado. (loc. cit.)

Mas, além da presença dos equipamentos, Villela acrescenta:

o cliente sente falta da figura humana o protegendo. Por isso é fundamental a existência de profissionais atentos,

---

<sup>26</sup> Os depoimentos/afirmações retirados do referido texto sobre “segurança em *shopping centers*” aparecem destacados, independente de sua extensão, exatamente porque quero chamar a atenção para as frases citadas.

rondando todo o *shopping*, equipados com aparelhos de rádio, para que qualquer movimentação estranha possa ser comunicada imediatamente. (loc. cit.)

Quanto aos profissionais da segurança e seu respectivo treinamento, Luis Alberto Quinta, diretor de operações, destaca:

eles têm contato direto com o cliente. Além da cordialidade, têm que ter informações, saber conduzir diferentes situações e ser um modelo de comportamento para todos que estão no interior do *shopping*. Só através do treinamento constante é que essas pessoas vão absorver conceitos que farão com que ajam da forma adequada. (loc. cit.)

Ainda sobre a questão da segurança, do ponto de vista da projeção da arquitetura de um *shopping*, o empreendedor Reinaldo Rique diz que

a preocupação com a segurança tem que surgir muito antes do *shopping* estar em operação (...). Na hora de projetar o *shopping*, já devemos estar pensando na segurança. (loc. cit.)

Ao trazer todas essas informações, minha intenção é a de mostrar o quanto a sensação de se estar seguro ocupa um alto grau de importância na projeção e no bom funcionamento dos *shopping centers* e de que forma, com que estratégias os administradores, diretores, gerentes, engenheiros desses empreendimentos procuram lidar com essa questão<sup>27</sup>.

A partir das considerações e dos posicionamentos dessas pessoas, podemos perceber que, para mais eficazmente se garantir a segurança dos frequentadores de *shopping centers*, é imprescindível a utilização de certos equipamentos como, por exemplo, as câmeras dispostas em lugares estratégicos que tudo vêem e que a todos

---

<sup>27</sup> Sei que talvez seja um tanto problemático ficar restrita a um único texto que trata da questão da segurança. Sobre isso, saliento que o referido texto não se restringe apenas à opinião e ao posicionamento de um único autor, pois reúne comentários de várias pessoas envolvidas com o funcionamento de *shopping centers* e é uma publicação feita a partir das discussões que aconteceram no Sexto Congresso de *Shopping Centers*, realizado em São Paulo, de 13 a 15 de agosto de 2000, promovido pela ABRASCE. Portanto, é o que de mais recente vem sendo discutido sobre a questão. Além disso, saliento também que a ABRASCE é um órgão que serve de orientação a todos os *shoppings* do país. E, como já referi, este é um dos textos publicado na página virtual desta Associação.

vigiam. Nesse ponto, quero chamar a atenção para a relação que podemos fazer disso com uma forma de organização arquitetônica que permite a vigilância permanente e que é típica das sociedades modernas: o *Panóptico*. De acordo com Foucault (1992a:211), o *panoptismo* foi idealizado por Jeremy Bentham como uma “tecnologia de poder própria para resolver os problemas de vigilância”.

O *Panopticon* era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. [...] Na torre central havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela; não havia nela nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante. (Foucault, 1996:87)

A lógica do *Panóptico* é: saber que se está sendo visto, constante e continuamente, mas sem saber exatamente de onde vem esse olhar. “Projeto de arquitetura, [...] o *Panóptico* ilustra o desenvolvimento de um conceito funcional de espaço” (Perrot, 2000:136).

É certo que os *shopping centers* não se caracterizam por serem uma construção exatamente como a que Bentham idealizou. No entanto, as formas de *panoptismo* estão presentes nos *shoppings* – e há uma rápida proliferação desse tipo de vigilância em várias outras instituições contemporâneas – na medida em que, agora, apesar de se apresentarem sob novos formatos, a lógica (ou, ao menos, a finalidade de tais dispositivos: vigiar) continua sendo a mesma. Tomando como exemplo as câmeras espalhadas pelos corredores do *shopping*, observemos o que diz Foucault sobre o *Panóptico*:

sua função principal e primeira deve ser a de vigiar os indivíduos antes mesmo que a infração seja cometida, (...) é antes de tudo um olhar, um olho perpetuamente aberto sobre a população. (Foucault, 1996:107)  
É um tipo de funcionamento em que o poder poderá se exercer pelo simples fato de que as coisas serão sabidas e de que as pessoas serão vistas por um tipo de olhar imediato, coletivo e anônimo. (id., 1992a:216)

Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório. (id., ibid.:218)  
(...) trata-se de um aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto. A perfeição da vigilância é uma soma de malevolências. (id., ibid.: 221)

O que mais poderiam ser os circuitos fechados de TV, senão um “olho perpetuamente aberto” sobre os freqüentadores do *shopping*? Um olhar que vigia todos os corredores, todas as lojas, todos os que transitam no interior do empreendimento e até mesmo nos ônibus que por ali circulam. E que custo, comparado a sua eficiência, eles possuem se, afinal de contas, percorrem em dois minutos o mesmo espaço que uma pessoa levaria o dia inteiro para percorrer? “Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo, afinal de contas, irrisório.” Nesse sentido, considero ser correto afirmar que todos esses equipamentos e mecanismos utilizados para vigiar e controlar os atos dos freqüentadores dos *shoppings centers* – sempre para prevenir quaisquer tipos de possíveis confusões, sempre para garantir a segurança, tanto dos clientes como dos lojistas – constituem-se em formas atualizadas de *panoptismo*<sup>28</sup>. Nosso mundo contemporâneo tem se organizado estrategicamente de diferentes maneiras para lidar com todo o tipo de *terrorismo* que referi anteriormente. E se a criminalidade é uma constante nas cidades atualmente, é preciso encontrar modos que, de algum jeito, tentem afastar/prevenir os *shoppings centers* – e não somente eles, mas o maior número possível de nossas instituições – do caos, da bagunça, da desordem em que vivemos.

Mas afirmar que os referidos equipamentos, utilizados nos *shopping centers* para o controle da ordem, são formas *atualizadas* de *panoptismo* significa dizer, então, que essas novas formas, obviamente, tiveram que ser reinventadas, transformadas, adaptadas. E se isso foi preciso é porque alguns cenários a serem ordenados (neste caso, os *shopping centers*) já não são os mesmos de antes e já não

---

<sup>28</sup> Além de esta contínua vigilância se fazer presente nos corredores dos *shopping centers*, para garantir tranquilidade e segurança aos seus freqüentadores, ela também é comumente utilizada no espaço interno das lojas e, algumas vezes, quando se trata de lojas de auto-serviço/auto-atendimento, os equipamentos para vigilância eletrônica são instalados em todas as mercadorias, uma a uma, e conectados a uma rede de sensores que soam o alarme caso alguma mercadoria saia da loja sem ter seu aparelho devidamente desativado por algum funcionário (ver anexo 7).

mantêm a mesma estrutura de funcionamento: caso contrário, a tentativa de solução dos problemas de vigilância dos *shopping centers*, por exemplo, continuaria sendo realizada segundo a forma *panóptica* original. Portanto, dizer que ambas as formas de controle são colocadas em funcionamento com as mesmas finalidades (vigiar e ordenar), não me impede de também ver que existem diferenças entre o projeto arquitetônico de Bentham e os circuitos fechados de TV dos *shoppings*.

Uma dessas diferenças – e, a meu ver, a principal delas – diz respeito à forma como são operados, diferentemente no primeiro e no segundo caso, o tempo e o espaço<sup>29</sup>. Como já referi, Foucault (1992a:211) diz que o *panoptismo* é uma “tecnologia de poder própria para resolver os problemas de vigilância”. Mas essa tecnologia funciona em situações em que o *tempo* depende de uma rotina rígida e inflexível realizada num *espaço* fixo que põe em confinamento tanto os que impõem a rotina quanto os que são submetidos a ela. No edifício idealizado por Bentham – que serve como metáfora das relações de poder estabelecidas em várias instituições modernas como, por exemplo, a escola, a prisão, o manicômio e a fábrica –, a presença corpórea e constante daqueles que vigiam é tão indispensável quanto a presença daqueles que são vigiados. Ainda que em posições diferenciadas, ambos são capturados pela mesma tecnologia de poder: ambos permanecem presos ao *lugar* (que sugere um *tempo* e um *espaço* racionalmente organizados). Para ambos, não há escapatória: a alternativa de estarem do lado de fora dos muros e das cercas que os aprisionam definitivamente não existe. Nesse sentido, o que não existe é a possibilidade de movimento – ou, pelo menos, um movimento que se arrisque a transpor a ordenada e rígida delimitação espaço-temporal.

A mobilidade pode ser entendida como o ponto chave da diferença que há (de percepção e uso do tempo e do espaço) entre a forma *panóptica* de Bentham e as formas atualizadas de *panoptismo* dos *shopping centers*. É certo que, em qualquer caso, o movimento tem sua organização racionalizada com base na eficiência, de forma que se obtenha o máximo de produtividade e resultados esperados, no menor prazo de tempo possível. A diferença é que, no primeiro caso, o movimento é muito restrito e pode ser realizado apenas – e somente apenas – dentro de um espaço de

---

<sup>29</sup> Todas as considerações feitas, nesta Dissertação, acerca de questões que envolvem as categorias tempo/espaço têm como referência as análises de Bauman (2001), Domingues (1996), Giddens (1991) e Harvey (1996a; 1996b; 1996c; 1996d).

fixas fronteiras e limites intransponíveis. Soma-se a isso o fato de que, nesse espaço, não são permitidos quaisquer movimentos, mas apenas – e somente apenas – os movimentos pré-estabelecidos pela rotinização do tempo.

Diferentemente, no segundo caso, as pessoas vigiadas não estão submetidas a rotinas, nem a confinamentos. Elas estão “livres” para se moverem o quanto quiserem (e, tratando-se de um *shopping*, quanto mais se moverem de um lado para outro, melhor). Estão livres até mesmo para sair, quando quiserem, para fora dos muros; assim como também podem voltar quando quiserem. De qualquer forma, não esperam nenhuma punição, nenhuma repreensão por terem saído ou voltado. E mais: é a própria tecnologia de poder que deve, antes de tudo, ser móvel se se pretende que tenha o efeito esperado: inibir os possíveis infratores. As pessoas que – no *panoptismo* de Bentham – têm a responsabilidade de manter a ordem são – nas formas atualizadas de *panoptismo* dos *shopping centers* – substituídas por máquinas eletrônicas, muito mais eficientes porque muito mais baratas e (por isso mesmo) mais disseminadas; mais microscópicas (tanto em si mesmas, quanto nos detalhes que são capazes de captar); e muito mais velozes (em termos de capacidade humana):

o sistema varre oitenta e um mil metros quadrados em dois minutos, o que levaria um dia inteiro para ser percorrido por uma pessoa. (Villega, gerente geral de um *shopping*, em frase já citada)

Os dispositivos de segurança dos *shoppings* movem-se com muito mais velocidade, o que, certamente, altera a forma como o tempo é operado. O tempo necessário para o funcionamento eficaz desses dispositivos é super reduzido se comparado à estruturação e organização do tempo no projeto arquitetônico de Bentham. Nos dispositivos de segurança dos *shoppings*, as relações de poder são estabelecidas quase que *instantaneamente*, o que dispensa as rotinas. Se o tempo não precisa ser rotinizado para que a tecnologia de poder funcione, faz-se também dispensável manter as pessoas em confinamento. Afinal, elas estão sendo “filmadas” não apenas em todos os cantos do *shopping center*, como também fora dele:

(...) Da central, onde se reúnem os monitores, é possível acompanhar toda a movimentação dentro e fora do *shopping*. As nossas câmeras podem focar pessoas

dentro dos ônibus que passam na porta do *shopping*. E é impressionante a qualidade das imagens. (Guaranys, em frase já citada).

A tecnologia de poder, nesse caso, não precisa mais de delimitação espacial – não porque deixa de dar importância ao espaço, mas exatamente porque, em função da rapidez de movimento com que é operada, essa tecnologia se estende a todos os espaços. É cada vez mais comum vermos, em vários e diferentes lugares do mundo de hoje (em *shopping centers*, em diferentes tipos de estabelecimentos comerciais, em bancos, em bibliotecas, em museus, etc.) a presença de pequenas máquinas, interligadas a um circuito eletrônico, que executam a função de vigiar tudo e todos: “Sorria! Você está sendo filmado!”. Essas novas formas de *panoptismo* não precisam mais de barreiras espaciais: são extraterritoriais. Quanto maior a mobilidade dessas novas tecnologias, maior a eficácia das tecnologias de poder que elas engendram. Quanto mais o tempo torna-se instantâneo no maior espaço possível (de forma a abolir o próprio tempo e o próprio espaço) mais eficazes serão os mecanismos de controle.

Penso que podemos fazer a relação disso com a discussão proposta por Deleuze (1992a; 1992b) acerca do enfraquecimento, nas sociedades de hoje, das formas disciplinares de poder – das quais o *Panóptico* de Bentham é um dos principais exemplos. Para aquele autor, estamos deixando para trás as formas pelas quais eram organizadas as sociedades disciplinares, para entrarmos no que ele chama de *sociedades de controle*. As sociedades disciplinares são conhecidas por fazerem circular dispositivos que operam a partir da delimitação de um espaço fechado, distribuindo os corpos no espaço, ordenando o tempo, compondo uma relação produtiva entre espaço-tempo. É por isso que para uma sociedade se tornar disciplinar, será sempre necessário submetê-la a uma quarentena prévia de práticas disciplinares; uma quarentena numa instituição de seqüestro, de que a escola é um bom exemplo. Se essa quarentena prévia não for suficiente, sempre será possível seqüestrar os corpos indóceis, seja na prisão, seja no quartel, seja no hospício... As sociedades de controle, ao contrário, dispensam as operações que necessitam de qualquer tipo de sistema fechado para que funcionem. O controle é, dessa forma, livre de delimitações espaço-temporais: ele passa a “integrar mecanismos que rivalizam com os mais duros confinamentos (...). Estamos entrando nas sociedades

de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (Deleuze, 1992a:216). As telecomunicações e a informática fornecem o suporte para a sociedade de controle. A integração entre essas duas tecnologias em dispositivos denominados “telemáticos”, potencializam infinitamente o controle. Nesse caso, parece que estamos nos tornando uma “sociedade de cristal”. E é claro que não se trata tão somente de uma vigilância visual, mas também de uma “vigilância documental”, em que cada um pode ser mapeado, escrutinado e acompanhado em imensos bancos de dados (Veiga-Neto, 2002). Trata-se de “formas ultra-rápidas de controle ao ar livre” (Deleuze, 1992a:216), de mecanismos que funcionam permanentemente, independente do tempo ou do espaço – e, podemos referir que, no caso das formas de vigilância presentes nos *shoppings centers*, trata-se, também, dos circuitos internos de TV.

Vou abrir um pequeno parêntese, neste momento, para dizer que se trago, nesta parte do trabalho, a discussão de Deleuze sobre as sociedades de controle é somente para que possamos ampliar a questão aqui colocada: as diferenças (mas também as semelhanças) que existem entre a forma *panóptica* original e as formas atualizadas de *panoptismo*. Quero deixar claro que a vigilância de controle não é disciplinar: a disciplina exige, necessariamente, a delimitação do espaço e uma disposição reticular, em que o espaço é “lugarizado” em muitos e diferentes lugares. Mas eu relaciono o projeto arquitetônico de Bentham com os circuitos fechados de TV dos *shopping centers*. E penso que se a relação pode ser feita, então é porque esses novos mecanismos de controle – ainda que se apresentem de outras formas, adaptadas para se equívalerem às transformações de um mundo que, em muito, vem estendendo os seus limites – conservam algo daqueles mecanismos, digamos, modernos. E se isso acontece, então é porque não se pode descartar a possibilidade de que tais mecanismos não deixam de também ser modernos – ao menos em algumas de suas facetas. O “como” se faz a vigilância das pessoas é o que está em discussão aqui: com que estratégias, dispositivos, mecanismos. Mas não podemos deixar de levar em conta que, independente das formas que histórica ou recentemente organizamos para vigiarmos a nós mesmos e aos outros, o fato de que a vigilância deve existir nas nossas sociedades (ou disciplinares ou de controle ou do que mais quiserem chamá-las) não desaparece. Se é que agora, para vigiar, deixamos de nos valer das disciplinas, se inventamos outras formas não disciplinares de vigilância, é

exatamente porque essa necessidade de vigiar não se extingue: esse parece (de uma forma ou de outra, com maior ou menor intensidade) um ponto comum às chamadas sociedades disciplinares ou de controle. Portanto, ao me referir a Deleuze – e à sua discussão em torno do desaparecimento das sociedades disciplinares que estão dando lugar às sociedades de controle – não estou assumindo, nesta Dissertação, a posição de que os *shopping centers* e suas formas de vigilância estão inseridos, em sua totalidade, numa lógica que guiaria as chamadas sociedades de controle. Apesar de Deleuze (1992a) enfatizar que o próprio Foucault (“considerado como o pensador das sociedades de disciplina”) foi “um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás”; e, ainda, apesar de Deleuze (ibid.) também afirmar que “estamos entrando nas sociedades de controle”, é importante destacar que este mesmo autor não se refere às formas disciplinares como extintas. Em outras palavras: ainda que Deleuze sugira que estamos passando por um processo de substituição de uma coisa pela outra (das sociedades disciplinares pelas de controle), ele não chega a afirmar que não existam mais, em nossas sociedades, organizações a partir das disciplinas. E é exatamente aí que eu encontro uma brecha para ora me referir a Foucault (e à lógica disciplinar que ele tanto estudou), e ora me referir a Deleuze (e à lógica daquilo que ele chama de sociedades de controle), sem me arriscar a, digamos, fazer uma mistura de perfis teóricos – ainda que mesmo assim eu corra algum risco disso.

Para fechar esse parêntese, quero dizer que, embora, por um lado, eu esteja entendendo os dispositivos de vigilância dos *shopping centers* como inscritos numa lógica característica daquilo que Deleuze chama de sociedades de controle, por outro lado, entendo também que esses mesmos dispositivos são colocados em funcionamento a partir de uma “vontade de governo” e de uma “vontade de ordenação” típica das sociedades disciplinares estudadas por Foucault. É exatamente essa a questão que me incomoda: apesar de toda a minha tentativa inicial em entender as formas atualizadas de *panoptismo* como inscritas numa determinada lógica, acabei me deparando com a impossibilidade de uma classificação dessas formas, exatamente porque há um emaranhado de relações entrelaçadas numa teia muito refinada, que acaba por engendrar isso que chamei de *formas atualizadas de panoptismo*. Em resumo: tais formas não são inscritas numa ou noutra determinada

lógica em especial; elas são o resultado de um conjunto de deslocamentos, variações, alterações dos modos de percebermos e de vivermos a realidade.

Seguindo a discussão acerca das diferenças entre as duas formas de vigilância em questão, quero atentar, novamente, para o fato de que as relações de poder são, nos *shopping centers*, estabelecidas através da utilização de máquinas eletrônicas: o que sugere que isso aponta para a “inexistência” de pessoas que vigiam e pessoas que são vigiadas. Todas as pessoas que estão no *shopping* – donos de lojas, funcionários de lojas, pessoal responsável pela limpeza, compradores, visitantes, enfim – estão constante e *instantaneamente* sob o olhar dos circuitos fechados de TV. No modelo *panóptico* original, existe a clara distinção entre aqueles que vigiam e aqueles que são vigiados – ainda que aqueles que vigiam também estejam, de certa forma, sob o olhar de outros vigilantes ou sob o olhar dos próprios vigiados (e, por isso, também sejam capturados pelas relações de poder). Mesmo assim, há, nesse caso, dois grupos visivelmente distintos de pessoas, que estão em situações muito diferenciadas. Ao contrário, quando os mecanismos de controle passam a ser operados por equipamentos eletrônicos, as figuras do vigia e do vigiado empalidecem: dessa forma, muito mais do que no *panoptismo* “clássico”, todas as pessoas que circulam pelos corredores, lojas, banheiros, escadas, etc. do *shopping* são, ao mesmo tempo, vigilantes e vigiados, fazendo com que cada um em particular seja responsável pelo controle da ordem, controlando a si mesmo e também aos outros – ou espera-se que, no mínimo, seja responsável por sua própria ordem<sup>30</sup>.

Se é verdade que as novas formas de *panoptismo* são estratégias de poder, é preciso salientar que, ao serem colocadas em funcionamento, elas produzem certos efeitos. Não se trata de analisá-las do ponto de vista da negatividade deste poder exercido. Muito pelo contrário, são extremamente produtivas. Elas não são uma força que alguns possuem e que impõem a algo ou a alguém a fim de dominar. Há muito mais sutilezas. Trata-se, ao invés disso, de entendê-las enquanto inscritas em relações de poder. “Aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age

---

<sup>30</sup> Não podemos esquecer da presença dos chamados “seguranças” que, uniformizados para melhor serem identificados, caminham pelos corredores do *shopping*. Quanto à possibilidade de eles estarem executando a função de “vigias”, é preciso dizer que a presença desses profissionais se faz necessária muito mais em função de uma *sensação* de proteção (requerida pelas pessoas que estão dentro do *shopping*) do que mesmo em função da eficiência dos mecanismos de poder. Arrisco a dizer que a presença dos seguranças é muito mais simbólica do que realmente necessária. Como Villela salienta (em frase já citada): “o cliente sente falta da figura humana o protegendo. Por isso, é fundamental a existência de profissionais atentos, rondando todo o *shopping* (...)” [grifo meu].

direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, ou futuras, ou presentes” (Foucault, 1995:243). O que, de certa forma, as câmeras de TV distribuídas pelo *shopping* fazem é delimitar o campo de ação das pessoas. Ainda que essas câmeras acabem, algumas vezes, por identificar o agressor ou o ladrão e que isso, eventualmente, tenha determinados efeitos diretamente no indivíduo propriamente dito, seu objetivo principal não é este. O que as câmeras pretendem é agir não exatamente *nas* pessoas, mas sobre as ações *das* pessoas, determinando e delimitando seus possíveis atos, operando em seus comportamentos, conduzindo suas maneiras de se comportar. Isso acaba tornando-se cada vez mais fácil na medida em que as pessoas começam a interiorizar certos saberes/códigos/regras sobre como se comportar, como agir em determinados locais e passam a vigiar aos outros e a si próprias. Talvez até pudéssemos pensar na possibilidade de que quanto mais as pessoas incorporassem a lógica do *panoptismo*, mais a presença dele se faria desnecessária. O sucesso maior das formas *panópticas* atualizadas seria, nesse caso, sua própria extinção. Mas o fato é que – pelo menos por enquanto – elas ainda existem e estão aí para conduzir as atitudes dos sujeitos “num campo mais ou menos aberto de possibilidades” (id., *ibid.*:244).

Dessa maneira, se está, ao menos em parte, pretendendo garantir a tranquilidade das pessoas nos *shopping centers*, de forma que possam se sentir seguras ao transitarem pelos corredores, ao olharem as vitrines, ao fazerem suas compras, ao participarem de experiências oportunizadas por este empreendimento, ao fazerem suas refeições, ao levarem suas crianças para brincar, ao pararem para ver a divulgação do próximo filme que passará no cinema, ao se reunirem com outras pessoas em pontos de encontro dentro do *shopping*, enfim, ao realizarem todas as coisas que estão disponíveis para serem feitas num *shopping center*.

Uma outra afirmação retirada do já referido texto sobre segurança, publicado na página virtual da ABRASCE, é a seguinte:

a missão primordial é *preservar a vida* e a integridade dos freqüentadores do *shopping*. [grifo meu]

A *preservação da vida* é um dos principais motivos pelos quais algumas pessoas preferem os *shoppings* ao centro da cidade e às praças, visto que nestes em-

preendimentos estão praticamente excluídos certos inconvenientes experimentados, principalmente, nos centros abertos das grandes metrópoles.

Combinados, mesclados, coligados, imbricados a vários outros fatores, talvez possamos afirmar que os altos índices de violência urbana constituam-se, assim, em mais algumas condições que tornam possível a instauração dos *shoppings centers* na cidade, na medida em que é preciso “proteger” a população – ou, ao menos, uma parte dela – do “perigoso rumo” que a vida nas grandes cidades seguiu. De acordo com Foucault (1999:287), “fazer viver e deixar morrer”. Eis o lema moderno que deve ser cumprido. Governar a população implica, acima de tudo, assegurar a sua vida. “Pois qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.” (Foucault, 1992b:289). E isso inclui, também, protegê-la de todos os possíveis males. “Para gerir essa população é preciso, entre outras coisas, (...) intervir nas condições de vida, para modificá-las e impor-lhes normas” (id., 1997:86).

Portanto, frente ao perigo que a crescente violência urbana apresenta ao bom funcionamento do convívio social, talvez a instituição *shopping center* apareça como um dos meios de se promover a segurança, ao menos de uma parte da população – não apenas no que diz respeito às atividades comerciais, como também às atividades culturais, visto que o *shopping center* proporciona diversos espaços de lazer e diversão. Isso não significa, contudo, que constatados os índices de violência, dá-se, então, a instauração do *shopping*. Esta seria uma afirmação um tanto simplista e, digamos, ingênua. Penso que esse é um processo bem mais perspicaz. Sugiro apenas que, combinada a uma série de contingências, essa instituição que chamamos *shopping center* pode ter vindo ao encontro dos objetivos de governo.

Aliado a isso, o “bem sucedido” modelo capitalista da sociedade de consumo americana – já que estamos falando de uma forma de organização comercial “importada” dos Estados Unidos – chega não somente como uma promessa capaz de solucionar ou, ao menos, amenizar a desordem que gera “atrasos”, mas também, e em decorrência disso, como uma meta a ser atingida pela sociedade brasileira, que almeja desenvolvimento econômico e cultural.

No caso específico de Porto Alegre, a iniciativa de construção dos *shopping centers* Iguatemi e Praia de Belas são exemplos de uma tentativa de organização comercial, que se constitui em mais uma das sutis ferramentas úteis ao governo da

população porto-alegrense. A seguir, teço alguns comentários acerca da instauração desses dois espaços na capital gaúcha.

### ***Você Sabe O Que É Melhor Para Você*** ***O Shopping Center Iguatemi***

Como já referi, a construção de um *shopping center* acontece em função de um amplo contexto de transformações sociais, culturais, econômicas e urbanas. Mas, de forma circular, é igualmente válido pensarmos no sentido contrário: sua instalação em uma determinada área geográfica acaba também por gerar muitas transformações no que se refere ao processo de urbanização e, conjuntamente, às demais relações.

Há aproximadamente dezessete anos atrás, o Bairro Passo D'Areia, a seis quilômetros do centro de Porto Alegre, caracterizava-se por ser uma área de chácaras com exígua ocupação. Nada além de um “vazio” composto por poucas propriedades. Foi nesta área periférica da cidade que se deu a construção de um novo espaço comercial – o *Shopping Center Iguatemi* – que, em combinação com outros equipamentos urbanos, foi capaz de transformar física e simbolicamente boa parte da região norte da capital (Maraschin, 1993).

A nova organização comercial, inaugurada em 13 de abril de 1983 e localizada próximo às Avenidas Assis Brasil, Nilo Peçanha e Carlos Gomes (ver anexo 8), foi o primeiro *shopping* do tipo regional construído no Estado do Rio Grande do Sul<sup>31</sup> (id., ibid.). Atualmente, a área em que este empreendimento se situa é tida como uma das mais valorizadas da cidade de Porto Alegre. Tão logo deu-se a instalação do *shopping*, os “vazios” característicos da região começaram a ser ocupados, de forma muito acentuada, por grandes edifícios construídos principalmente para a população com alto padrão aquisitivo, o que sugere que

---

<sup>31</sup> No ano de inauguração do *Shopping Center Iguatemi*, o Centro Comercial Azenha – que, por motivos de organização estrutural, é classificado como um *shopping center* de comunidade – já estava em funcionamento na cidade de Porto Alegre. Vale lembrar que os três tipos existentes de *shopping* são definidos pela existência ou não de lojas âncora e que, por isso, o Iguatemi é o primeiro do tipo regional em todo o Estado (Maraschin, 1993).

construir o empreendimento ali não foi um simples movimento de urbanização, mas foi também uma forma de valorização daqueles terrenos. A valorização e a verticalização da área trouxeram consigo uma gradativa subversão da estrutura urbana até então existente.

Ao caracterizar as pessoas que começam a compor tal estrutura – em parte, projetada exatamente para elas – produziu-se não só uma caracterização do espaço como sendo mais apropriado a uma determinada “faixa” populacional, como também, ao mesmo tempo, se instituiu essa própria “faixa”. Tal movimento relacional se inscreve, pois, na já referida tentativa de pôr cada sujeito no seu devido lugar. Devidamente ordenados, qualificados e particularizados, há que, permanentemente, se quantificar os sujeitos que passam a ocupar um novo retículo dentro do quadro geral da população – exatamente o retículo correspondente às pessoas que residem próximo ao *Shopping Center Iguatemi*<sup>32</sup>. A produção de dados estatísticos que caracterizam a zona de influência deste empreendimento justifica, então, a necessidade de graduais intervenções que correspondam às necessidades daquela área – para melhor organização e, portanto, melhor disciplinarização e governo da mesma.

Com relação às modificações causadas por um *shopping center* na região onde é instalado, Rique (1980:6) diz que estes empreendimentos acabam também por “projetar, implementar e manter, cuidadosamente, a infra-estrutura indispensável ao seu funcionamento e ao bem-estar coletivo nas zonas urbanas onde estão localizados. Aí se incluem ruas, estacionamentos gratuitos, serviços de iluminação, de água, de esgotos, de limpeza pública, de vigilância e muitos outros”.

Foi dessa forma que, juntamente com a construção do *Shopping Center Iguatemi*, deu-se, naquela área, a alteração dos valores imobiliários, a melhoria da

---

<sup>32</sup> Historicamente, este é um retículo que carrega uma significação muito particularizada no contexto porto-alegrense. Determinados marcos simbólicos – e não só simbólicos – são atribuídos à área próxima ao *Shopping Center Iguatemi*, caracterizando-a como “área nobre” e de “status elevado”. Ainda que meu objetivo neste estudo não seja o de detectar quais instituições ou fatos são responsáveis por tal atribuição, cabe ressaltar que, além da existência do *shopping*, a área em questão é composta por diversos equipamentos urbanos também significativos para a referida caracterização, como, por exemplo, Country Club, Colégio Anchieta, Colégio Farroupilha, Praça Japão, Hospital Conceição, Banco de Olhos, Faculdade São Judas Tadeu, Sociedade Libanesa, entre outros. A região já era considerada “nobre” antes da instauração do *shopping* – visto que todos esses equipamentos já existiam ali. Porém, havia um vazio que estava sendo ocupado por favelas. Era preciso, então, impor uma revalorização à área que estava, de certa forma, “correndo perigo” e empurrar mais ao norte a população de baixa renda. Talvez o “risco” que corriam aqueles já consagrados espaços seja um dos fatores que viabilizou a necessidade da colocação do *shopping* na região.

infra-estrutura através da participação do poder público, o surgimento do comércio nas proximidades<sup>33</sup> e, principalmente, a ampliação dos eixos de circulação e comunicação. No que se refere a este último item, uma série de construções foi realizada a partir de 1983 – com a instauração do *shopping* – como, por exemplo, o alargamento e a pavimentação das Avenidas Nilo Peçanha, Carlos Gomes e João Wallig, permitindo que estas fizessem importantes conexões de acessibilidade entre a área em questão e os vários bairros da região. Além disso, também em função do funcionamento desse novo empreendimento, deu-se a extensão dos serviços de transporte coletivo, reestruturando os trajetos de ônibus e lotações (Maraschin, 1993). E de forma circular, mais se investe naquele empreendimento à medida que outras condições de acessibilidade vão sendo dispostas.

Um dos muitos elementos que evidenciam o caráter permanente das transformações a partir dos dados demográficos e das novas condições de vida que se colocam à população daquela área refere-se às várias reformas que vêm sendo feitas no *Shopping Center Iguatemi* desde 1983. Dez anos após sua inauguração, quando então se verificou um aumento significativo da ocupação nas áreas próximas ao empreendimento, este *shopping* teve seu prédio ampliado e remodelado, o que possibilitou a construção de novas sessenta lojas, além de mais quatro cinemas. Não levou muito tempo – apenas um ano – para que outra grande reforma fosse realizada. Em abril de 1994, o *Shopping Center Iguatemi* teve o projeto arquitetônico de sua “praça de alimentação” totalmente modificado. De acordo com informações obtidas via Internet (<http://www.iguatemi-poa.com.br>)<sup>34</sup>, “foram agregadas dez novas operações, proporcionando uma variadíssima gama de opções para seus consumidores, num ambiente que passou a contar com mais de mil lugares ao público”. Oito meses depois – mais especificamente em dezembro de 1994 – o *shopping* contava com uma nova área de lojas, diversificando ainda mais seu *tenant mix*. Como se não bastasse, “em outubro de 1997, foi inaugurada a expansão do Iguatemi que agregou ao *shopping* mais setenta e cinco operações, uma nova área de alimentação, cinco modernos cinemas e um prédio garagem com mil e quinhentas

---

<sup>33</sup> Apenas como um pequeno exemplo disso, poderíamos citar a construção do novo “Bourbon” naquela região. Com relação a isso, cabe destacar que “os *shoppings* não excluem ou eliminam o comércio tradicional e até o reforçam, ensejando-lhe competição e, por esta via, aumento de produtividade” (Rique, 1980:5).

<sup>34</sup> Tais informações foram coletadas em novembro de 2000.

vagas, o que veio a elevar o número total de vagas no estacionamento em três mil e quinze” (loc. cit.).

Ao trazer tais informações, minha intenção é a de enfatizar, mais uma vez, que tanto a invenção desta nova forma comercial como, também, sua permanente atualização estão intimamente imbricadas com o conceito de população, com a estatística que dela se faz e, de forma mais geral, com a vontade de governá-la.

### ***Onde a Vida Acontece***

#### ***O Shopping Center Praia de Belas***

O *Shopping Center* Praia de Belas foi construído no bairro Praia de Belas, na cidade de Porto Alegre, próximo aos bairros Menino Deus, Cidade Baixa e Santana. O empreendimento está situado na confluência de três grandes avenidas – Av. Praia de Belas, Av. Borges de Medeiros e Av. Ipiranga – o que permite um rápido acesso ao *shopping* a partir de várias zonas da capital gaúcha (ver anexo 9). Esta facilidade de acesso o torna uma referência de compras e lazer não apenas para os moradores dos já referidos bairros próximos ao *shopping*, como também para aqueles que residem ou trabalham no centro da cidade. Para os administradores do Praia de Belas, a acessibilidade constitui-se num grande diferencial deste *shopping* se comparado a outros empreendimentos do mesmo gênero, situados em Porto Alegre.

Localizado próximo à área central da cidade, numa região onde estão instaladas empresas como Grupo RBS e Petróleo Ipiranga, além do Foro e dos Tribunais Estaduais e Federais, o Praia de Belas tornou-se, em pouco tempo desde sua inauguração, o *shopping* com a maior venda por metro quadrado do sul do país.

Esta marca foi atingida não só pelo seu perfil de público (caracterizado por sua frequência e fidelidade), mas também, certamente, em função de suas características, que o tornam um equipamento diferenciado dentro do contexto dos *shopping centers* no Rio Grande do Sul<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Fragmento retirado do texto intitulado *Sobre o Shopping*, que pode ser encontrado na página virtual do *Shopping Center* Praia de Belas (<http://www.praiaдебelas.com.br/content/sobreoshopping>).

Inaugurado em 29 de outubro de 1991, o Praia de Belas teve 113.000 m<sup>2</sup> de área construída e 32.000 m<sup>2</sup> de área bruta locável (ABL). Inicialmente, foi projetado para agregar em seu *tenant mix* um total de 175 lojas distribuídas em dois pisos, 3 cinemas (com capacidade para 750 lugares) e 27 operações na praça de alimentação. Além disso, este *shopping* teve seu espaço de estacionamento de veículos projetado para oferecer mais de 2.000 vagas (ver anexo 10). Caracterizado por um paisagismo interno e externo (com utilização de flores e palmeiras), pelo aproveitamento da iluminação natural (ver anexo 11) e por grandes espaços de circulação, o empreendimento construído à beira do rio Guaíba anunciava, no período de sua edificação, a previsão de um movimento diário de 50.000 pessoas (número aproximado de pessoas que circulam diariamente por este *shopping center*, nos dias atuais).

Por tudo isso, a região que se situa ao redor do Praia de Belas foi alvo de várias modificações. “O entorno do empreendimento também recebeu atenção dos construtores que, através de um acordo com a prefeitura local, realizaram a duplicação da avenida Praia de Belas, da ponte sobre o arroio Dilúvio (rio Ipiranga) e executaram três novas praças nos arredores” (Medeiros, 1992). Um outro ponto a ser destacado refere-se à alteração dos trajetos dos ônibus que circulavam entre os bairros próximos a este *shopping center*. Tão logo deu-se a instauração deste empreendimento, os serviços de transporte coletivo foram significativamente ampliados, de modo que, atualmente, o Praia de Belas está servido por quarenta e oito linhas de ônibus e lotação.

Com o início de seu funcionamento, algumas transformações também ocorreram no interior deste *shopping*. Ainda que a área construída e que a ABL não tenham se modificado, novas operações foram agregadas ao *tenant mix* do Praia de Belas. Atualmente, este empreendimento apresenta um *mix* composto por quase duzentas lojas, sendo que o número de lojas âncora aumentou de três para seis. À praça de alimentação foram agregadas mais oito operações desde a inauguração do Praia de Belas, que passou a contar com mais de duas mil acomodações em restaurantes e lojas *fast-food*. Além disso, também foram instalados cerca de 20 quiosques de serviços pelos corredores do *shopping*.

Quero salientar que faço tais comentários, nessa seção, sobre o *Shopping Center* Praia de Belas (e, na seção anterior, sobre o *Shopping Center* Iguatemi)

porque penso que tanto a difusão em larga escala de um tipo arquitetônico como este, quanto as transformações que os dois *shoppings* em questão vêm sofrendo (no sentido de ampliar suas operações) não acontecem sem causarem efeitos em nossas formas cotidianas de organização. Do mesmo modo, quero destacar que são essas nossas mesmas práticas diárias que possibilitam tal difusão e tais transformações. Se eu trouxe, até esta parte da Dissertação, algumas informações sobre os referidos *shoppings* é porque acredito que tais considerações podem auxiliar essa minha tentativa de entender as formas pelas quais passamos a destinar lugares às crianças em *shopping centers*.

Espaços projetados especialmente para abrigar as crianças dentro dos *shopping centers*: eis o cenário mais específico onde este estudo foi realizado. Antes de começar a discutir tais espaços infantis, pontuei, até aqui, algumas questões com relação ao contexto mais amplo em que eles estão inseridos. Para isso, fiz uma breve apresentação da instituição *shopping center*, destacando as características necessárias para que uma organização comercial seja considerada um *shopping* e apontando algumas circunstâncias que viabilizam o surgimento e o desenvolvimento desse empreendimento. Discuti alguns aspectos das formas pelas quais um *shopping center* é organizado, relacionando tais aspectos com conjuntos discursivos mais amplos que, por estarem em permanente transformação, nem sempre se apresentam de forma contínua ou linear; mas, tentei mostrar também que, em todo o caso, ao conquistarem um estatuto de legitimidade, alguns conjuntos discursivos operam homogeneizando as formas de organização não apenas dos *shopping centers*, como também dos frequentadores dessa instituição. Em seguida, discuti questões referentes à instalação dos *Shopping Centers* Iguatemi e Praia de Belas na cidade de Porto Alegre: apresentei um breve histórico da formação e do crescimento urbano da capital gaúcha, apontei o fenômeno “população” como principal justificativa à maioria das reformas geográficas urbanas e sugeri – com base na análise, feita por Foucault, de um mecanismo de poder típico das sociedades modernas (denominado por este autor de *biopoder*) – que o crescimento demográfico, o seu simultâneo processo de urbanização, a configuração de novas práticas comerciais e a formação de novos discursos e saberes acerca dessas práticas são processos que estão intimamente conectados a objetivos políticos governamentais. Destaquei o fenômeno da violência urbana como um acontecimento ligado ao crescimento populacional e salientei a

questão da segurança como uma das principais prioridades de um *shopping center*; a partir disso, discuti algumas estratégias contemporâneas de poder presentes nos *shopping centers*, entendendo-as como formas atualizadas de *panoptismo*.

Se me propus a dar conta das questões colocadas acima, se é que, minimamente, consegui fazer isso, foi exatamente para que melhor possamos compreender as condições que levam à inserção dos espaços infantis em empreendimentos como os *shopping centers* e que levam à realização de determinadas práticas de recreação/cuidado/educação com as crianças dentro deste local. Penso que o fato de se inserir espaços infantis em *shopping centers* está conectado às condições que possibilitam a criação e a proliferação, em nossas cidades, desse próprio empreendimento comercial. Uma inserção de espaços infantis que se dá em locais físicos – no caso deste estudo, nos *Shopping Centers* Iguatemi e Praia de Belas – organizados e em funcionamento a partir de determinadas verdades sobre nossas formas de nos dispormos enquanto sociedade; verdades inventadas, que se reforçam, se ampliam, se excluem, se transformam, se propagam exatamente porque são colocadas em circulação também nesses (e por esses) próprios locais.

Se o *shopping center* é considerado como uma forma válida de organizarmos as relações comerciais (fato que se verifica pela expansão cada vez maior desse empreendimento); se várias e diferentes instâncias da nossa sociedade estão compondo/constituindo os *shopping centers*, se essas instâncias estão sendo transferidas para dentro de *shopping centers*: as lojas, os restaurantes, os bares, os supermercados, as farmácias, as vídeo-locadoras, as clínicas de estética, os salões de beleza, as lavanderias, as agências de correio, as agências bancárias, as agências de viagens, as casas lotéricas, as gráficas, os ateliês de costura, os postos médicos, os parques de diversão, as academias de ginástica, os hotéis<sup>36</sup>, os cinemas, as galerias de arte, os cursinhos pré-vestibulares; se é através de uma instituição como o *shopping center* que também estamos arranjando, dispondo e efetivando algumas de nossas práticas (diárias ou eventuais): comprar, almoçar, trabalhar, passear, divertir-se, exercitar-se, hospedar-se, realizar operações bancárias, enviar correspondências, agendar viagens, consultar um médico, cortar o cabelo, locar filmes, assistir a filmes, a feiras, a *shows*, a exposições de arte, a concertos musicais, a determinadas aulas; se

---

<sup>36</sup> Como exemplo, na cidade de Porto Alegre, cito o *Shopping Center* Moinhos de Vento, no interior do qual uma conhecida rede hoteleira instalou um de seus hotéis.

estamos transformando os *shopping centers* em praças e pontos de encontro, em locais onde podemos conhecer pessoas, em locais onde muitos escolhem para passar suas tardes livres de sábado; se estamos fazendo dos *shopping centers* um local duplamente seguro: segurança contra a violência urbana, mas também segurança oferecida pela certeza de que lá se encontra de tudo, pela certeza de que “lá” é um local que reúne vários organismos aos quais atribuímos a tarefa de satisfazer (mesmo que minimamente) as nossas vontades, os nossos desejos, as nossas necessidades; se fizemos do *shopping center* um local capaz de agregar tudo isso, capaz de cumprir todas essas tarefas, capaz de exercer todas essas funções; enfim, se tornamos o *shopping center* um local sem o qual muitas pessoas, hoje em dia, já não saberiam viver, então, a invenção *shopping center* é realmente uma grande invenção.

Ao me referir às práticas que podem ser realizadas dentro de um *shopping center*, não estou sugerindo que todas as pessoas realizem, diária ou eventualmente, todas as práticas acima mencionadas. Uma coisa é certa: se existem todas essas práticas é porque todas elas são realizadas, independente de quem as realize. Há determinados grupos de pessoas que realizam determinados grupos de coisas. E, ainda assim, determinados grupos de pessoas e determinados grupos de coisas não constituem unidades indissolúveis e fixas: há um entrecruzamento, uma intersecção de pessoas e de práticas. O que quero realmente salientar é que se existem pessoas para realizarem (algumas, a maioria das ou todas as) práticas, essas pessoas agora têm a oportunidade de fazerem isso em *shopping centers*. Há a possibilidade de as práticas serem realizadas nos *shopping centers*, de modo que este empreendimento seja um local de intensa circulação de diferentes grupos, com diferentes interesses, que realizam diferentes coisas; e de modo que este empreendimento tenha alguma (nem que seja apenas uma) utilidade para todas e cada uma das pessoas.

Há pessoas que, diferentemente de outras, dizem não gostar de *shopping centers*, que não utilizam o *shopping center* para passear ou se divertir, que se negam – apenas para dar dois exemplos – a ir a cinemas dentro de *shopping centers* ou a passar suas tardes livres neste local. Ainda assim, essas mesmas pessoas podem, caso seja necessário, passar rapidamente por ali nem que seja para efetuar uma conta, enviar uma carta ou fazer outra coisa qualquer. A questão está na *possibilidade* que as pessoas têm de contar com um local que reúna todos esses serviços, ainda que elas não utilizem esse espaço. Enfim, a possibilidade está dada e o que vemos –

independente das razões – é um número bastante grande de pessoas cada vez mais dispostas a se renderem aos “prazeres” e/ou aos serviços oferecidos por essa complexa (e quase completa) instituição chamada *shopping center*, de modo que ela está se tornando cada vez mais necessária à vida das pessoas.

Mas a invenção *shopping center* não foi engendrada apenas e simplesmente para “facilitar” a vida de algumas pessoas, para supostamente satisfazer as vontades, os desejos, as necessidades delas ou para lhes oferecer um ambiente “seguro”, “agradável”, “bonito”. Esta é uma invenção em sintonia com um mundo cujas demandas estão em transformação; é uma invenção em sintonia com um mundo, hoje em dia, muito mais flexível, solícito, comunicativo, interativo, diversificado. Um mundo, digamos, mais “maleável” que, paulatinamente, vem estendendo seus limites e reduzindo relações autoritárias. Um mundo que se movimenta com muito mais ritmo e que está preocupado, acima de tudo, em oferecer serviços. Mas é preciso dizer, também, que se trata de um mundo que, apesar de toda sua flexibilidade e sua maleabilidade, não flutua à deriva: sua direção está sendo cedida ao mercado, um dos principais responsáveis pela oferta das inúmeras possibilidades com a qual nos deparamos atualmente. O mercado (que se apresenta cada vez mais difuso, disperso e móvel) pode ser assim entendido como um elástico: “tira geralmente feita de borracha, comumente circular, usada para cintar objetos que se deseja manter unidos” (Aurélio, 1986:623). O mercado, tal como o elástico, se estende, se alarga; ao mesmo tempo (e talvez em função disso), é o fio que envolve e que conduz a maior parte de nossas ações, de forma que quase tudo, hoje em dia, acaba sendo uma questão de mercado: de compra, de venda, de troca, de consumo. E o *shopping center* é uma nossa instituição criada e envolvida por esse elástico: é uma invenção feita para nos adequarmos às novas (des)ordens do mundo ditadas pelo mercado; mas, ao mesmo tempo, são nas contingências do funcionamento dessa instituição, nas formas como ela vai se moldando, se organizando e se desorganizando, se fazendo e se refazendo, que novas possibilidades de elasticidade do mercado são produzidas.

Mas eu falava, acima, de *lugares de criança*; afinal, esse é o título deste capítulo. E o que é, então, que os *lugares de criança* têm a ver com tudo isso? Ao inventarmos o *shopping center*, dispomos várias de nossas práticas (comentadas acima) nessa instituição e destinamos lugares próprios, adequados e convenientes

para cada uma delas. Ora, se o mercado, com sua elasticidade, tende a envolver a maioria de nossas ações e se o *shopping center* é produto e produtor desse caráter elástico do mercado, o que estamos fazendo nós ao destinarmos lugares às crianças dentro de *shopping centers*? As crianças, e as práticas com elas realizadas, estão sendo também envolvidas por esse elástico. Um envolvimento que acaba por se tornar própria condição para a crescente elasticidade.

A questão está dada: estamos destinando lugares às crianças em *shopping centers*. Uma vez que as crianças também têm a *possibilidade* de serem inseridas nessa instituição, uma vez que há lugares nessa instituição que elas podem ocupar, que é próprio para elas, é preciso saber, então, no contexto deste estudo, de que forma está sendo feito o atendimento às crianças (que já têm lugares garantidos dentro do *shopping*). Examinar como os *lugares de criança* se configuram para recebê-las, de que forma os lugares que já estão destinados às crianças dentro dos *shoppings* funcionam, como é que são organizados os espaços (e que espaços são esses) e como é que se organiza o tempo nesses espaços para que as crianças pratiquem os seus lugares dentro do *shopping*, para que elas ocupem esses lugares que são a elas destinados dentro do *shopping*.

Embora comumente utilizadas como sinônimos, quero fazer uma pequena distinção entre as expressões *lugar* e *espaço*, para dizer como, aqui, estou entendendo cada uma dessas expressões: *lugar*, nessa Dissertação (a partir do uso dessas expressões, que constatei nos materiais/entrevistas junto aos *shopping centers* estudados), está sendo entendido como uma *posição*, como uma *colocação* num conjunto maior – que, neste caso, é o *shopping center* – com uma determinada escala de valores sociais, morais, culturais, etc., mais ou menos já ordenada. E o lugar das crianças nessa instituição já está garantido, ou seja elas têm a possibilidade de terem lugares dentro do *shopping center*, de se inserirem nessa instituição, de ocuparem posições lá dentro, de se encaixarem lá. Mas é preciso colocar esses lugares em prática, é preciso fazer funcionar a inserção de crianças em *shopping centers*. E essa inserção é feita a partir da organização de *espaços* infantis dentro do *shopping*. Vários e diferentes espaços que efetivam essa inserção, que efetivam essa possibilidade que elas têm de fazerem parte do *shopping*, de terem colocações lá dentro, de ocuparem posições lá dentro; espaços que efetivam o fato de que os lugares para elas lá dentro já estão garantidos. Mas é preciso dizer, também, que não

se trata de uma relação causa-conseqüência, ou seja, *não* se trata de, num primeiro momento, se decidir que as crianças devem ter a possibilidade de serem inseridas dentro do *shopping*, de terem lugares, posições, colocações lá dentro e, como conseqüência dessa decisão, organizar os espaços para elas. Os lugares e os espaços estão intimamente conectados, ou seja, um é a própria condição de possibilidade para outro: os lugares de criança são efetivados pelos espaços infantis; mas a prática e o funcionamento desses espaços manifestam efeitos, e efeitos que, acima de tudo, vão recolocando e reconfigurando os lugares que as crianças ocupam nos *shoppings*.

Apenas como tentativa de esclarecer um pouco mais essa questão, quero salientar que verifiquei vários espaços infantis nos *Shoppings Centers* Iguatemi e Praia de Belas: lojas de brinquedos, lojas de roupas específicas para crianças, parques temáticos infantis (ver anexo 1), espaços abertos de recreação que eventualmente são montados pelos corredores dos *shoppings* (principalmente próximo a datas comemorativas como Dia das Crianças, Natal, etc.), espaço específico para crianças no interior do *McDonald* e – agora mais recentemente – espaço específico para crianças no interior das *Lojas Renner*. Além disso, as crianças têm espaços próprios para elas nos banheiros. Há, nos dois *shopping centers* em questão neste estudo, o chamado banheiro familiar, criado para facilitar a ida de crianças ao banheiro. De acordo com informações sobre os serviços oferecidos pelo *Shopping Center* Praia de Belas, à disposição na página virtual deste *shopping*<sup>37</sup>,

o banheiro familiar tem como objetivo auxiliar os pais, as mães ou os acompanhantes de crianças com até 7 anos que não tenham condições de ir ao banheiro sozinhas.

Outro espaço que foi criado levando-se em conta a presença de crianças pequenas nos *shopping centers* é o *fraldário*:

no fraldário, as mães e os papais encontram um ambiente confortável para trocar e amamentar o bebê, podendo usufruir gratuitamente de fraldas e demais produtos de higiene. (loc. cit.)

---

<sup>37</sup> <http://www.praiaabelas.com.br/content/sobreshopping/serviços.asp>

Também há, nos *Shopping Centers* Iguatemi e Praia de Belas, espaços que oferecem serviços chamados de *bebê passeio* e *babycar* – carrinhos, cadeirinhas, cestinhas, coloridos e decorados com temáticas de desenhos animados, que servem para transportar as crianças pequenas enquanto elas estiverem no *shopping*:

O bebê também é cliente especial e merece todo o carinho e conforto. Quando você for dar uma voltinha no *shopping*, procure o Bebê Passeio. Para garantir a segurança dos bebês, os carrinhos podem ser usados por crianças com até 13 K., garantindo o conforto e a segurança para você e sua família. (loc. cit.)

Entre todos esses espaços – que efetivam a possibilidade de as crianças terem lugares em *shopping centers* – um deles, em especial, chamou minha atenção: exatamente aqueles espaços infantis que são organizados por uma empresa chamada *Clube da Criança*<sup>38</sup> – espaços que apresentam características próprias, diferenciando-se (como veremos a seguir), dos outros espaços infantis acima mencionados.

Um dos principais motivos que me levou a eleger os espaços do *Clube da Criança* como objeto de análise refere-se à semelhança que tais espaços – em sua forma de organização e funcionamento – possuem com as práticas realizadas em escolas de Educação Infantil. E foi exatamente ao me deparar com essa semelhança que percebi o quão ambivalente é a prática de se organizar um espaço infantil – fora da escola e dentro de uma instituição criada muito recentemente – que, de certa forma, se utiliza de um modelo educacional do tipo escolar. O caráter ambivalente dessa prática está no fato de que as crianças são inseridas num empreendimento (o *shopping center*) que, como salientei acima, está conectado à elasticidade do mercado e à organização de práticas que, cada vez mais, vêm substituindo uma certa rigidez disciplinar (típica do mundo moderno) por uma flexibilização constante. As crianças ganham lugares nesse empreendimento, digamos, flexível. Mas, ao tomar emprestado da escola seu modelo educacional, os espaços infantis do *Clube da Criança* acabam colocando em funcionamento um disciplinamento dos corpos infantis ainda caracterizado por uma certa rigidez (de organização do tempo e do espaço). Percebi que as práticas realizadas com as crianças nos espaços infantis do

---

<sup>38</sup> Maiores informações sobre tal empresa estão colocadas no capítulo a seguir, na seção intitulada *O Clube da Criança*.

*Clube da Criança* seguem o modelo disciplinar da escola (mesmo que esse modelo presente, hoje em dia, algumas variações, ele, ainda assim, é fortemente disciplinar). E esse é um dos motivos pelos quais eu escolhi, para examinar, os espaços infantis em questão, ao invés de escolher os outros espaços infantis já mencionados – que, aos meus olhos, seguem a flexibilidade presente na maioria das práticas realizadas no *shopping center*. Em resumo: os espaços infantis do *Clube da Criança* são parte integrante de uma instituição caracterizada por não ser tão rígida disciplinarmente, mas esses mesmos espaços (como veremos no próximo capítulo) operam a partir de organizações disciplinares do espaço e do tempo. Daí o título dessa Dissertação: *Lugares de Criança, shopping centers e o disciplinamento dos corpos infantis*.

Se digo que os espaços que escolhi para examinar são espaços disciplinares, se digo que neles há um disciplinamento dos corpos infantis, considero necessário – antes de examinar como as disciplinas operam dentro dos espaços infantis do *Clube da Criança* (o que tratarei de fazer no próximo capítulo) – discutir questões relativas ao advento da Modernidade, já que, de acordo com Foucault (1987), o disciplinamento foi uma das principais técnicas que possibilitaram o surgimento do mundo moderno. E, já que se trata do disciplinamento de corpos infantis, considero igualmente necessário discutir como se deu, ao longo dos tempos, a fabricação da infância moderna. É isso o que tento fazer nas duas próximas seções.

### ***As disciplinas e a arte da individualização***

Os tempos e os espaços modernos foram sendo constituídos/construídos em meio a intensas transformações na organização social, política e econômica das sociedades. Novas visões da realidade implicam também em formação de novos sujeitos sociais que correspondam às novas perspectivas de significar e de viver a vida. É nessa direção que se dá, juntamente com a formação da sociedade moderna, a fabricação de sujeitos infantis modernos, que estejam em equivalência com as mudanças nas formas de nos organizarmos enquanto sociedade. E essa equivalência sugere que os sujeitos infantis foram/vão sendo fabricados pelas transformações da

realidade como, também, sugere que a fabricação deles contribuiu/contribui para a produção destas transformações.

Dentre as várias transformações que se deram a partir do (e engendrando o) surgimento da Modernidade e do funcionamento das técnicas que viabilizaram tal surgimento – sendo o disciplinamento uma dessas principais técnicas –, destaca-se a *individualização* dos sujeitos. A individualização pode ser apontada como uma das operações que teve seus procedimentos alterados com a chegada dos tempos modernos e com a instauração de um regime disciplinar: a transformação dos procedimentos individualizantes foi concomitante à operacionalização das disciplinas, que (como veremos a seguir) se valem de táticas muito mais sutis, econômicas e produtivas para individualizar (Foucault, 1987).

Dizer que a individualização passou por um processo de transformação significa dizer, obviamente, que, em outros tempos, anteriores à Modernidade, ainda que de uma forma diferente, a individualização também se fazia presente nas relações que se estabeleciam entre as pessoas. Foucault (1991;1995) se utiliza da metáfora do rebanho ao falar da história Ocidental e da constituição da Modernidade, mostrando a relação existente entre o *poder pastoral* – uma estratégia de individualização característica da Idade Média – e o poder político moderno. Tratando-se do *poder pastoral*, o pastor tem como papel principal conduzir seu rebanho e mostrar-lhe o melhor caminho a ser seguido. Para exercer o seu poder da melhor forma possível, deve conhecer intensamente cada um dos componentes em particular – assegurando a salvação individual – e, ao mesmo tempo, deve ser responsável pelo bem de todo o grupo em sua coletividade – garantindo que nada de ruim aconteça. Pastor e rebanho mantêm uma forte relação de responsabilidade moral<sup>39</sup>. O *poder pastoral* constitui-se, em outros tempos, como uma importante estratégia de individualização. Na Idade Média, o poder era exercido sobretudo pelo soberano (senhores feudais, padres, clero, entre outros) que, tal como o pastor, via

---

<sup>39</sup> Uma das passagens da Bíblia – Salmo 23 – traduz um pouco essa importância da relação entre Pastor e rebanho, a partir da seguinte afirmação: *O Senhor é meu Pastor e nada me faltará*. “(2,3) O cuidado que tem Deus por seu servo é aqui descrito sob as figuras da solicitude de um pastor por suas ovelhas (1-4), e da generosidade para com um hóspede (5,6). V.I – A idéia de Deus como o bom pastor é comum e freqüente tanto no Antigo Testamento, como no Novo; cf. J.o 10-II-18.” A primeira parte do Salmo traz: “*Deus é meu pastor; nada me falta; Leva-me a descansar em pastagens verdejantes; Conduz-me às águas que refrescam; Refocila minha alma; Guia-me pelas sendas direitas, Para (honra) de seu nome. Ainda que caminhe por um vale tenebroso, Não temerei mal algum, porque estais comigo. Vosso cajado e vosso báculo São meu conforto*”.

tudo e todos, sabia de tudo e de todos e, portanto, controlava a tudo e a todos. Guiava seus súditos, a fim de assegurar a ordem e uma unidade tranqüila e estável, protegendo-os e afastando-os de possíveis males (Veiga-Neto, 1996a). Tratava-se, em todo caso, de uma dominação maciça em que a vontade única do soberano se sobrepunha e se impunha à vontade de todos os outros: tratava-se de “domesticar” ou “escravizar” para, antes de tudo, submeter e dominar. Esse soberano tendia a ser muito mais individualizado do que seus súditos. Nesse sentido, os sujeitos eram tão mais individualizados quanto maior fosse seu privilégio e prestígio social ou quanto mais se apresentasse, de uma forma ou de outra, como superiores aos demais. É o que Foucault (1987) chama de “individualização ascendente”, seguindo uma tendência de individualizar os sujeitos que mais se destacavam na sociedade – ou pelos papéis sociais que exerciam enquanto indivíduos, ou por feitos que realizavam e que eram considerados grandiosos, ou pela família de tradição a qual pertenciam, enfim, pela detenção de poderes diversos, mas exclusivos dos soberanos.

É com o funcionamento da tecnologia disciplinar que se dá a transformação dos procedimentos individualizantes. O *poder pastoral* – vigilante, permanente, constante – continua presente na sociedade moderna. No entanto, esse poder passa a ser operacionalizado de uma outra forma, utilizando-se de um novo mecanismo: *as disciplinas*. Os processos disciplinares são processos realizados através de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 1987:118). As disciplinas estão profundamente conectadas ao corpo e, contrariamente a qualquer tipo de dominação e apropriação de corpos da grande massa social por uma única pessoa ou por um único grupo de pessoas, os processos disciplinares trabalham no sentido de “libertar” os corpos de todos e de cada um, dando visibilidade muito mais a esses corpos do que ao poder que está sendo exercido sobre eles. Não se trata mais de um soberano que a todos vigia ou de um grupo de pessoas em especial. Trata-se, agora, de uma lógica que engloba a todos, individualmente; lógica a partir da qual cada um é responsável por cuidar de seu próprio corpo, tirando dele o máximo de produtividade possível. Uma lógica que “liberta” os corpos de uma relação de escravidão imposta por um soberano imune à dominação (eliminando os senhores absolutos), para exatamente fazer com que todos sejam constantemente senhores e escravos de seu próprio corpo. “A ampliação social

do disciplinamento fez da disciplinaridade a tecnologia que possibilitou a substituição do senhor nominável (que a todos olha e que de todos cuida) pelo sujeito moderno aparentemente autônomo” (Veiga-Neto, 1996b:273). O sujeito moderno, através de práticas e saberes disciplinares, internaliza o *poder pastoral* e passa, assim, a ser pastor-de-si-mesmo, a se autogovernar. O *poder pastoral* internalizado em cada indivíduo: essa sutilidade permite que cada um tenha o controle de si próprio; uma estratégia produtiva e econômica, na medida em que o olhar do *poder pastoral* – agora internamente localizado – atinge de forma muito mais eficiente a todas as pessoas. Seria, sem dúvida, mais custoso, em todos os sentidos, investir em outras técnicas de controle dos corpos do que nesta em que o controle está dentro de cada um.

Um corpo bem disciplinado torna-se, assim, um corpo autodisciplinado, autovigiado, autocontrolado: ao mesmo tempo *produtivo e docilizado*. A disciplina lida com os corpos de uma forma muito diferente da que faz a escravidão, por exemplo. A escravidão aplica uma violência sobre os corpos para deles tirar utilidade. A disciplina também quer utilidade dos corpos, mas chega a esse efeito de uma forma muito mais eficiente: “ela dissocia o poder do corpo” (Foucault, 1987:119). Isso permite dois principais resultados concomitantes: de um lado, a disciplina dá visibilidade aos corpos, exercita-os, dota-os de capacidades, aumenta suas habilidades e suas forças de trabalho; de outro lado, e simultaneamente, a disciplina torna os corpos obedientes, sujeitos ao domínio sem que nenhuma violência seja neles aplicada. “Se a exploração econômica separa a força e o produto de trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (id., *ibid.*:119).

Já que não existe mais um soberano – ou seja, já que o *poder pastoral* está internalizado e que pode, dessa forma, atingir a todos e a cada um em especial –, a individualização que tem os processos disciplinares como possibilidade passa a se estender a todas as pessoas. Melhor ainda: a individualização moderna tende a produzir seus efeitos mais intensamente naquelas pessoas cujos corpos são atingidos pelo poder disciplinar de forma muito perspicaz. Em outras palavras: o poder disciplinar atinge a todas as pessoas. Mas as pessoas mais fortemente individualizadas são aquelas sobre as quais esse poder se exerce ainda mais sagazmente. Quanto mais o poder disciplinar for arguto, sutil, refinado, maior será a

individualização das pessoas a quem ele se dirige. Nas palavras de Foucault (1987:160), “as disciplinas marcam o momento em que se efetua o que se poderia chamar a troca do eixo político da individualização”; a individualização deixa de ser “ascendente”, para se tornar uma “individualização descendente”:

Num sistema de disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto; o doente o é antes do homem são; o louco e o delinqüente mais que o normal e o não delinqüente. É em direção aos primeiros que se voltam em nossa civilização todos os mecanismos individualizantes; e quando se quer individualizar o adulto são, normal e legalista, agora é sempre perguntando-lhe o que ainda há nele de criança, que loucura secreta o habita, que crime fundamental ele quis cometer. (id., *ibid.*:161)

A individualização não tem mais como principal alvo os “detentores do poder”, como antes – exatamente porque trata-se de uma individualização operada por uma tecnologia de poder que não está nas mãos de uns ou de outros: trata-se de um “poder anônimo e funcional”. E o alvo desta tecnologia de poder são, principalmente, as pessoas que estão nas margens da sociedade: são essas as pessoas que devem ser, antes de tudo, recuperadas e trazidas para o centro.

Está aí uma das principais cartadas da individualização moderna: é a partir de seu processamento que os sujeitos tornam-se indivíduos detalhadamente caracterizados, e, assim, é a partir daí que se pode identificar as margens e que se pode distinguir as pessoas que devem ser recuperadas daquelas que *já* estão no centro. A individualização tem, assim, uma função singularizadora: ela atribui a cada sujeito determinadas características que passam a ser próprias dele, determinadas marcas e traços que passam a pertencer somente a ele, lhe confere determinados sinais que passam a ser únicos e particulares, aponta minuciosamente suas peculiaridades, enfim, coloca em evidência o caráter de exclusividade de cada sujeito em especial, tornando-o *indivíduo singular*. Esse processo permite que os elementos que compõem as massas possam ser divididos em partes, para melhor serem examinados, esquadrihados, conhecidos no detalhe e, enfim, codificados. O múltiplo é devidamente decomposto e analisado, para, logo em seguida, transformar-se em classes, categorias, grupos que quanto mais organizados forem, melhor. Trata-se de ordenar a multiplicidade. Para isso, faz-se das pessoas, objetos: que podem ser

classificados, categorizados, agrupados. E a massa é, então, composta novamente; torna-se uma massa *homogênea* formada por elementos *individualizados*: dessa forma, tem-se a possibilidade de reconhecer todos e cada um dos sujeitos, para, certamente, melhor governá-los (Foucault, 1987).

Esse conjunto de técnicas colocadas em funcionamento pelo poder disciplinar (enquanto uma estratégia para a individualização moderna), para o governo dos indivíduos, conta com um instrumento que não será mais o da *lei* – visto que esta é característica das relações de soberania, que faziam seus discursos valerem somente enquanto vontade soberana, baseada em códigos jurídicos – mas que será o da *norma*. “As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica, derivada da soberania, mas o da regra ‘natural’, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização” (Foucault, 1992c:189). Esse deslocamento *do* poder judiciário (*lei*) *para o* poder da norma (regulamento) implica, também, uma ruptura epistemológica. A Sociedade da Lei é, em suma, fundamentada numa ciência fechada de base aristotélica, numa lógica de “tudo ou nada”. Nessa lógica, apenas para dar um exemplo, existe o estado da loucura e o estado da não loucura. Na sociedade disciplinar, ao contrário, com a ciência moderna – que é mais platônica do que aristotélica – surge o conceito de *continuum* que, para voltar ao exemplo da loucura, permite que apareça o conceito de doença mental, que vai da loucura total à ausência total da loucura, de forma que não haja mais nenhuma diferença *extremamente* radical entre o louco e o não louco. Para estabelecer esse caminho – *da* loucura *à* não loucura – são produzidos diversos saberes principalmente da área *Psi*, a fim de corrigir os “loucos” e trazê-los de volta à normalidade. Trata-se de uma recuperação ou, para usar o termo de Foucault, trata-se de uma *ortopedia*. “Todas as ciências, análises ou práticas com radical ‘psico’ têm seu lugar nessa troca dos processos de individualização” (id., 1987:161). Isso possibilita inverter a lógica do “tudo ou nada”, dando lugar à idéia de “gradiente”, que é organizada em torno da norma e baseada numa epistemologia da continuidade. Mas não quer dizer que o poder jurídico deixe de existir ou perca completamente a sua força. O que acontece é que agora ele não é mais o centro do sistema de controle social. Os códigos legais, as leis, continuam atuando ativamente na sociedade disciplinar, mas, ao invés de serem baseados na relação soberano-súdito, passam a ser sustentados pela *norma*, que tem por referência a massa populacional, é

estabelecida pelos discursos e medida pela estatística (Foucault, 1987; 1992b; 1992c; Barret-Kriegel, 1990).

O poder da norma – que tem por função classificar, medir, avaliar e hierarquizar os sujeitos, seus comportamentos e suas capacidades, em nome de garantir e melhorar a vida – estabelece a noção de normalidade e, concomitantemente, ao definir o que é normal, determina também a anormalidade<sup>40</sup>, que passa a ser um dos pontos chave para a individualização. Nessa lógica, todos os mínimos atos dos sujeitos modernos estão constantemente sendo medidos – por outros e por si mesmos – em função de um modelo normal que permite diferenciar, atribuir juízo de valor e comparar os comportamentos de determinado indivíduo ou grupo. Dessa forma, a individualização é feita por “fiscalizações, observações, medidas comparativas e desvios que têm a norma como referência” (Foucault, 1987:160).

Enfim, trata-se de toda uma tecnologia que põe em funcionamento um poder (o poder disciplinar) que age sobre os corpos individuais, dando visibilidade a esses corpos, separando-os, alinhando-os, vigiando-os, aumentando sua capacidade de trabalho, diminuindo seu poder de revolta e normalizando sua conduta. Nesse sentido, para finalizar essa seção, é importante referir que este corpo útil (em termos econômicos) e obediente (em termos políticos) é moldado, forjado, fabricado não em um lugar específico, não em um centro no qual as técnicas disciplinares estariam situadas, não em um único espaço capaz de pôr em funcionamento a tecnologia disciplinar. Esses corpos são dispersamente produzidos por variadas e diferentes organizações modernas; instituições difusamente situadas por todo o corpo social. E mais ainda: talvez nem se trate tão somente de estabelecimentos de naturezas diversas: educacionais, religiosos, jurídicos, médicos, militares, comerciais, enfim. Ainda que a tecnologia disciplinar seja intensamente colocada em funcionamento em determinadas instituições (talvez mais em umas do que em outras), tal tecnologia não é de propriedade de entidades específicas. A tecnologia disciplinar não é uma coisa da qual as organizações sociais podem se apropriar com exclusividade. A tecnologia disciplinar é uma lógica que permeia quase todas as nossas ações, em quase todos os lugares onde estamos ou em quase todos os lugares por onde simplesmente

---

<sup>40</sup> O *anormal*, nesse sentido, não está fora da “norma”, visto que está também previsto por ela. Ou seja, *anormal* e “norma” não se opõem, não são contraditórios nem antônimos. O *anormal* é oposto de *normal*. A “norma” prevê essas duas categorias.

passamos; a tecnologia disciplinar está dentro de nossas casas, ela está dentro de nós mesmos, em nossas formas de pensar, em nossas formas de agir. Ela define nossos modos de ser e, por isso, ela está em nossos modos de ser. Ela se dirige ao nosso corpo e, por isso, ela está presente em cada detalhe desse corpo: um corpo que se veste, que se alimenta; um corpo de dores, de desejos, de prazeres, de afetos, de sentimentos. E, arrisco a dizer, a tecnologia disciplinar está, hoje em dia, tão extensamente e de forma tão *contínua* presente em todos os aspectos de nossas vidas que pode estar até mesmo, quem sabe, deixando de ser disciplinar. Parece que não há mais interrupções ou descontinuidades no alcance que a tecnologia disciplinar tem sobre nossas práticas diárias (nossos estudos, nossos trabalhos, nossos esportes, nossas amizades, nossos relacionamentos, nossos conhecimentos, enfim). Há uma *permanência* (intensa e inacabada) da tecnologia disciplinar em nossas vidas que seu próprio caráter disciplinar parece estar se extinguindo. Tal como as formas *panópticas*, cujo sucesso maior seria sua própria extinção, talvez possamos pensar na possibilidade de que as disciplinas alcançaram o seu estágio máximo: e elas estariam, então, desaparecendo.

### ***A fabricação da infância moderna***

Sustentada pela análise foucaultiana, venho – ao longo desta Dissertação e, em especial, neste capítulo – tecendo alguns comentários com relação à Modernidade e a algumas formas de poder em circulação nas sociedades modernas. Talvez fosse até mesmo dispensável dizer que os elementos que utilizo não são os únicos envolvidos com o referido assunto, nem que, absolutamente, com essas poucas considerações, encerra-se a questão da instituição dos tempos modernos. O que fiz foi apenas recolher, escolher, selecionar alguns recortes. Como a escolha nunca é neutra, destaquei aqueles que me pareciam ser mais úteis ao que pretendo enfatizar: alguns pontos que tornam viável a individualização das crianças – processo conectado à fabricação da infância moderna.

A fabricação de sentidos para a infância (ou a fabricação da infância, o que dá no mesmo) não diz respeito apenas e/ou simplesmente às formas como as crianças são entendidas, mas às formas como elas são entendidas na sua relação com adultos e na relação destes todos (crianças e adultos) com as maneiras pelas quais o mundo em que vivem é por eles ordenado. A criação da infância, assim como a criação das demais fases da vida, está associada às formas como os sujeitos percebem e organizam seus corpos e sua existência: como os sujeitos classificam-se a si mesmos e como eles classificam as coisas à sua volta (mais ainda, como os sujeitos fazem as relações dessas coisas classificadas com eles mesmos, também classificados); como os sujeitos vão entrelaçando os fios que engendram suas práticas e como esses fios são utilizados (como selecionam-se uns e como excluem-se outros). Isso tem a ver com as formas como os sujeitos vêem os espaços que ocupam, e como eles se vêem nesses espaços; como os sujeitos vêem a duração de tempo dos fenômenos que cercam a sua existência, e como eles se vêem nesse tempo e se organizam para esse tempo. Isso tem a ver, também, com as coisas que os sujeitos dizem, com a forma como eles escolhem entre as coisas ditas (não sem descontinuidades ou resistências) o que tem “direito” ou legitimidade de ser fixado com maior ou menor intensidade, ou o que deve ser excluído do campo das coisas dizíveis; o que pode ou não ser enfatizado, o que deve seguir sendo repetido, ou o que deve desaparecer como se nunca tivesse sido dito. Isso tem a ver, também, com as formas como os sujeitos se formam e se conformam num mundo que é também por eles formado e conformado. E, enfim, é preciso dizer que isso tem a ver com cada uma dessas coisas e com todas ao mesmo tempo: elas são tramadas de forma tão inextricável que não ocorrem separada ou sucessivamente – não se trata de uma sucessão linear de acontecimentos isolados.

E a infância, enquanto parte das tramas que os sujeitos criam e que nelas mutuamente se envolvem, é, ao mesmo tempo, o resultado dessas próprias tramas. Nesse sentido, a fabricação da infância moderna está associada a um amplo conjunto de alterações dos modos como os sujeitos, ao longo dos tempos, organizam e vivem as tramas que produzem.

Bujes (2001:33)<sup>41</sup>, ao discutir as relações entre infância e poder, nos diz que “os significados atribuídos à infância são o resultado de um processo de construção social, dependem de um conjunto de possibilidades que se conjugam em determinado momento da história, são organizados socialmente e sustentados por discursos nem sempre homogêneos e em perene transformação”. Essa autora, em seu estudo denominado *Infância e maquinarias*, aponta que a construção de novas concepções sobre o sujeito infantil está profundamente imbricada com o fato de a Modernidade ter rompido com determinadas percepções do mundo e da vida, e de ter colocado em funcionamento determinados mecanismos para o controle e o governo das pessoas. Utilizando-se do referencial foucaultiano, Bujes (ibid.) salienta que as transformações nos modos de ver e de tratar as crianças foram produzidas no interior de relações de poder típicas dos tempos e espaços modernos: a autora nos mostra que a alteração dos mecanismos de poder (que deixam de se exercer pela ameaça da morte e passam a exaltar a vida), associada ao funcionamento do biopoder e do poder disciplinar, colocam as “condições para que adulto e criança se diferenciem e se distanciem, numa operação que constitui a justificativa para a intervenção familiar e para a prática da educação institucionalizada” (id., ibid.:41).

Se os mecanismos modernos de poder (pre)ocupam-se em exaltar a vida, se um dos lemas modernos é “fazer viver”, é preciso, então, respeitar e guiar a vida das crianças da melhor forma possível, preservando-as, cuidando delas. É preciso ter um certo *poder* sobre elas, não no sentido negativo do termo, mas no sentido de melhor conduzir sua vida. Para isso, torna-se necessário saber tudo sobre as crianças, “conhecê-las” em detalhes, observar e descrever seus comportamentos com a

---

<sup>41</sup> Quero enfatizar que o referido estudo no qual Bujes (2001) se debruçou (cujo resultado é sua Tese de Doutorado em Educação) é de grande importância para os chamados “estudos da infância”, não apenas por ser um trabalho pioneiro no âmbito do campo de análise em que se inscreve (relativamente à produção acadêmica brasileira nessa área dos estudos da infância), mas, principalmente, por articular, de forma tão rigorosa e competente, a análise de um documento de orientação curricular, o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (importante salientar o impacto que esse documento tem sobre as práticas cotidianas em creches e pré-escolas de todo o país, como também, de forma geral, sobre as relações estabelecidas entre adultos e crianças) com campos de discussão raramente aproximados nas discussões educacionais (Estudos Culturais, Pós-estruturalismo e análises foucaultianas). Mais do que apenas apoiar a idéia de que o sujeito infantil é fabricado, tal estudo nos mostra, entre outras coisas, *como* o sujeito infantil foi/é fabricado, e quais os efeitos que a fabricação de determinados significados e práticas tiveram/têm na constituição das identidades infantis. Portanto, para um rigoroso aprofundamento das coisas discutidas nessa seção que intitulei de *A fabricação da infância moderna* – e, de forma geral, para um aprofundamento de tudo o que, nessa Dissertação, é discutido sobre infância e Modernidade – recomendo a leitura da referida Tese. Além disso, ver também Bujes (2000).

finalidade de “descobrir” sua “natureza”, enfim, estudá-las minuciosamente. Para exercer o *poder é preciso saber*. É por este viés que, imersa num emaranhado de invenções modernas, a criança torna-se, cada vez mais, foco de estudo da Ciência. Tomando a infância como objeto de análise, os saberes científicos “dizem” as verdades sobre ela e estabelecem determinados tipos de cuidado e de educação que correspondam a esses discursos tidos como verdadeiros. Mas foi também nas práticas educacionais e nas relações que começaram a se estabelecer cotidianamente com as crianças que novos saberes e novas verdades foram sendo produzidas. “A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e a apóiam e a efeitos de poder que ela induz e a reproduzem” (Foucault, 1992d:14). Nessa mesma direção, assim como para *poder é preciso saber*, o *saber* também requer, segundo Foucault (1996:121), um “*poder epistemológico*, poder de extrair [saberes] dos indivíduos submetidos ao olhar”. Este poder epistemológico (que tem as disciplinas como possibilidade) opera, simultaneamente, de duas maneiras: por um lado, extraindo das crianças saberes constituídos por elas nas experiências pelas quais passaram e que serão readaptados a novas normas; por outro lado, observando, classificando, comparando as crianças, registrando e analisando seus comportamentos, o que possibilita também novas formas de controle. Portanto, um poder que permite, ao mesmo tempo, um saber *da* criança e um saber *sobre a* criança. É assim, por exemplo, que “a pedagogia se formou a partir das próprias adaptações da criança às tarefas escolares, adaptações observadas e extraídas do seu comportamento para tornarem-se, em seguida, leis de funcionamento das instituições e forma de poder exercido sobre a criança” (id., *ibid.*:122).

Quanto mais envolvidas em relações de poder/saber, mais as crianças têm suas características, seus comportamentos e sua conduta esmiuçadas, o que torna possível sua maior diferenciação. Bujes (2001) salienta que um dos fatores que justifica a intervenção e o governo das crianças é que elas são caracterizadas (por adultos) como diferentes dos adultos e, principalmente, como seres “em falta” em relação aos adultos. Esse caráter deficitário que é atribuído às crianças faz com que elas sejam ainda mais envolvidas em minuciosos estudos, que permitem o estabelecimento de hierarquias, estágios, etapas de desenvolvimento pelas quais as crianças têm necessariamente que passar para que se “encaixem” em formas desejáveis de desenvolvimento infantil. Como resultado, dá-se a produção de vários

discursos, de diferentes campos do conhecimento, que contribuem para a formação da idéia de um sujeito infantil idealizado e, mais do que isso, de um sujeito infantil naturalizado. Tais discursos, reforçados e em combinação com determinadas práticas educativas, acabam por engendrar a infância moderna, ditando saberes que se pretendem únicos e verdadeiros sobre as crianças, sobre suas fases de desenvolvimento, seus respectivos comportamentos, suas etapas da vida, fixando determinados enquadramentos aos quais as crianças, desde pequenas, devem ir se adequando, na tentativa de encaixar a maioria – de preferência todas – numa curva normal estatisticamente pré-estabelecida. Diferentes, porém, dependentes dos adultos, as crianças passam a ser, cada vez mais, alvo de uma constante individualização e normalização.

Ao relacionar a fabricação da infância moderna com os novos “regimes de verdade” que foram instituindo a (e se instituindo na) Modernidade, Bujes (id., *ibid.*: 74) aponta, entre as transformações que ocorrem no modo de ver as crianças, duas em especial:

(...) o progressivo abandono das explicações da infância como uma obra divina, em favor de um modo de concebê-la como etapa da biologia da evolução: cada criança seguindo, recapitulando, reproduzindo, de certo modo, o caminho traçado para a sua espécie – a ontogênese repetindo a filogênese – a idéia de uma *natureza natural* da infância. A outra explicação diz respeito ao fato de que as crianças passam a ser tomadas, nos tempos modernos, não mais como uma responsabilidade apenas familiar, mas como uma preocupação social. Passam a se constituir como alvos do poder – pontos focais de inúmeros discursos que criam um conjunto de normas para as relações entre adultos e crianças, que ensejam sentimentos de piedade e ternura, que mobilizam experiências de toda ordem voltadas para sua educação e moralização.

Nesse sentido, a naturalização do fenômeno *infância* e a inserção deste fenômeno em processos normativos que o descrevem, o classificam num contexto populacional maior, e estabelecem seu lugar, acabam por se constituir como possibilidade para (e como resultado de) uma regulação, um controle dirigido à infância, que se exercem com a finalidade de governá-la.

O governo das crianças faz-se, assim, central na (e com a) fabricação da infância moderna. E a instituição escolar, imersa em relações de poder, que opera a partir dos (assim como também cria e recria os) discursos sobre a infância, tidos como verdadeiros, foi/é um dos principais lugares em que esse governo era/é efetivado.

No entanto, apesar de toda a legitimidade granjeada pela instituição escolar, hoje em dia não há nenhuma novidade em nos depararmos com a afirmação de que a escola está em *crise*. O atual panorama educacional nos mostra o quão longe estamos daquilo que muitos de nossos próprios discursos entendem como, ao menos, satisfatório. *Crise* que é discutida e polemizada por todos os lados, na tentativa de se solucionar as contradições/conflitos que se observa entre aquilo que entendemos por realidade e aquilo que esperamos que se efetive enquanto realidade. O fato é que parecemos estar tão mais afastados de uma restauração/reconstrução/retificação da instituição escolar, na medida em que nos vemos diante de algumas novas práticas sociais/culturais ou, e talvez principalmente, diante de novas configurações de muitas das nossas práticas antigas. Com a assim chamada *crise* que assombra a instituição escolar – como assombra também as instituições de confinamento em geral – penso que, atualmente, a questão que se coloca é saber de que outras formas pode estar se dando o governo das crianças.

Desde a institucionalização da educação, dispor as crianças em determinados lugares é uma tendência que se faz cada vez mais presente em diversos espaços do nosso mundo contemporâneo. Com o surgimento de diferentes outras instituições – que não mais somente a escola – que também estão preparadas para receber e abrigar os infantis, há uma sensível propagação dos *lugares de criança* que, entre outras coisas, podem estar ampliando as possibilidades de disciplinamento dos corpos infantis e reconfigurando antigas formas de governo das crianças.

Uma das características [do nosso tempo] é a proliferação de situações em que, desde o nascimento, cada um de nós é interpelado por dispositivos, instituições e técnicas de informação, de subjetivação e de disciplinamento. O resultado é que, mais do que qualquer outro momento da história, vivemos hoje um empalidecimento da escola como a grande instituição disciplinar. (Veiga-Neto, 2000b:18)

Isso nos ajuda a compreender o fato de que estejam tão rapidamente se proliferando espaços específicos para as crianças, além de nos *shopping centers*, também em consultórios médicos, supermercados, lojas, restaurantes, clubes, etc. A questão que se coloca, no contexto deste estudo, é saber como os *lugares de criança* dos *shopping centers* podem estar reconfigurando o governo das crianças do nosso tempo. Acredito que o disciplinamento de crianças em *shopping centers* – também cerceando seus possíveis atos, enquadrando e delimitando seu campo de atuação, fazendo com que fiquem devidamente distribuídas em retículos bem definidos – é uma prática instituída e apoiada por certos discursos sobre a infância; prática que, com seus efeitos, também institui outros enunciados; e prática que, em uma instância talvez principal, visa a uma forma contemporânea de governo das populações infantis.

O espaço, qualquer que seja, é um elemento importante na determinação de nossas atitudes, permanências, resistências e convivências no mundo. Ele é constituintor, determinante, impositivo ou permissivo. (Rocha, 1999:11)

Os espaços infantis em questão neste estudo são organizados, dentro do *shopping center*, de uma determinada forma. E tanto sua organização permite que sejam realizadas determinadas práticas nesses espaços, quanto as práticas neles realizadas também permitem uma sua reorganização. Os espaços e as práticas, mantêm, assim, uma refinada conexão. É dessa conexão que tratarei neste capítulo. O que me interessa, nessa parte final da Dissertação, é o disciplinamento dos corpos infantis nos espaços organizados por uma empresa chamada *Clube da Criança*, como esse disciplinamento é operado. Ver como tais espaços infantis são organizados, como são codificados e de que forma a organização e a codificação dos espaços infantis permitem as práticas neles realizadas (assim como, também, o quadriculamento desses próprios espaços). Ver como é feita a distribuição dos elementos nesses espaços e que efeitos essa distribuição espacial acaba tendo para que aconteça, nesses mesmos espaços, uma disposição simbólica, codificada, mas determinante na definição das posições ocupadas por cada um dos elementos desses espaços. Interessa-me ver que práticas disciplinares são colocadas em funcionamento nesses e por esses espaços.

Com relação a isso, há que se fazer uma consideração: *prática*, num sentido muito amplo, pode ser entendida como não somente o que acontece (o que se faz) num determinado espaço e num tempo (como se o espaço fosse um cenário físico pré-existente ao acontecimento, ao que se faz nele), mas a nossa própria ação que

tanto estabelece o espaço e o tempo quanto, simultaneamente, é estabelecida pelo espaço e pelo tempo. Nesse sentido, a própria percepção que se tem dos espaços (e das sucessões encadeadas de espaços a que chamamos “memória no tempo”), da organização desses espaços, suas distribuições, suas hierarquias, são práticas. Assim, examinar e descrever os espaços – e, para ser mais rigorosa: examinar e descrever os lugares – significa, também, examinar e descrever práticas.

Feitas essas considerações, passo, então, a partir de agora, a analisar os espaços infantis propriamente ditos.

### ***O Clube da Criança***

Desde suas respectivas datas de inauguração, o *Shopping Center* Iguatemi e o *Shopping Center* Praia de Belas funcionaram, por um bom tempo, sem espaços infantis como os que são organizados pela empresa *Clube da Criança*. Ainda que dentro dos *shoppings* houvesse praças de brinquedos, parques infantis ou outros espaços abertos dirigidos ao divertimento (de crianças, adolescentes, adultos), os espaços infantis a que me refiro (com características muito específicas que serão comentadas a seguir) ainda não tinham sido inaugurados<sup>42</sup>. A diferença básica entre os espaços abertos de entretenimento e os espaços infantis em questão neste estudo é que, no primeiro caso, as crianças ficam o tempo todo sob os cuidados de seus responsáveis, enquanto que no segundo caso, elas são entregues à custódia de atendentes, recreacionistas, que ficam responsáveis pelo cuidado e divertimento dos pequenos num determinado período de tempo em que crianças ficam afastadas de suas famílias (é claro que, além disso, os espaços infantis que examinei apresentam características muito próprias que serão exploradas nas seções a seguir). Na época em que se projetaram os *shopping centers* Iguatemi e Praia de Belas, os espaços infantis em questão não estavam incluídos em seus planejamentos. Após algum

---

<sup>42</sup> Para exemplo de espaços abertos de entretenimento, ver anexo 1.

tempo, esses espaços foram instaurados no interior dos *shoppings*, que se adaptaram, também dessa forma, para receber as crianças.

De acordo com Olavo Pasqua, consultor de planejamento e execução de projetos de *shopping centers* do Rio Grande do Sul<sup>43</sup>, num planejamento de um *shopping* (principalmente do tipo regional), a área que se tem disponível para a construção geralmente é pequena em relação ao que se pretende realizar. Na execução de um projeto deste tipo, espaço significa dinheiro e, por isso, para ser bem ocupado, todo espaço dentro do *shopping* tem que render muito dinheiro. Esta é uma das principais preocupações dos empreendedores na fase em que se planeja a ocupação da área e a disposição das coisas dentro desta estrutura comercial. Portanto, como afirma Pasqua, os diferentes tipos de espaços infantis são inicialmente deixados de lado porque, apesar de renderem algum dinheiro, ainda é pouco quando comparado à locação de uma grande loja, por exemplo. Somente depois que o *shopping* já está todo ocupado, vê-se algum local que possa ser destinado à montagem de um espaço infantil e que, se necessário, possa ser desocupado em função de qualquer outro tipo de atividade mais lucrativa que, porventura, venha a aparecer. Pasqua ainda observa que a maioria dos espaços infantis foram criados e instaurados nos *shoppings* mais em função de uma necessidade das famílias – que praticamente exigem a inserção de um local para recreação de suas crianças, como há muito já acontece nos grandes empreendimentos norte-americanos – do que mesmo em função do retorno lucrativo que esse tipo de investimento venha a oferecer.

Sendo ou não uma prioridade no planejamento dos *shopping centers*, o fato é que tem aumentado gradativamente o número de *shoppings* que efetivamente inserem espaços para crianças em sua área interior. Tratando-se dos espaços infantis que escolhi para examinar, é preciso salientar que os administradores dos *Shopping Centers* Iguatemi e Praia de Belas não se responsabilizam pelo atendimento oferecido às crianças, fazendo com que o serviço seja terceirizado e destinado a uma empresa que tem a recreação das crianças como principal foco. Eles decidiram por deixar o serviço em questão nas mãos de uma empresa chamada *Clube da Criança*, responsável por montar, organizar e fazer funcionar tais espaços infantis (ver anexo 12).

---

<sup>43</sup> Em entrevista realizada, em fevereiro de 2001, especialmente para esta pesquisa.

O *Clube da Criança* é uma empresa especializada em montagem de espaços infantis em *shopping centers* e supermercados e especializada, também, dentro dos espaços que montam, em recreação de crianças de dois a dez anos<sup>44</sup>. O *Clube da Criança* começou a operar, inicialmente, na cidade de Porto Alegre, no ano de 1998. A empresa mantém quatro espaços infantis em funcionamento na capital gaúcha, cada espaço localizado em um empreendimento comercial: no *Shopping Center Iguatemi*, no *Shopping Center Praia de Belas*, no *Bourbon Shopping Ipiranga* e no *Big Hipermercado Sertório*. Atualmente, a empresa também oferece seus serviços (por franquia) na cidade do Rio de Janeiro (no Norte *Shopping*), em Fortaleza (no *Shopping Iguatemi Fortaleza*) e em Brasília (no *Shopping Conjunto Nacional*).

Tratando-se dos quatro espaços infantis organizados pelo *Clube da Criança* na cidade de Porto Alegre, a empresa apresenta o seguinte quadro de funcionárias<sup>45</sup>:

Gerentes	6	Revezam-se em horários, de modo que cada espaço infantil, em cada um dos empreendimentos, esteja sempre sob coordenação gerencial.
Atendentes	15 <sup>46</sup>	Todas recreacionistas. Estão distribuídas entre as quatro lojas. São essas profissionais que lidam diretamente com as crianças.
Pedagoga	1	Responsável pela coordenação pedagógica de todos os quatro espaços infantis da empresa. A principal função da pedagoga é orientar as recreacionistas no que se refere às práticas que elas devem realizar com as crianças, utilizando-se dos materiais, brinquedos e aparelhos que lhes são disponibilizados.

O espaço infantil da empresa *Clube da Criança*<sup>47</sup>: trata-se de um espaço construído/montado em pontos estratégicos dos *shopping centers* – em áreas

<sup>44</sup> Atualmente, os espaços infantis organizados pela empresa *Clube da Criança* também podem ser utilizados para a realização de festas de aniversário de crianças (ver anexo 13).

<sup>45</sup> Todas as pessoas que trabalham nas atividades fins da empresa são mulheres.

<sup>46</sup> Número aproximado.

relativamente grandes e geralmente próximo a alguma loja âncora e a escadas, rolantes ou não (ver anexo 14). Os limites desse espaço são demarcados por grandes telas coloridas, que funcionam como um tipo de cerca. Dentro desta cerca, ficam dispostos todos os elementos que dizem respeito a essa atividade de “guardar” as crianças – mobiliário, brinquedos e outros tantos materiais. Um espaço desses é geralmente constituído pelas telas, que cercam e delimitam a área destinada a esse tipo de atividade dentro do *shopping* e, no espaço interno da cerca, por alguns equipamentos como, por exemplo, televisões e vídeos, mesinhas e cadeirinhas, tapetes, brinquedos de diversos tamanhos e funções, etc.

De acordo com uma das gerentes do *Clube da Criança*<sup>48</sup>, os espaços infantis organizados por esta empresa são de extrema importância ao bom funcionamento dos *shopping centers*, exatamente porque atraem um maior número de pessoas a estes empreendimentos. Desse ponto de vista, tais espaços possibilitam a potencialização de vendas e lucros dos demais lojistas, na medida em que se dispõem a cuidar das crianças enquanto as famílias, tranquilamente, fazem suas compras.

Os pais que não queriam trazer seus filhos às compras e não tinham com quem deixá-los, não vinham ao *shopping*. Havia uma barreira que foi quebrada pela empresa *Clube da Criança*: agora existem os espaços infantis que unem conforto, praticidade, confiança, tranquilidade, enfim, unem o útil ao agradável. (gerente)<sup>49</sup>

A fim de pôr em discussão alguns elementos que me parecem importantes para esta análise, passo, agora, a descrever e analisar determinados aspectos da forma de organização dos locais infantis dos dois *shoppings* em questão, com base no que pude perceber através das observações que realizei nos referidos espaços e através

---

<sup>47</sup> Este estudo limita-se a analisar os espaços infantis organizados pelo *Clube da Criança* apenas na cidade de Porto Alegre; e, mais especialmente, apenas nos *Shopping Centers* Iguatemi Porto Alegre e Praia de Belas.

<sup>48</sup> Em entrevista realizada em novembro de 2001.

<sup>49</sup> Todas as falas das funcionárias do *Clube da Criança* ou das famílias que utilizam os serviços da empresa (independente da extensão dessas falas) serão apresentadas com letra diferenciada tanto das demais citações quanto do próprio texto da Dissertação. Minha intenção, ao destacar tais falas, é chamar a atenção para o que dizem as pessoas entrevistadas sobre os referidos espaços infantis dos *shopping centers*. Após cada transcrição, coloco, entre parênteses, quem fez a afirmação: uma gerente, uma atendente recreacionista, a pedagoga ou a mãe de alguma criança.

das entrevistas que fiz – e também das conversas informais que tive – com administradores, consultores de planejamento e/ou arquitetos de *shopping centers*, com as funcionárias do *Clube da Criança* (atendentes e gerentes), com algumas famílias que utilizam os serviços da empresa, bem como com diversas crianças que por ali passam diariamente.

Os elementos que comento a seguir foram por mim recolhidos e selecionados a partir de minhas muitas visitas aos *Shopping Centers* Iguatemi e Praia de Belas. Foi no movimento de ir e vir – não apenas do meu corpo se deslocando de um *shopping* a outro (e, destes, até a frente do computador), mas também no movimento de ir e vir das muitas possibilidades de análise, das muitas idéias compartilhadas com autores e autoras dos livros que se entrecruzam neste texto; com colegas, professores e professoras que, da mesma forma, subsidiam minha escrita; e das idéias compartilhadas por mim comigo mesma (no ato de escrever que é, em uma de suas facetas, muito solitário) – que eu fui destacando, reunindo e elegendo os elementos contemplados na análise a seguir.

Devido ao caráter intencional de todas as escolhas – o que sugere uma não neutralidade com relação às mesmas – destaquei aquilo que, aos meus olhos, parece ser de maior utilidade ao estudo proposto nesta Dissertação. Isso não significa, contudo, que esses sejam os únicos elementos presentes nos *e* operados pelos espaços infantis que escolhi para examinar nos *shopping centers*. Nem, absolutamente, que esta seja a única ou a melhor forma de olhar para eles. Esta é, apenas, uma das formas possíveis.

### *A Cerca*

Penso que a cerca que envolve os espaços infantis do *Clube da Criança* é um dos muitos aspectos a serem observados nessa análise (ver anexo 15). Começamos, então, por discutir a questão da existência de uma demarcação específica, feita através de telas. Por que, ao se pensar em atividades infantis dentro de um *shopping*

*center*, se decidiu por projetar um espaço fixado por linhas reais e somente dentro dele realizar práticas com as crianças?

Ao se deparar com tal pergunta – em entrevista que fiz com algumas funcionárias do *Clube da Criança*<sup>50</sup> –, uma das gerentes da referida empresa demonstrou certa surpresa. Surpresa esta que parecia estar traduzida pela idéia de obviedade da resposta. Por que estaria eu perguntando isso se a resposta parece a todos tão óbvia? Em suma, o parecer da gerente é o de que não se teria outras opções para trabalhar com crianças, senão a de demarcar os limites dentro dos quais as atividades são realizadas. De acordo com ela, nem se chegou a pensar na possibilidade de uma outra forma de entretenimento infantil em *shopping centers* que não essa realizada dentro de um espaço muito bem estipulado pela demarcação de divisas que realmente separem e circunscrevam estes dois terrenos: o do lado de fora e o do lado de dentro da cerca.

De fato, desde a constituição dos tempos e espaços modernos, manter as crianças em determinados confinamentos tem sido um ponto pacífico quando tratamos de organizar atividades a serem realizadas com elas. Isolar as crianças, de modo a distribuí-las dentro de certas fronteiras (materiais ou simbólicas), é algo que foi sendo naturalizado, de forma que tal prática nos pareça hoje um tanto óbvia e se manifeste como um princípio básico e indiscutível. No entanto, ao invés de ser uma reação *natural* dos adultos ao tratarem das crianças (como se o ato de cercá-las fosse algo inerente a eles), esta é uma prática tipicamente disciplinar, e portanto moderna, que foi inventada e que está intimamente imbricada com a também invenção da infância enquanto uma “fase da vida” que precisa, acima de tudo, ser protegida, cuidada, preservada, amparada, enfim, “guardada” e resguardada.

A caracterização das chamadas “fases da vida” – primeira infância, segunda infância, juventude, pré-adolescência, adolescência, adultez, meia idade, terceira idade, idade senil – está inserida numa lógica disciplinar que divide o tempo de vida dos seres humanos em etapas especificadas, visando diferenciá-las (quanto mais, melhor), para que cada uma delas tenha suas próprias particularidades e seu lugar devidamente demarcado. Mais do que isso, ao definir as idades de cada uma das etapas, tal divisão define também as próprias pessoas (de acordo com a fase da vida

---

<sup>50</sup> Entrevista realizada em junho de 2001.

em que se encontram), o que acaba por acarretar numa caracterização do que se espera enquanto comportamento normal em determinada idade.

É nessa direção que as crianças foram e continuam sendo submetidas a determinadas caracterizações, que sejam capazes de garantir a delimitação da infância e, assim sendo, também garantir a delimitação das demais fases da vida, porque diferentes entre si. Delimitação que, antes da constituição dos chamados tempos e espaços modernos, praticamente não existia se levarmos em consideração as formas pelas quais os sujeitos de diferentes idades se relacionavam e organizavam o cotidiano de suas vidas.

Ainda que não se trate aqui de assumir a perspectiva histórica adotada por Ariès (1981), considero interessante ressaltar o estudo deste autor acerca da história social da criança e da família. Neste estudo, Ariès aponta que, antes do século XVII, o período da infância era super reduzido e a passagem de criança (basicamente os recém-nascidos) a adulto jovem era operada de forma imediata, ou seja, não existiam outras fases pelas quais os seres passavam até atingirem a adultez<sup>51</sup>. Os cuidados e afetos hoje dispensados às crianças (enquanto algo sublime e naturalmente aceito senão por todas, pelo menos pela grande maioria das pessoas), não eram nem valorizados, muito menos necessários ao equilíbrio das relações familiares e em sociedade. É nessa direção que estou entendendo a infância – e os valores simbólicos que ela carrega consigo nos dias atuais – como uma invenção disciplinar típica da Modernidade, muito longe da idéia de existência de alguma essência que supostamente assegure qualquer tipo de natureza objetiva que a fase da vida a que hoje chamamos infância possa ter.

Com relação à criação de espaços próprios para a infância, pode-se dizer que a prática de separar as crianças em espaços específicos para elas nos *shopping centers* (e de confiná-las dentro desses espaços, através da utilização de cercas) é algo relativamente recente – até porque a própria invenção do *shopping* é recente. Mas reservar espaços separados para as crianças – como no interior das casas em que residem – é, de acordo com Ariès (1981), um acontecimento que data de algum tempo atrás. Este autor nos mostra que desde o fim do século XVII e início do século

---

<sup>51</sup> Quanto a possíveis objeções com relação à não existência de fases da vida antes da constituição dos tempos e espaços modernos, gostaria de enfatizar que, a rigor, não é isso o que está em discussão aqui. O que realmente tem importância nesta análise é o fato de que, discursivamente, as fases da vida, como hoje as classificamos e as caracterizamos, efetivamente não existiam.

XVIII, com a mudança do lugar assumido pela família na vida social, houve uma certa especialização funcional do espaço privado. As casas começam a ser caracterizadas por uma certa independência dos cômodos, que passam a se comunicar por meio de um corredor ao invés de servirem como local de livre trânsito necessário para se chegar a uma outra peça. Nessa nova organização das casas, os espaços foram separados, de acordo com as funções a que se destinavam cada um deles. Assim, começam a se tornar cada vez mais freqüentes as salas de visitas, as salas de jantar e, separadamente, os quartos de dormir do casal, das crianças e dos empregados, o que acaba por resultar em novas práticas familiares. Surgem, simultaneamente, novas relações entre os membros da família e novos significados em torno da preocupação com o cuidado e com a educação das crianças por parte dos pais. “A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre os pais e os filhos, algo que ela não era antes. Essa afeição se exprimiu sobretudo através da importância que se passou a atribuir à educação” (Ariès, 1981:11). Este autor ainda enfatiza que, a partir do final do século XVII, as crianças começam a ser submetidas a um longo processo de enclausuramento, denominado por ele de “escolarização”, que contribuiu significativamente na separação entre crianças e adultos<sup>52</sup>.

Com relação ao processo de enclausuramento/escolarização a que Ariès se refere, Varela e Álvarez Uría (1992:78), dizem que “o isolamento converte-se num dispositivo que contribui para a constituição da infância ao mesmo tempo que o próprio conceito de infância ficará associado de forma quase *natural* à demarcação espaço-temporal” (naturalização essa que, como pode-se perceber na fala da gerente entrevistada, está também presente na organização dos espaços infantis dos *shopping centers*). É junto com a invenção da infância que a prática de separar as crianças e confiná-las em locais específicos para elas também foi inventada. Ainda que tenha começado sob outras formas anteriores à escola moderna<sup>53</sup>, é nela que a prática de

---

<sup>52</sup> Ao trazer tais comentários, minha intenção não é a de tentar encontrar a origem da separação dos espaços das crianças, nem tampouco, como já referi, assumir a perspectiva histórica utilizada por Ariès, apesar de considerar suas contribuições de valiosa importância aos estudos da infância. Apenas considero interessante aludir tais informações na medida em que quero enfatizar que a organização da vida cotidiana e das relações que se estabelecem está intimamente conectada às formas como os sujeitos percebem a si mesmos e aos outros.

<sup>53</sup> Refiro-me à especialização funcional do espaço privado que, de acordo com Ariès (1981), começou a ser operada no fim do século XVII (questão já comentada nesta seção). Penso que, ao distribuir os membros da família em seus próprios aposentos, há, de certa forma, um certo confinamento dos sujeitos, na medida em que cada um passa a ter o seu próprio espaço dentro da casa (um confinamento

confinamento das crianças ganhou uma força tal, que se estende até os dias de hoje. É na escola, instituição fisicamente caracterizada pela existência de muros ou grades que a cercam, considerada como o lugar mais legítimo onde se dá a educação, que as crianças passam a maior parte de seu tempo. Rocha (1999), em seu estudo sobre a ordenação do espaço como elemento do currículo, nos mostra que o aparecimento da escola, e a significativa importância destinada a ela enquanto local privilegiado do saber, foi viabilizado não apenas por algumas possibilidades históricas como, entre outras, o nascimento da infância e de especialistas que tratam dela, mas também, e simultaneamente, pela constituição de espaços fechados destinados à educação. Espaços que, mesmo em suas versões escolares mais atuais (com amarras e limites mais sutis e transparentes), são, ao mesmo tempo, disciplinares e disciplinadores.

Tal como o modelo de “enclausuramento” escolar, ainda que apresente alguma variação, os espaços infantis do *Clube da Criança* também se utilizam de cercas que sejam capazes de demarcar o espaço, fechando-o perfeitamente e estipulando extremos e pontos que não podem ser ultrapassados. Como trata-se de um espaço cercado, as crianças ficam, durante o tempo em que ali estão, confinadas nele, o que, de certa forma, acaba por facilitar a ação do poder disciplinar.

Para que o poder atinja a todos da maneira o mais minuciosa possível, é preciso que os corpos estejam distribuídos no espaço e que essa distribuição obedeça a uma lógica econômica. (...) isso implica que os corpos não estejam dispersos, mas de preferência submetidos a algum tipo de cerceamento ou confinamento que os torne acessíveis às ações do poder. (Veiga-Neto, 2000b: 13)

Sob essa perspectiva, a suposta obviedade do ato de fixarmos limites reais quando pretendemos realizar atividades com crianças (como a cerca dos espaços infantis em questão) está conectada à nossa moderna forma de organização disciplinar. Se levarmos em conta o disciplinamento operado, tal evidência supostamente incontestável fica, então, desnaturalizada.

---

não apenas dentro de suas próprias casas, mas também dentro de determinadas repartições da casa). Hoje em dia, é comum (e, digamos, quase natural) que as crianças tenham o seu próprio quarto. Atualmente, essa é uma prática totalmente aceita e, mais do que isso, é uma prática incentivada na

### *A disposição das coisas*

Apesar de eu estar enfatizando a questão das cercas que servem para delimitar o espaço das crianças nesses empreendimentos – cercas que existem concretamente; e de ter feito, dessa existência, um foco de análise – gostaria de esclarecer o entendimento que tenho de que o cercar e o cercar não exigem, necessariamente, cercas físicas, no sentido material. Dependendo da função a que se destina desempenhar ou os equipamentos ou as pessoas (ou os dois elementos ao mesmo tempo), o espaço também pode perfeitamente ser quadriculado, dividido, cerceado e cercado simbolicamente.

O espaço interno (dentro da cerca) onde desenvolvem-se as atividades com as crianças não é, aparentemente, dividido e a impressão inicial que se tem é a de que todas as crianças ocupam igualmente esse mesmo espaço (com todos os seus brinquedos, jogos, mobiliários, etc.) e que, igualmente, têm acesso a todas as atividades disponíveis. Da mesma forma, não se percebe, inicialmente, uma divisão entre as recreacionistas, parecendo que todas executam as mesmas funções. No entanto, após algumas observações e entrevistas, pude perceber que, apesar de as crianças – assim como as recreacionistas – circularem juntas pelo local e de ele não ser fisicamente dividido, existem determinadas operações de organização e funcionamento dos espaços infantis do *Clube da Criança* que permitem três principais divisões: uma divisão entre as crianças, classificando-as por suas idades; uma divisão entre atividades, permitidas ou não a determinadas crianças; e uma divisão entre as recreacionistas, que acabam executando tarefas diferenciadas. Essas divisões são feitas uma em função da outra, a partir de determinadas estratégias conjuntas, o que torna um tanto difícil pensarmos uma divisão sem levarmos em conta as outras duas. Mesmo assim, por motivos didáticos, passo, a seguir, a comentar separadamente cada uma das três principais divisões.

1) Divisão entre as crianças – as idades das crianças que freqüentam esses espaços infantis dos *shopping centers* variam entre dois e dez anos. De acordo com as atendentes, não há incidência da permanência de crianças, neste local, que tenham uma ou outra idade em especial. O *Clube da Criança* é freqüentado tanto por

---

medida em que o ato de destinar um espaço físico, dentro de casa, às crianças está associado à idéia de que se deve respeitar a individualidade delas.

crianças pequenas (classificadas pela empresa como as crianças entre dois e cinco anos) quanto por crianças maiores (entre seis e dez anos). Os chamados “credenciamentos” são a forma que a empresa encontrou para diferenciar as crianças em função de suas idades. Logo que a criança chega ao espaço infantil, a gerente preenche uma ficha cadastral (no computador) com as seguintes informações: nome completo e idade da criança; nível escolar e instituição de ensino (para as que já estão na escola); nome completo do pai, da mãe e/ou outros responsáveis com suas respectivas profissões; endereço residencial; telefones de contato; entre outros dados. Ao preencher essa ficha cadastral, a gerente chama uma das atendentes recreacionistas, para que essa faça o credenciamento da criança, que consiste no seguinte: nas crianças pequenas (de dois a cinco anos), coloca-se uma pequena etiqueta colorida nas costas ou nos sapatos; as crianças maiores (de seis a dez anos) vestem um colete com o nome da empresa estampado. Isso é feito para que as recreacionistas possam mais facilmente identificar cada uma das crianças:

*fazemos o credenciamento antes das crianças começarem a brincar, porque, depois, quando tem muito movimento, por exemplo, fica difícil saber quem é quem. (gerente)*

Essa é uma das formas pelas quais as crianças são diferenciadas entre si, dentro de um espaço que é o mesmo para abrigar crianças de diferentes idades. Os códigos criados pela empresa (etiquetas e coletes), e colocados em funcionamento através do chamado credenciamento, servem tanto para que as atendentes recreacionistas possam melhor visualizar o grupo de crianças como um todo e identificar cada uma em especial, quanto para as próprias crianças identificarem a si mesmas e às outras e se perceberem enquanto “pequenas” ou “maiores” (como assim as denominam as funcionárias da empresa). Essa última operação torna-se importante ao bom funcionamento do espaço infantil, na medida em que (como veremos a seguir) existem atividades que são mais direcionadas às crianças pequenas e outras mais direcionadas às crianças maiores. Se reconhecerem como fazendo parte de um ou de outro grupo é fundamental para que as crianças também saibam (sem que se precise ficar repetindo) o que podem ou não fazer dentro do referido espaço.

O credenciamento (dividindo as crianças por idades) é uma operação que separa simbolicamente (e não fisicamente) as crianças pequenas das maiores. Não

existem cercas físicas, por exemplo, dentro das quais devem estar, de um lado, apenas as crianças pequenas e, de outro lado, apenas as crianças maiores. Todas as crianças circulam conjuntamente no local. Mas, apesar de estarem “misturados”, os corpos infantis não estão distribuídos aleatoriamente nesse espaço. Esse espaço está simbolicamente quadriculado: não um *quadriculamento* geométrico, mas um *quadriculamento* codificado, para permitir que as atendentes saibam exatamente onde e como encontrar as crianças e para que elas possam, mais facilmente, visualizar e vigiar a todas ao mesmo tempo.

*Quadriculamento* é um termo utilizado por Foucault (1987:123) para designar o “princípio da localização imediata: cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo”. Este autor salienta que a especificação de um local fechado em si mesmo (podemos pensar nas cercas dos espaços infantis do *Clube da Criança*), não é suficiente para o disciplinamento dos corpos. Além disso, é preciso também que se anule a circulação difusa dos indivíduos no espaço, através de uma tática de antiaglomeração: isto é, em parte, o que ele chama de *quadriculamento*. E isto pode ser identificado nos espaços infantis, através da estratégia de credenciamento das crianças – e também através de outras estratégias de organização de tais espaços que serão comentadas a seguir.

2) Divisão entre atividades<sup>54</sup> – na opinião das funcionárias, identificar as crianças por suas idades faz-se necessário porque, apesar de algumas atividades serem organizadas em *cantos* (o canto da pintura e do desenho, o canto dos blocos de montar, o canto dos jogos eletrônicos, etc.), não existe claramente o lado das crianças pequenas e o lado das crianças maiores: elas ficam juntas nesse espaço. Por isso identificá-las: para melhor visualizá-las e para melhor direcionar as atividades e indicar os brinquedos que, de acordo com a pedagoga da empresa, mais correspondem com sua faixa etária.

Com relação à organização do espaço, uma das gerentes salienta que

a disposição dos brinquedos depende muito da área disponível que se tem. O que se faz, geralmente, é espalhar os brinquedos perigosos para que a visualização seja mais fácil. Não se colocam todos os brinquedos perigosos num lugar só, nem se deixa esses brinquedos centralizados.

---

<sup>54</sup> Para exemplo de algumas principais atividades dos espaços infantis do *Clube da Criança*, ver anexo 16.

Procura-se amenizar o espaço e dispor os brinquedos de forma que as crianças não se sintam perdidas no meio deles, para fazer sempre com que o ambiente seja agradável. (gerente)

Importante destacar que “amenizar o espaço” significa não deixá-lo confuso, para que não seja de difícil circulação, de modo que, de certa forma, ele seja também quadriculado através da disposição não apenas dos corpos, mas também através da disposição dos brinquedos. É interessante perceber que, enquanto as atividades que as crianças podem realizar sentadas são organizadas em *cantos*, os brinquedos considerados perigosos (aqueles em que as crianças se movimentam livremente, mexem seus corpos, pulam, saltam, correm e que, em função disso, podem mais facilmente se machucar ou machucar às outras crianças) são propositadamente distribuídos pelo espaço, de forma que fiquem afastados uns dos outros. Os brinquedos mais perigosos ficam espalhados no espaço, para que os grupos que preferem tais brinquedos sejam decompostos e, assim, possam ser mais facilmente controlados. As atendentes sabem bem onde ficam os brinquedos mais perigosos e onde é que elas podem melhor encontrar as crianças que os preferem. Do mesmo modo, se percebe que é mais vantajoso unir, em *cantos*, as atividades que exigem das crianças um condicionamento corporal. Trata-se de codificar o referido espaço infantil e de torná-lo útil, de forma que seja possível tirar o máximo de proveito dele, a fim de que as atendentes possam realizar o seu trabalho com mais rapidez e eficiência. Essa forma de dispor determinados brinquedos no espaço (separando uns e juntando outros em *cantos funcionais*), constitui-se em outra importante estratégia para o quadriculamento simbólico dos espaços infantis em questão.

Um outro ponto, não menos importante, refere-se ao fato de que espalhar os brinquedos perigosos pelo ambiente, de forma que eles não fiquem juntos em uma mesma ala (ou seja, de forma que eles ocupem todas as partes desse espaço, que pelo menos um deles esteja presente ao lado de quase todos os *cantos*), não significa que todas as crianças, independente da idade, tenham acessos iguais a esses brinquedos. Apesar de os brinquedos estarem misturados (o que sugere que eles não fazem parte de nenhum *canto* e que, por isso, estariam à disposição de qualquer criança, independente do *canto* onde ela está brincando), as atividades que se realizam com tais brinquedos são classificadas e direcionadas a crianças de determinadas idades

(esse direcionamento constitui-se também numa outra forma de quadricular simbolicamente o espaço). De acordo com a gerente, crianças de dois a cinco anos podem escolher livremente as atividades que desejarem realizar, embora o *Clube da Criança* dê preferência, para essa faixa etária, às atividades de pintura, desenho, quebra-cabeça, montagem de blocos, enfim, atividades que possam ser realizadas, ou nas mesinhas ou nos tapetes, e com o acompanhamento das recreacionistas. As atividades direcionadas às crianças dos cinco aos dez anos são, basicamente, os *vídeo games* e os brinquedos maiores, como o pula-pula e a cama elástica:

isso já fica mais ou menos combinado com a criança quando ela começa a brincar, para não dar muita confusão. (gerente)

Em todas as entrevistas, a gerente e as recreacionistas preocuparam-se em salientar que nada dentro do espaço infantil é imposto:

todas as crianças são livres para brincarem com o que quiserem aqui dentro. O que nós fazemos é apenas orientar algumas atividades: brinquedos menos perigosos para as crianças menores, e *vídeo games* e brinquedos maiores para as outras crianças. (gerente)

E uma atendente recreacionista continua:

até mesmo o *vídeo game* é livre para crianças de qualquer idade, mas procuramos evitar que crianças pequenas fiquem muito presas a ele. Preferimos que elas desenvolvam atividades mais cognitivas ou mais recreativas, porque entendemos que o *vídeo game* bitola muito a criança. (recreacionista)<sup>55</sup>

Portanto, apesar de se dizer que todos os brinquedos (independente de estarem ou não em *cantos*) estão à disposição de todas as crianças (independente de suas idades), percebe-se que, efetivamente, na prática diária com as crianças, há um claro direcionamento das atividades, de forma a distribuir determinadas crianças a determinados brinquedos. Os brinquedos estão ali aparentemente para todas as

---

<sup>55</sup> O entendimento que comumente se tem de que o *vídeo game* “bitola” as crianças será analisado mais adiante, na seção denominada *Os equipamentos eletrônicos*.

crianças e isso sugere, inicialmente, que as crianças podem fazer com eles o que quiserem. Mas as recreacionistas também estão permanentemente ali e a tarefa delas é conduzir determinadas crianças a certas atividades. Nesse sentido, a função desempenhada pelas recreacionistas (“sugerir” determinadas atividades), pelas crianças (praticar as atividades sugeridas) e pelos equipamentos (estarem pré-determinados a certas crianças), ou seja, as relações estabelecidas entre recreacionistas/crianças/equipamentos, acabam também por quadricular, dividir e cercar o espaço simbolicamente<sup>56</sup>.

3) Divisão entre recreacionistas – todas as atendentes recreacionistas trabalham uniformizadas, num macacão de cor vermelha que tem estampado o nome da empresa, para melhor serem identificadas. E, apesar de todas estarem aptas a executarem as funções de recreação e cuidado com as crianças, essa recreação e esse cuidado não são direcionados a qualquer criança, por qualquer uma das atendentes. Na medida em que as crianças chegam no espaço infantil, uma atendente em especial é designada para acompanhá-las em suas atividades, de forma que cada atendente fica com a tarefa de orientar o trabalho de um determinado grupo de crianças e não se responsabiliza por todas as que ali estão. Essa divisão feita entre as atendentes recreacionistas está conectada às outras duas divisões: entre as crianças e entre as atividades. Se as crianças são separadas em função de suas idades e se as atividades devem ser preferencialmente diferenciadas para crianças menores e maiores, é preciso, então, a presença de alguém em especial que direcione, acompanhe e oriente o trabalho (que é a função da recreacionista). Nessa forma de organização, também existe a figura da gerente, que é a pessoa que decide sob a responsabilidade de qual atendente recreacionista determinada criança deve ficar.

---

<sup>56</sup> Um outro ponto que também pode ser destacado refere-se às questões de gênero. A gerente de um dos espaços infantis enfatiza que as atividades não são classificadas em função do sexo das crianças: meninas e meninos são livres para escolherem os brinquedos *determinados para a sua idade*. Há uma preocupação bem maior em separar as crianças em função de suas idades do que em função das questões de gênero, embora, de acordo com a gerente, haja uma inclinação das meninas a brincarem de casinha e dos meninos a brincarem de carrinho: “não se determina nada com relação a isso, naturalmente as crianças vão escolhendo. É uma coisa que elas já trazem de casa, já vêm com o intuito de brincar ou de casinha ou de carrinho”. Apesar desse comentário feito pela gerente, não percebi, em minhas observações, a preferência diferenciada de meninas e de meninos por brinquedos historicamente direcionados a elas ou a eles, de modo que essa não chega a ser uma questão relevante nessa análise. O que pude concluir é que as questões de gênero não estão imbricadas com o quadriculamento dos espaços infantis dos *shopping centers* – ou, pelo menos, não constituem-se tão fortemente em estratégias de divisão do espaço quanto, por exemplo, a separação por idades (que é, ao meu ver, o ponto central a partir do qual a maioria das outras divisões são feitas).

De acordo com a gerente, o número de crianças por cada recreacionista depende sempre do movimento que se tem no espaço infantil:

*isso varia muito de dia para dia, de quantas crianças chegam e de quantas recreacionistas estão disponíveis. Nos finais de semana, por exemplo, o fluxo de clientes é maior e cada menina tem que ficar responsável por mais crianças do que em outros dias. (gerente)*

Mas, independente da quantidade de crianças que chegam ao mesmo tempo no espaço infantil, a divisão é feita sempre da seguinte maneira, explicada pela gerente:

*se existem quatro atendentes na loja, eu vou direcionando as crianças que chegam a cada uma delas. Uma cuida das crianças bem pequenas, de dois e três anos; outra cuida das crianças de quatro a seis anos; outra das de sete e oito; e a última das de nove e dez. (gerente)*

Esse, segundo a gerente, é o modelo padrão que se tenta seguir ao coordenar os espaços infantis. Mas ela também salienta que nem sempre é possível proceder dessa maneira, porque existem momentos em que a maioria das crianças que estão brincando tem a mesma faixa etária. Dessa forma, então, a idade das crianças deixa de ser um critério para a diferenciação das mesmas e, conseqüentemente, também deixa de ser um critério a partir do qual se dá a divisão das recreacionistas. Quanto a isso, a gerente enfatiza que

*as crianças sempre acabam apresentando outras diferenças que a gente percebe quando elas chegam ou vai percebendo logo que elas começam a brincar. (gerente)*

Isso significa que o direcionamento das atividades para diferentes tipos de crianças (mesmo que sejam da mesma faixa etária) também serve como critério para a divisão das recreacionistas.

A classificação desses diferentes “tipos” de criança é feita por gerentes e atendentes de muitas maneiras, de acordo com determinadas situações. E essas classificações geralmente trazem consigo determinados discursos sobre o comportamento infantil – o que sugere que, além de tudo, os referidos espaços

infantis são/estão cerc(e)ados também por discursos. Discursos esses baseados em certos conceitos amplamente disseminados e intimamente ligados a saberes (que se pretendem científicos) próprios da Educação Infantil<sup>57</sup>. Dessa forma, há muitas possibilidades de se diferenciar as crianças, além do critério “idade”. Apenas para citar um exemplo, sugerido pela gerente, pode-se pensar naquelas crianças de mesma idade que estão indo ao espaço infantil pela primeira vez. Nessa situação, de acordo com as recreacionistas, existem dois tipos de crianças: por um lado, aquela que é sozinha, que não está acostumada a brincar e a dividir suas coisas com outras crianças, “é egoísta e egocêntrica” e, por outro lado, aquela que ocupa seu tempo com atividades coletivas como, por exemplo, a creche, natação, tênis, *ballet*, enfim. Para as atendentes, o trabalho com esses dois diferentes tipos de crianças que estão na mesma situação (a de ter a mesma idade e a de visitar o local pela primeira vez), deve ser bem direcionado e as atendentes se dividem de forma que cada uma fique com um determinado grupo de crianças para ensinar umas às outras a conviverem entre si.

Dividir as recreacionistas, fazendo com que fiquem responsáveis não simplesmente por direcionar as atividades às crianças, mas que fiquem responsáveis por direcionar as atividades a grupos específicos de crianças (o que é muito diferente), é uma operação que se constitui em outra importante estratégia para quadrangular ainda mais o espaço infantil em questão. Executar a tarefa de orientar o trabalho com todas as crianças em geral, mesmo que não pareça, é bastante diferente de executar a tarefa de orientar o trabalho com determinadas crianças que são classificadas não mais apenas em função de suas idades, mas também em função das reações que apresentam/dos comportamentos que têm ao interagirem com brinquedos, colegas e atendentes.

O próprio fato de que existem inúmeras categorias a partir das quais as crianças podem ser classificadas, ou, melhor ainda, o fato de efetivamente se classificar as crianças a partir de diferentes critérios e de definir que cada atendente deve ser responsável por certos grupos e não por outros, direcionando determinadas atividades e não outras, evidencia que esses espaços infantis dos *shopping centers* são espaços extensamente disciplinares, suscetíveis de serem tão mais divididos,

---

<sup>57</sup> A apropriação, por gerentes e atendentes, de discursos tipicamente pedagógicos próprios da Educação Infantil é uma questão discutida na seção intitulada *As funções dos espaços infantis*.

quadriculados, cerceados e cercados quanto maiores são as possibilidades de classificações – classificações não apenas de crianças mas, além delas, também de recreacionistas, gerentes, discursos, equipamentos, materiais, atividades, brinquedos, etc. De acordo com Foucault (1987:123), “o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir”. Em outras palavras: o corpo individual é o limite do disciplinamento.

Cabe, para encerrar essa seção, dizer que, mesmo que algumas vezes pareça, essa análise não tem nenhuma pretensão de denunciar qualquer tipo de prática que está sendo realizada nos espaços infantis do *Clube da Criança*. Ainda que eu acabe, de certa forma, por sugerir que as gerentes e as atendentes dizem determinadas coisas que não são verificadas na prática, não faço isso para apontar qualquer suposta contraditoriedade entre “teoria” e “prática” e também não faço isso com a intenção de apontar “falhas” entre o discurso e a prática dessas profissionais. Não se trata de nenhum tipo de acusação. Mesmo porque, a questão não é a de fazer referência a uma ou outra pessoa em especial, muito menos a uma ou outra determinada instituição. Trata-se, antes, da análise de uma *lógica* a partir da qual se estabelecem as relações entre gerentes/atendentes/famílias/crianças/discursos/equipamentos/espço. Trata-se de analisar as teias formadas por essas relações, para que minimamente possamos entender de que forma determinados elementos constituintes e constituidores dos referidos espaços infantis são entretecidos nesses mesmos espaços, quadriculando-os, dividindo-os, tornando-os *espaços cerc(e)ados*.

### ***Os equipamentos eletrônicos***

A organização das “coisas” dentro da cerca – como a organização da maioria das coisas deste nosso mundo – obedece à idéia da funcionalidade. Todos os espaços ocupados no espaço interno da cerca, como vimos na seção anterior, são extremamente funcionais e alguns (os que sugerem um condicionamento corporal por parte das crianças) são organizados em *cantos*. Nessa seção, proponho-me a examinar um dos cantos em especial, que intitulei de *o canto dos equipamentos*

*eletrônicos*. Para isso, subdividi essa seção em três partes. Na primeira parte, faço uma (muito breve) introdução referindo do que se trata o canto dos equipamentos eletrônicos: a forma como é organizado, a frequência com que é ocupado pelas crianças, a impressão das funcionárias do *Clube da Criança* com relação a este canto (impressão que acaba por determinar os momentos e as formas de intervenção das recreacionistas nas atividades realizadas neste canto). Na segunda parte, vou desenvolvendo algumas questões mais amplas referentes à relação da infância atual com os avanços tecnológicos que engendram a formação de um mundo basicamente digital com o qual nos deparamos atualmente – questões essas que considero imprescindíveis ao exame que aqui me proponho a fazer. Na terceira parte, para finalizar, situo o canto dos equipamentos eletrônicos dos espaços infantis do *Clube da Criança* no que tange à sua relação com as questões desenvolvidas na segunda parte. Passemos, então, à primeira parte.

#### *O canto dos equipamentos eletrônicos*

Trata-se de um canto composto por televisões e vídeos que ficam organizados numa área da cerca onde, com uma certa distância (não muita), ficam dispostas algumas cadeiras. Observei, neste canto, uma variação de atividades. Algumas vezes este canto funciona como um pequeno cinema; outras vezes é utilizado para que as crianças cantem, geralmente, músicas infantis (com o auxílio do aparelho de *videokê*); e, na maioria das vezes, este canto funciona como um canto de jogos eletrônicos e *vídeo games*. Nesse último caso, as cadeiras (antes enfileiradas) ficam individualmente dispostas, ou seja, uma cadeira para cada (e colocada bem à frente da) televisão. Numa de minhas entrevistas com algumas funcionárias da empresa, uma das atendentes informou-me que se evita deixar as crianças assistindo a programas de televisão que não sejam próprios para elas. Por isso, destaca-se que as crianças têm acesso à televisão para três atividades em especial: filmes infantis, *videokê* e *vídeo-games* (ver anexo 17).

Outra informação que recebi das recreacionistas (e que também pude perceber em minhas observações) é que há um grande interesse das crianças pelos jogos eletrônicos:

existem duas situações bem diferentes, mas com o mesmo resultado. Por um lado, aquela criança que está acostumada com os jogos, que tem contato com eles em casa ou na escola, já vem para cá proposta a jogar *vídeo game*. Por outro lado, aquela criança que não tem *vídeo game* em casa ou na escola, ou que é proibida de jogar por pais ou professores, vem também disposta aos jogos eletrônicos. Nos dois casos, dá no mesmo: a preferência é sempre o *vídeo game*. (recreacionista)

Em função do grande interesse das crianças pelos jogos eletrônicos, as recreacionistas tentam conduzir as atividades de forma a intercalar as brincadeiras e evitar que as crianças fiquem muito tempo na frente da televisão. No entanto, de acordo com elas, essa é uma tarefa bastante difícil quando se trata de jogos eletrônicos:

*os vídeo games prendem tanto a atenção das crianças que algumas delas, especialmente as menores, chegam até a perderem a noção do xixi e do cocô e acabam fazendo nas calças porque não querem se levantar. Isso é muito preocupante.* (recreacionista)

Outra recreacionista acrescenta:

*o vídeo game é, sem dúvida, a atividade que as crianças menos precisam do nosso auxílio. Elas mesmas sabem sozinhas como jogar.* (recreacionista)

### *A infância num mundo digitalizado*

As formas como os espaços infantis dos *shopping centers* são organizados e as atividades que dentro deles acontecem mesclam diferentes entendimentos e sentidos de infância. É extremamente interessante perceber o entrecruzamento de discursos – muitas vezes paradoxais – que estão subentendidos nas práticas ali realizadas e que são atravessados tanto nelas, quanto por elas.

Organizar tais espaços, enquadrando seus limites através de cercas materiais, é algo que está conectado ao entendimento que comumente se tem da infância como,

basicamente, uma fase desprotegida da vida. Nesse sentido, as crianças – entendidas como naturalmente vulneráveis e desamparadas – são seres dependentes dos adultos que devem obediência a eles em troca de sua proteção. Tal entendimento está inserido num discurso moderno de infância que, desde a instituição escolar moderna, encerra a infância – e as crianças – em determinados lugares devidamente especificados tanto material quanto simbolicamente (Narodowski, 1999).

A presença da cerca (já discutida nesta Dissertação), como também a presença de outros elementos (materiais ou não) que topologicamente distribuem os corpos dentro da cerca são alguns exemplos de operações dos espaços infantis do *Clube da Criança* que, digamos, seguem a lógica moderna de entender a infância e de organizar espaços para ela. Mas, se atentarmos para a existência de outros elementos nos referidos espaços como, por exemplo, os aparelhos eletrônicos que ficam à disposição das crianças e, mais do que isso, se atentarmos para as formas através das quais tais equipamentos são utilizados e as relações que são estabelecidas entre crianças/atendentes/equipamentos, poderemos perceber o atravessamento de um discurso mais contemporâneo com relação à infância.

Nosso mundo contemporâneo tem sido edificado sob uma crescente valorização da autonomia individual. Não é à toa que, já há algum tempo, a atuação da criança de forma cada vez mais independente e o oferecimento de atividades e situações que favoreçam e permitam o desenvolvimento da autoconfiança, da imagem positiva de si mesmo, do autogoverno, da capacidade de realização de escolhas, enfim, do exercício da autonomia (Brasil, 1998), são alguns dos objetivos educacionais que mais têm sido apresentados como imprescindíveis à formação infantil. Ainda que tais objetivos se caracterizem por entender a criança como um ser naturalmente dependente que, ao passar pelo processo da educação, pode (ou deve) ir conquistando certa independência e autonomia na realização de suas próprias tarefas e de suas próprias idéias, formar crianças que sejam capazes de, progressivamente, ir aprendendo a solucionar os mais diversos problemas que possam surgir em sua vida cotidiana tem sido uma preocupação constante da maioria dos discursos pedagógicos em circulação.

No entrecruzamento de objetivos de tal natureza com alguns importantes acontecimentos tecnológicos desenvolvidos *no e pelo* mundo contemporâneo (e colocados em funcionamento de forma muito intensa na vida de praticamente todas

as pessoas), os referidos objetivos acabam por se tornar não apenas uma pretensão para a formação infantil como, mais do que isso, acabam tornando-se efetivamente uma realização da infância. Nesse sentido, há um enfraquecimento do entendimento de infância como uma fase de aprendizado da autonomia, como um tempo no qual os seres passam por uma preparação para viverem como autônomos na vida adulta: mais do que aprenderem a viver a autonomia, na contemporaneidade, as crianças passam a efetivamente viver tal autonomia.

O que tem acontecido, no mundo atual, é que alguns episódios relativamente recentes – como, por exemplo, o advento de uma tecnologia eletrônica que cada vez mais se reorganiza no sentido de alargar as possibilidades de interação entre pessoas e máquinas – têm criado determinadas situações que possibilitam o surgimento de um outro discurso com relação à infância, diferente daquele já conhecido entendimento de que a criança é naturalmente dependente e um aprendiz em potencial dos adultos. A criança de hoje nasce num mundo em que as máquinas são parte tão integrante dele e tão necessárias a ele (em sua organização, em seu funcionamento), que passam a ser percebidas como algo natural do próprio mundo. Máquinas cada vez mais refinadas, fabricadas sob moldes e dimensões super reduzidos e que, ao mesmo tempo, são capazes de efetuar inúmeras e diferentes funções. Máquinas desenvolvidas a partir da alta tecnologia, que miniaturiza a própria técnica e possibilita uma interatividade eletrônica jamais vista até então. Máquinas através das quais o global aparece sob micro-formas, nos dando a sensação de que a paisagem externa pode ser totalmente controlada por nós dentro de nossas próprias casas, com um simples *clic* do *mouse*, com um simples aperto de uns dos botões de nossos pequenos controles-remotos. A informatização geral de nossas novas formas de transmissão e comunicação; a vida acontecendo sob imagens virtuais; e a possibilidade de intervirmos no mundo, de qualquer lugar dele (desde que estejamos conectados em rede), nos permite estarmos em todas as partes ao mesmo tempo, sem estarmos efetivamente em parte alguma. A informação ganha uma velocidade inédita, como se procurasse ocupar por inteiro todas as partes do mundo, como se pretendesse se antecipar ao próprio acontecimento. Telefones móveis no lugar dos fixos. Internet (mais veloz, mais completa, mais útil) no lugar das páginas amarelas. Rádios, televisões, computadores, monitores acesos simultaneamente em nossas casas individuais. Tecnologia de comunicação interativa

que invade nossas vidas privadas e nos dá a sensação de que somos agentes de um mundo em movimento ao alcance de nossas mãos (Castro, 1998).

Antes de retomar a questão da infância na sua relação com nosso mundo de transformações e avanços tecnológicos, gostaria de citar, como exemplo dessa interatividade cada vez mais presente em nossas formas de viver, um comercial a que assisti pela televisão num dos intervalos que fiz enquanto escrevia esta seção. A propaganda de uma rede de canais de televisão por assinatura chamada DirecTV, (veiculada por uma emissora de televisão brasileira), que tem a duração de aproximadamente quinze minutos, talvez exemplifique o impacto que o mundo digital pode ter sobre nós, em nossas casas fechadas. Com o *slogan* “DirecTV Interactive: O Mundo é Seu!”, a propaganda anuncia muitas e diferentes possibilidades de interação entre os telespectadores e os programas televisivos oferecidos por essa rede de canais. O assinante da DirecTV, tal como o assinante de outras redes de canais de televisão a cabo, além de poder assistir a canais de televisão do mundo inteiro, de notícias, documentários, músicas, desenhos animados, etc., ainda pode selecionar (via controle remoto) os filmes que gostaria de ver durante o mês e tê-los à disposição em casa, sem ter que ir a uma locadora de vídeo; pode acessar jogos eletrônicos e divertir-se com eles na própria tela da televisão, sem precisar de nenhum outro equipamento para isso (os jogos são classificados por idade e por nível de dificuldade e jogados pelo controle remoto da televisão); pode solicitar serviços de meteorologia (também pelo controle remoto); pode escutar diferentes estilos de música, sem precisar de aparelhos de rádio ou aparelhos de CD (as rádios e as músicas podem ser selecionadas pelo controle remoto da televisão); pode participar de debates e pesquisas de diferentes temáticas e de todas as partes do mundo e votar de acordo com suas escolhas (a um simples toque no controle remoto); pode acessar suas contas bancárias para saldos e extratos (e, de acordo com a referida propaganda, poderá, logo em breve, realizar operações de depósito e pagamentos via controle remoto da televisão); pode até mesmo enviar e receber *emails* (de e para qualquer parte do mundo), sem precisar de um computador. Tudo à disposição do assinante: “na tela da sua televisão, sem que você saia do conforto da sua casa”. A propaganda enfatiza que, além de toda a qualidade técnica e digital, há também uma enorme qualidade do conteúdo dos programas oferecidos. “Com o controle remoto da DirecTV você pode estar onde quiser”. “Você instantaneamente

estará em partes do mundo que nenhum outro controle remoto já o levou”: essas são as duas frases mais enfatizadas durante a propaganda. No final, junto a vários efeitos de som e imagem (que mais do que prenderem a nossa atenção, nos seduzem num jogo simultâneo de perplexidade e encantamento frente a tamanha invenção), os dois apresentadores (um homem e uma mulher, ambos jovens, brancos, de aparência saudável e corpos esteticamente perfeitos, ele num belo terno azul marinho e ela num lindo vestido longo claro), falam juntos em alto e bom som: “DirecTV Interactive, O Mundo é Seu!”

É importante atentarmos para a idéia de que na frase “o mundo é seu”, o “seu” é diretamente estendido e individualmente dirigido a todas as pessoas e a qualquer pessoa que estiver assistindo à propaganda, inclusive a crianças. Este é um estilo sedutor e não autoritário de nos subjetivar, que valoriza a independência e a autonomia (porque, ao tom do *self-service*, nos passa a seguinte idéia: “a escolha é sua, tenha o mundo a seu alcance!”) e que, ao mesmo tempo, coloca a necessidade de estarmos conectados às tramas combinatórias da tecnologia e do mundo digital. Mas essa necessidade supõe, antes, que temos vidas muito separadas, que somos seres individualizados, e que cada um de nós pode ser individualmente informado e pode ter individualmente o mundo para si, desde que esteja conectado: à frente da televisão, cada um manipula seu próprio controle-remoto; à frente do computador, cada um manipula seu próprio *mouse*. Somos diferentes porque somos livres para individualmente escolhermos frente a uma variedade de opções e de caminhos que nos é apresentada. Mas somos todos iguais na medida em que nos vemos ligados à necessidade de consumir – aparelhagem técnica, informações, conhecimentos, saberes, afetos – para que não sejamos incompatíveis com as novas formas de ordenação do mundo.

É neste mundo, já assim ordenado, que as crianças de hoje nascem. E é mais ou menos nessa direção que a infância, entendida como um tempo de obediência e aprendizado, perde sua força e começa a dar lugar para um entendimento a partir do qual a criança passa a efetivamente viver sua independência e autonomia, no momento em que é entendida como um ser que sabe e que é capaz de manipular a aparelhagem tecnológica, muitas vezes mais facilmente do que os próprios adultos. Do lugar de aprendiz, a criança passa a ser quem ensina, quem melhor manipula a aparelhagem e quem ajuda o adulto a desvendar os “mistérios” e problemas do

mundo digital (Narodowski, 1999). Por mais que este seja um mundo criado, para as crianças que nele nascem – e que com ele estão muito mais particularmente familiarizadas do que seus pais e suas mães –, seria quase impossível conceber a vida sem a presença diária da informatização. Há algum tempo, novos entendimentos de infância começaram a ser largamente difundidos e também expressos em comerciais televisivos. É cada vez mais comum assistirmos a propagandas de computadores, portais de Internet, bancos que oferecem serviços *on line*, ou qualquer outro tipo de produtos ou serviços ligados à esfera digital, tendo crianças como protagonistas.

Apenas como exemplo, lembremos de um comercial de uma nova linha de computadores, veiculado em horário nobre por duas ou três emissoras de televisão. Nele, um jovem casal, na sala de sua confortável casa, tenta operar um computador. Diante das dificuldades que encontram, começam a gritar pela ajuda de alguém chamado Rudi. Após alguns segundos, um menino de aproximadamente sete anos de idade, desce as escadas da casa um tanto indignado com os gritos e pergunta: “como vocês se viravam antes de eu chegar aqui, heim?”<sup>58</sup>. Um outro comercial tenta vender a idéia de que “realizar transações bancárias via Internet está agora mais fácil do que antes”. Para isso, expõe a imagem de um homem, sentado à frente do computador, verificando extratos e fazendo pagamentos. Em seguida, um menino também de aproximadamente sete anos de idade pergunta: “não quer a minha ajuda?”. Recebendo a resposta negativa do homem, a criança torna a perguntar com mais ênfase: “tem certeza de que não quer a minha ajuda, pai?”. Então, o homem responde que a ajuda não será necessária porque agora a empresa que disponibiliza o acesso à Internet está facilitando a operação dos serviços, o que nos faz supor que antes, quando era mais difícil, a ajuda da criança era indispensável e que era ela quem sabia, melhor que o pai, manipular com o aparelho.

Com relação a isso, parece-me muito oportuno trazer para essa discussão as considerações de Narodowski (1999) sobre o fim da infância moderna (considerações que, inicialmente, permitiram-me olhar mais especialmente para o canto dos equipamentos eletrônicos dos espaços infantis do *Clube da Criança*). No segundo capítulo de *Después de Clase*, Narodowski (ibid.) trabalha com o que ele chama de *adiós a la infancia*. Para este autor, vivemos atualmente um tempo de crise

---

<sup>58</sup> O referido comercial serve como fio condutor da discussão colocada no artigo *Crianças: substantivo plural*, de Sayão (2000).

da idéia moderna de infância. Uma crise que, como a maioria das crises, resulta em novas visões da realidade e em novas formas de organizarmos nossas práticas diárias. Nesse sentido, o próprio fim da infância (modernamente concebida) recoloca outros entendimentos de infância que, para Narodowski, são estendidos até dois grandes pólos: *infância hiperrealizada* e *infância desrealizada*.

Num dos pólos, estaria, então, a *infância hiperrealizada*: aquela infância que é realizada exatamente na interação com todas as possibilidades tecnológicas que o mundo contemporâneo oferece. E é, por isso, a infância que, ao contrário da concepção moderna, não espera e não se prepara para viver um mundo que seria legitimamente de adultos. Trata-se, agora, de uma “infância imediata”, ou seja, trata-se de crianças que vivem sua infância em contato com um mundo altamente digital e que “compreendem mais sensivelmente do que seus pais os novos artefatos tecnológicos. (...) Crianças que não precisam ler o manual para aprender: interagem digitalmente com desenvoltura e surpreendem os adultos, descobrindo aquilo que para estes estava vedado (Narodowski, 1999:48)<sup>59</sup>. Crianças que, sem precisarem de ajuda, dominam *mouses*, teclados e controles-remotos. Crianças que, muitas vezes, reinam soberanas frente a telas de televisões e computadores.

Num outro pólo, estaria aquilo que Narodowski chama de *infância desrealizada*: “trata-se da infância excluída fisicamente destas relações de saber, mas também excluída institucionalmente: assim como a invenção da imprensa produziu o analfabetismo, a Internet está também criando uma nova geração de analfabetos virtuais” (id., *ibid.*:52). É nas ruas e no mundo *off-line* que certas crianças vão, na contemporaneidade, (des)realizando sua infância. Para possíveis objeções quanto a este entendimento (objeções no sentido de que, independente da relação entre infância e tecnologia, sempre existiram crianças pobres, abandonadas, da rua, enfim, crianças excluídas), Narodowski enfatiza que a diferença entre as crianças excluídas no contexto da Modernidade e as crianças excluídas atualmente está no fato de que,

(...) no contexto da instituição escolar da modernidade, o relato político e pedagógico predominante supunha que todas essas crianças iriam ser salvas pela escola e especialmente pela escola pública. A promessa pansófica estava vigente e a utopia sociopolítica se posicionava remediando a infância abandonada e

---

<sup>59</sup> Todas as citações que faço de Narodowski, nessa seção, são traduções minhas.

incluindo-a em uma sociedade de todos. (...) Esse tipo de relato hoje está questionado. (...) já se começa a aceitar a idéia de que não vai haver infância realizada para essas crianças. (...) o que está cessando é a nossa capacidade de dar-lhes uma resposta que implique a sua reinserção em termos de infância moderna: heterônima, dependente e obediente. (id., ibid.:52, 54)

O poder que antes se supunha que a escola tinha de proporcionar melhores condições de vida às crianças de *infância desrealizada* e de inseri-las numa “sociedade de todos”, está de tal modo enfraquecido que já não mais vemos alguma suposta “luz no fim do túnel”. Nesse sentido, a *infância desrealizada* de hoje poderia ser entendida como o pavor que a Modernidade prometeu extinguir, mas que não conseguiu, como o medo que nos assombra e que nos afasta cada vez mais dos ideais de ordem e progresso, como o resultado de uma promessa não cumprida: a Modernidade produziu efeitos talvez não esperados por ela.

*Infância hiperrealizada e infância desrealizada*: são, para Narodowski, dois pólos entre os quais se encontram a maioria das crianças que conhecemos. Crianças que, na atualidade, de uma forma ou de outra, dificilmente suscitam nos adultos o demasiado desejo de proteção que antes suscitavam. Junto com uma série de transformações que a contemporaneidade tem colocado em operação, transformam-se também as formas de significarmos a infância. De indefesas, fracas, desarmadas, frágeis, desamparadas e, por isso, dependentes dos e subordinadas aos adultos, as crianças de hoje estão sendo entendidas e tratadas como seres que possuem autenticidade, autoridade e vontade própria: ou como pequenos gênios que, frente aos novos desafios impostos pela tecnologia, tudo podem descobrir, desvendar, saber, conhecer; ou como criaturas incorrigíveis, e portanto intoleráveis, que, em meio ao crime, às drogas, à prostituição, vivem também independentemente. É claro que isso não significa que existam, atualmente, apenas duas formas de ser criança: é no caminho entre essas duas extremidades que nossas crianças de hoje estão situadas. E já não sentimos mais – nem por uma, nem por outra das duas extremidades – os sentimentos de ternura, amor, carinho, amparo, resguardo, zelo, enfim, de proteção, que antes eram, indiscutivelmente, dispensados à infância. Se nos resta algum desses sentimentos, certamente ele não terá o mesmo significado que tinha, exatamente porque a infância também já não é mais tão desamparada como era. Se é que nos

resta algum sentimento de proteção às crianças, essa proteção deverá estar ligada a outros sentidos e deverá ser feita de outras formas, porque, então, estar-se-á protegendo outra infância e não mais uma infância tão dócil e obediente.

### *As crianças no canto dos equipamentos eletrônicos*

O par de categorias criado por Narodowski permite-me olhar em especial para uma das muitas práticas realizadas nos espaços infantis do *Clube da Criança*: exatamente aquela relacionada aos equipamentos eletrônicos. Nas observações que fiz desses espaços, percebi que as atendentes dispensam pouca – ou, às vezes, nenhuma – atenção às crianças quando estas encontram-se neste canto. As crianças ou ficam sentadas uma ao lado da outra (nas cadeiras ou no chão) assistindo a algum filme infantil (desenhos animados, musicais da Xuxa, da Angélica, etc.), ou ficam individualmente sentadas à frente da televisão, jogando algum jogo eletrônico. Em ambos os casos, as atendentes apenas intervêm no início da atividade, para colocar o filme no vídeo ou para dar orientações de como trocar os jogos. Com relação a isso, o que quero enfatizar é que as crianças demonstram ter mais intimidade com os aparelhos nesse tipo de atividade do que com qualquer outro aparelho ou brinquedo utilizado em outras atividades.

Nesse sentido, é preciso dizer que as atendentes recreacionistas são bastante requisitadas pelas crianças em dois tipos de atividades em especial: 1) nas que são realizadas nas mesinhas, como pintura, desenho, escrita, montagem de blocos e de quebra-cabeças. Nessas atividades, as recreacionistas intervêm auxiliando na construção das crianças, sugerindo cores, indagando sobre formas, demonstrando interesse em saber sobre as histórias que as crianças inventam, enfim; e 2) nas atividades realizadas na “pracinha”, ajudando as crianças menores a subirem no e descerem do escorregador, a pularem no “pula-pula”, etc. A presença das atendentes é muito mais intensa em atividades realizadas nas mesinhas e nos brinquedos maiores do que nas atividades que são realizadas no canto dos equipamentos eletrônicos. É claro que, neste canto, as crianças também ficam constantemente sob o olhar das atendentes. A diferença é que, nas atividades deste canto, as atendentes executam uma função muito mais de vigiar as crianças do que de participar das

atividades com elas. Quando indagadas do porquê de tal procedimento, algumas atendedoras explicaram-me que o canto dos equipamentos eletrônicos é o canto onde as crianças preferem não ser incomodadas (porque, de acordo com as atendedoras, as crianças precisam de muita atenção e concentração nos jogos eletrônicos, por exemplo, e que ficar ali do lado delas, conversando com elas pode acabar atrapalhando a atividade). Mas acrescentaram que, independente disso, estão “sempre de olho”, a fim de manter a ordem: cuidar para que não haja brigas entre as crianças e para que elas não se machuquem, ou simplesmente estar vigiando para que a criança possa ser atendida quando precisar de qualquer coisa.

Em todo o caso, é no canto dos equipamentos eletrônicos que as crianças – muito mais independentemente do que em qualquer outro canto ou em qualquer outra atividade ou brinquedo – “se viram”, ou seja, se organizam praticamente sozinhas sem a necessidade de orientação e de auxílio das atendedoras. Quando as crianças encontram alguma dificuldade, a resolvem rapidamente entre elas próprias: um colega ajuda o outro, num rápido movimento de “perguntar-responder”, muitas vezes incompreensível aos adultos. Percebi esse movimento a que me refiro em diversos momentos em que as crianças brincavam no canto dos equipamentos eletrônicos. No caso dos jogos de *video game* (ainda quando as crianças jogavam individualmente), sempre que alguma criança tinha dúvidas quanto à troca dos jogos ou quanto ao procedimento do jogo, o colega a seu lado a ajudava. Mas o mais interessante nesse movimento é que, na maioria das vezes, a criança que necessitava de ajuda nem chegava a propriamente solicitar ajuda, ou melhor, nem chegava a verbalizar a necessidade de ajuda. O colega do lado percebia a necessidade de ajuda mais ou menos no mesmo instante em que essa necessidade se apresentava à criança com dificuldade. O movimento se traduzia por uma instantânea percepção dos problemas e pela rápida solução deles, que nem passavam pelo conhecimento das atendedoras. Esse movimento de troca entre as crianças era quase incompreensível às atendedoras exatamente porque, quando elas percebiam que as crianças poderiam estar tendo alguma dificuldade, os problemas eram rapidamente solucionados pelos próprios colegas antes mesmo que as atendedoras pudessem identificar que dificuldade era – e a ajuda dada pelos colegas nem sempre era feita de uma forma explicativa, verbalizada. Ainda que os colegas estivessem explicando como resolver o problema, isso era feito a partir de determinadas estratégias próprias das crianças envolvidas

nos jogos: a explicação não era feita tanto por palavras, mas por dinâmicas intervenções que eram instantaneamente interpretadas pela criança que tinha encontrado alguma dificuldade. Isso significa que as crianças conheciam muito bem os jogos (com seus códigos e símbolos próprios), assim como também conheciam as possíveis dificuldades que tais jogos oferecem – dificuldades rapidamente superadas. Apenas com alguns “conselhos” de um ou outro colega, as crianças seguiam jogando, sem muitas palavras, sem muitas interrupções. Havia uma troca entre as crianças que, de forma independente, demonstravam uma grande satisfação ao estarem no canto dos equipamentos eletrônicos.

A situação comentada acima nos permite pensar na relação (feita na segunda parte dessa seção) entre a infância atual e o mundo digitalizado no qual as crianças de hoje nascem e crescem. A familiaridade que as crianças que freqüentam os espaços infantis do *Clube da Criança* têm com os equipamentos eletrônicos é algo que elas não adquirem exclusivamente nesses espaços ou exclusivamente com os aparelhos do *Clube da Criança*. Essa familiaridade está inserida num contexto muito mais amplo em que *controles-remotos*, *joysticks* e *mouses* são, para as crianças que já nascem num mundo ordenado eletronicamente, peças quase *naturais* desse próprio mundo. Acredito que a não necessidade da presença das recreacionistas, para orientar as atividades realizadas no canto dos equipamentos eletrônicos, se dá também em função dessa *naturalidade* com que as crianças entendem tais aparelhos. O lugar da criança na contemporaneidade – pelo menos no que diz respeito às atividades eletrônicas – não é mais o de quem precisa ser orientado, ensinado, conduzido; como afirma uma atendente:

é impressionante, quando a gente vê, eles já estão jogando. E nem precisam da nossa ajuda. (recreacionista)

Mas a intimidade que as crianças têm com os aparelhos eletrônicos não está apenas e diretamente relacionada à “ausência” das atendentes. O próprio caráter eletrônico das atividades desenvolvidas com esses aparelhos – caráter com o qual as crianças de hoje (pelos menos as que freqüentam tais espaços infantis) estão profundamente acostumadas – sugerem atitudes que (para nós, adultos) são “antissociais”, “exclusivistas”. Quanto a isso, as atendentes salientaram que a empresa tem o cuidado de disponibilizar jogos que possam ser jogados em equipe:

incentivamos as crianças a brincarem com jogos que permitam a participação de duas ou mais crianças, para que desenvolvam o sentimento de coleguismo. (recreacionista)

O *vídeo game* é considerado pelas funcionárias do *Clube da Criança* como uma atividade perigosa na medida em que, quando lhes é permitido, as crianças passam um turno inteiro na frente da televisão manipulando os *joysticks*. É por isso que as atendentes procuram evitar que as crianças fiquem muito tempo nessa atividade. De acordo com uma atendente:

preferimos que elas [as crianças] desenvolvam atividades mais cognitivas ou mais recreativas porque entendemos que o *vídeo game* bitola muito a criança. (recreacionista)

Assim como as crianças têm determinadas formas de entender as atividades realizadas com *vídeo game*, considerando-as como as preferidas, as funcionárias também expressam determinados entendimentos acerca dessas atividades, que (contrariamente ao desejo das crianças) são traduzidos por uma vontade de regular as práticas desenvolvidas no canto dos equipamentos eletrônicos (no sentido de inibir a atuação das crianças neste canto ou, ao menos, de sugerir certos limites para essa atuação). Quero destacar três principais idéias expressas pelas atendentes do *Clube da Criança* com relação aos *vídeo games*: 1) a idéia de que se deve estimular a utilização de jogos que permitem a participação de duas ou mais crianças, porque acredita-se que a manipulação individual dos aparelhos não contribui para a socialização das crianças e que a interação entre elas é muito mais saudável à sua formação; 2) a idéia de que outras atividades consideradas “mais pedagógicas” – como, por exemplo, leitura, conto e escrita de histórias em conjunto, montagem de blocos e de quebra-cabeças, pintura, desenho – são preferíveis ao *vídeo game*, porque melhor contribuem no desenvolvimento social e cognitivo das crianças; 3) a idéia de que passar muito tempo brincando com *vídeo game* é prejudicial à formação infantil.

Acredito que essas idéias expressas pelas funcionárias do *Clube da Criança* (e pelos adultos de forma geral) estão associadas a um sentimento de inadaptação dos próprios adultos frente à imagem de um mundo virtual que não pode ser materialmente controlado. A maioria dos jogos eletrônicos atuais caracterizam-se por

exibirem histórias geralmente não lineares e por apresentarem uma visão “confusa” e “descontrolada” de mundo. Os jogos eletrônicos são complicados, aos olhos adultos, exatamente porque apresentam uma mistura desordenada de diferentes elementos visuais e sonoros; muitas vezes, são barulhentos e com uma seqüência desorganizada de situações, o que sugere um certo tumulto exposto na tela da televisão. As crianças vêm-se envolvidas em histórias colocadas pelos jogos que, aos adultos, apresentam uma total falta de clareza: na maioria das situações que as crianças têm que enfrentar nos jogos, os obstáculos são “arriscados”, obscuros, imprecisos e descontínuos. Os estágios e os níveis (muitas vezes irregulares) que as crianças têm que superar para passarem à fase seguinte dos jogos são, geralmente, imersos num contexto caótico: os jogos são de conteúdo turbulento, com símbolos sobrepostos e desencadeados que aparecem aleatoriamente na tela da TV.

Por tudo isso, não é de admirar que os adultos se esforcem para impor certos limites a essa atividade infantil: eles não entendem a lógica dos jogos eletrônicos atuais. Para os adultos, que tentam, de todas as formas, ordenar a maioria das situações do mundo no qual vivem, que almejam a ordem acima de tudo, o conteúdo proposto pelos jogos gera uma enorme sensação de desconforto. Os jogos eletrônicos atuais estão muito mais inseridos numa lógica de *caos* do que numa lógica de *ordem*. Uma lógica de caos com a qual os adultos não estão acostumados a lidar.

Mas é importante referir que essa atividade é confusa e contraditória aos olhos adultos. As crianças (que têm tal atividade como a preferida delas), na maioria das vezes sabem bem o que e como fazer para vencer os obstáculos, para enfrentar as (para elas, nem tão difíceis) situações que se apresentam, para superar os níveis e passar às fases posteriores. Enfim, as crianças sabem como “navegar” pelo ondulatório conteúdo dos jogos.

Rushkoff (1999), em seu livro *Um jogo chamado futuro*, faz um interessante estudo acerca do surgimento e desenvolvimento dos *video games*, relacionando-os a acontecimentos tecnológicos desenvolvidos no e pelo mundo contemporâneo.

O avanço dos videogames ao longo das três últimas décadas se baseou no surgimento de novas tecnologias. Foi menos um desenvolvimento artístico conscientemente dirigido do que uma corrida para utilizar os novos chips, técnicas de criação de imagens e placas gráficas. Toda vez que surgia uma nova tecnologia, os

criadores redefiniam a essência de seus jogos em função do novo hardware. (...) O estilo e conteúdo dos jogos se baseia nas qualidades específicas das novas máquinas à medida que são criadas. Dessa forma, a própria tecnologia impõe a direção da evolução do videogame. (id., ibid.:167,168)

Este autor – ao traçar a evolução tecnológica dos jogos de duelo (*Pong*, *Street Fighter*, *Mortal Kombat*), dos jogos de busca ou de estratégia (*Adventure*, *Zelda*, *Deja Vu*), e dos jogos do tipo apocalipse (*Asteróides*, *Space Invaders*, *Ms Pacman*, *Mario*, *Super Mario*, *Mega Man*, *Doom*) – salienta que os primeiros jogos que apareceram (independente do tipo) eram produzidos com processadores de formas muito simples, que permitiam apenas uma imagem bidimensional que pouco se movia. A partir do momento em que as máquinas de *vídeo games* ganharam capacidades gráficas reais, os personagens passaram a ser representados não mais por linhas simples, mas por figuras de desenho ou por fotografias digitalizadas que se moviam muito mais rapidamente. Em seu último estágio, os jogos apresentam figuras poligonais tridimensionais, permitindo que o campo de jogo seja circular e que os jogadores se movimentem livremente. “Os jogos evoluem de pontos de vista objetificados até os cada vez mais participativos. Passam de histórias contadas ou observadas a histórias vividas. O mundo é gerado pelos comandos a medida que andamos por ele. Em alguns jogos, pode-se ver o cenário sendo renderizado<sup>60</sup> à medida que se aproxima” (Rushkoff, 1999:173). Os jogos eletrônicos em seu último estágio, por toda a tecnologia com que são produzidos, permitem que o jogador esteja completamente dentro do ponto de vista do personagem e se caracterizam por colocarem histórias e cenários em que o mundo está em completa desordem.

A relação dos jogos eletrônicos em seu último estágio com uma completa desordem do mundo não é muito difícil de ser feita. Os jogos atuais inserem-se num contexto tecnológico contemporâneo caracterizado exatamente pela escassez de regulamentos normativos: regulamentos esses que tratavam de ordenar as coisas do mundo. É por esse viés que podemos entender a resistência dos adultos a esses jogos. A criança de hoje, nascida numa cultura mediada pela televisão e pelo computador –

---

<sup>60</sup> Paulo Cezar Castanheira, tradutor do livro em questão, explica (em nota de rodapé apresentada na p. 168) que “em computação gráfica, renderização é o processo de dar o acabamento à figura criada, dando-lhe cor, sombra e textura”.

criança que Rushkoff (ibid.) chama de *screenager* – vê aquilo que chamamos de “desordem” como um fato *normal* do seu tempo. As crianças não entendem essa desordem como uma ameaça e lidam muito melhor com ela do que os adultos. Talvez seja por isso que as atividades realizadas no canto dos equipamentos eletrônicos dos espaços infantis são, ao mesmo tempo, atividades temidas pelas atendedoras e preferidas pelas crianças.

### *As funções dos espaços infantis*

Um outro aspecto que considero importante ser analisado são as funções desempenhadas pelos espaços infantis do *Clube da Criança*. A forma pela qual as famílias efetuam o pagamento dos serviços prestados por essa empresa foi, de certo modo, o que me permitiu perceber duas diferentes funções executadas pelos espaços infantis. Isso não significa que as funções (que comentarei a seguir) sejam traduzidas apenas pelas formas de pagamento. Significa, tão somente, que foi através de tais formas que, *inicialmente*, percebi a diferença entre as funções.

Como quase tudo dentro de um *shopping*, a prática de realizar atividades diversas com as crianças, num espaço montado especialmente para recebê-las, funciona através de pagamento. Para deixar uma criança nesses espaços, tem que se pagar uma taxa que varia de acordo com o tempo que essa criança permanece sob os cuidados das atendedoras, contratadas e treinadas pela referida empresa. Num dos lados do folheto que divulga os serviços oferecidos pelo *Clube da Criança*, lê-se: *Preços, você paga pelo tempo que seu filho se divertir*. Geralmente, é cobrada uma quantia correspondente ao mínimo de tempo que a criança tem para ficar ali (que é de meia hora). Ultrapassando a primeira meia hora, é cobrada mais uma quantia a cada quinze minutos adicionais<sup>61</sup>.

Esse sistema de pagamento funcionou por um bom tempo, sem apresentar variações, desde que a empresa instalou suas dependências nos dois *shopping centers* em questão. O que começou a chamar minha atenção foi o fato de a empresa, há

algum tempo atrás, oferecer outras formas de pagamento como, por exemplo, o pagamento de mensalidades (ver anexo 18). Quando indagadas do porquê desta variação na cobrança dos serviços, as gerentes deram a entender que essa foi uma iniciativa natural da empresa no momento em que se começou a perceber que várias crianças voltavam quase que diariamente. Nesse sentido, a razão pela qual houve tal variação estaria explicada pela idéia de que as famílias responsáveis por levar suas crianças com certa freqüência e regularidade até esses espaços teriam garantidos alguns descontos especiais ao efetuarem o pagamento. Simples assim e, digamos, *quase* natural. No entanto, penso que o ato das famílias de retornarem a esses espaços com suas crianças, seguindo certa regularidade, deve ser examinado com algum cuidado.

Em entrevistas que realizei com mães ou com adultos responsáveis pelas crianças que freqüentam tais espaços, pude perceber duas principais diferentes funções que, para as famílias, esses espaços têm desempenhado: 1) a de *guardar* (com segurança) a criança e *diverti-la* por algum tempo e, 2) além disso, a de *ensiná-la* a conviver e dividir com outras crianças.

1) Para as famílias que atribuem a esses espaços infantis a função de *guarda e cuidado*, verifiquei dois casos semelhantes, mas distintos: o caso das mães que optam por deixar seus filhos sob o cuidado da empresa porque desejam, mais tranqüilamente, realizar algumas compras no interior do *shopping* e preferem não estar na companhia dos filhos nestes momentos; e o caso das mães que precisam ir ao banco, ou ao centro da cidade, ou ao cabeleireiro, ou a qualquer outro lugar fora do *shopping center*, onde não querem levar as crianças ou preferem que elas não estejam junto.

No primeiro caso, as famílias pagam pelos trinta minutos iniciais de permanência da criança dentro da cerca e não se afastam do *shopping center* nesse período de tempo. Algumas delas, entre uma volta e outra, acabam passando propositadamente por ali para observar o comportamento da criança ou apenas para abanar-lhe ou, ainda, para fazer ambas as coisas, mais ou menos numa tentativa de dizer “não se preocupe, estou por aqui”. Trata-se, geralmente, de crianças que não estão repetidas vezes nesses espaços e que, por isso, não estão acostumadas a neles

---

<sup>61</sup> Os valores, verificados em novembro de 2001, são de R\$ 5.00 pelos primeiros trinta minutos e R\$ 2.00 por cada quinze minutos adicionais.

ficar. Estão ali, momentaneamente, enquanto seus responsáveis realizam outras atividades dentro do *shopping*.

No segundo caso, a forma de pagamento mais comum é aquela em que a família paga antecipadamente pelos trinta minutos iniciais e, após sua volta, efetua o pagamento de cada quinze minutos adicionais que a criança permaneceu sob os cuidados das atendentes da empresa.

Em ambas as situações, a empresa *Clube da Criança* acaba executando a função de cuidar das crianças por alguns momentos e, ao mesmo tempo, oferecer diversão a elas. Na opinião de algumas mães, o sucesso e a utilidade da empresa está exatamente no fato de que ela consegue suprir a necessidade de algumas famílias de deixarem seus filhos sob o cuidado de outras pessoas, mesmo que seja por um curto período de tempo, e, de forma simultânea, atrair o interesse das crianças, fazendo com que elas gostem de estar num local como esse – e que, muitas vezes, até pedem para estar lá. Alia-se a isso a segurança e o conforto que tais espaços oferecem, não apenas às crianças, mas também a suas famílias. De acordo com o folheto de divulgação da empresa, trata-se d’*A alegria dos filhos com a tranqüilidade dos pais*.

Para a maioria das mães entrevistadas – que atribuem ao *Clube da Criança* a função de cuidar e divertir seus filhos por alguns momentos – a empresa tem a capacidade de executar muito eficazmente o seu papel. Esse é um dos motivos pelo qual a *tranqüilidade dos pais* fica efetivamente garantida. Nas palavras de uma mãe:

*o Clube da Criança oferece várias vantagens de segurança que nem sempre são oferecidas por uma babá, por exemplo. (mãe)*

Nesse sentido, é importante destacar que o *Clube da Criança* mantém convênio com uma empresa que presta socorro médico em caso de qualquer eventualidade. Tratando-se de um acidente leve, a pessoa responsável pelo espaço infantil entra em contato com a empresa de saúde que envia uma UTI móvel para prestar socorro no próprio local. Tratando-se de um acidente mais grave, a criança é momentaneamente deslocada a um hospital, sob os cuidados dos profissionais médicos da empresa de saúde e acompanhadas por atendentes da empresa *Clube da Criança*. De acordo com uma das gerentes do *Clube da Criança* – que enfatiza o fato de que nunca houve nenhum tipo de acidente – essas são precauções que fazem

muita diferença sobre a decisão das famílias de deixarem seus filhos no referido espaço infantil ao invés de deixá-los com outras pessoas:

qual é a função da babá? Cuidar. A empresa *Clube da Criança* funciona também como uma babá: cuida-se, trocam-se fraldas, leva-se a criança ao banheiro, controla-se o horário de remédios. Mas o nosso serviço é muito mais completo. (gerente)

E a gerente continua:

em primeiro lugar, as famílias procuram o *Clube da Criança* por uma questão prática: elas sabem que as crianças vão ficar bem cuidadas. As famílias sabem que podem sair descansadas e tranquilas porque as crianças vão ficar o tempo todo no local e só vão ser entregues às mesmas pessoas que deixaram as crianças lá. Então, primeiramente, praticidade, segurança e tranquilidade. (gerente)

Tal tranquilidade é assegurada também pela possibilidade de comunicação entre empresa e famílias, mesmo que estas últimas não estejam nas dependências do *shopping center*. No momento em que as famílias entregam as crianças aos cuidados das atendentes, podem levar consigo um *bip* que tem um alcance de transmissão por toda a cidade de Porto Alegre. Trata-se de um aparelho sonoro especializado para emissão e recebimento de mensagens, caso seja necessário. Além disso, o contato com as famílias pode ser feito através de ligações para os telefones celulares dos pais e das mães, cujos números são cuidadosamente registrados na ficha cadastral da criança. Como o próprio folheto de divulgação desses espaços anuncia: *os pequenos vão viver momentos “inesquecíveis” e você vai poder “esquecer” deles com toda a segurança e tranquilidade* (ver anexo 19).

2) Para as famílias que atribuem aos referidos espaços infantis a função de ensinar seus filhos a conviver e dividir com outras crianças, verifiquei uma situação, digamos, um tanto “curiosa”: famílias que se programam para, diariamente, deixar as crianças sob o cuidado dessa empresa, porque entendem que, mais do que servirem como uma distração aos seus filhos (divertindo-os e cuidando deles), tais espaços infantis oferecem um ambiente favorável à aquisição de novos ensinamentos. Em outras palavras: para essas famílias, além do fato de esses espaços oferecerem todas

as vantagens de segurança e proteção, proporcionando momentos de lazer e diversão às crianças, ao mesmo tempo em que cuida delas com muita eficiência, tais espaços são considerados espaços educacionais de grande importância para a formação de seus filhos, principalmente no que tange à socialização e ao convívio deles com outras crianças. Isso significa que tais espaços começam a assumir uma função socializadora que, na opinião das mães, era antes preferencialmente das escolas. E, tal como nas escolinhas particulares de Educação Infantil, as famílias têm começado a pagar mensalidades para a empresa, ou seja, tornam-se “mensalistas” e pagam antecipadamente um determinado valor pelo serviço. Novamente, é o folheto de divulgação quem anuncia: *uma divertida babá express, você pode se tornar um mensalista, comprando horas antecipadas, recebendo descontos especiais*. Esse tipo de plano é recomendado para quem costuma deixar suas crianças com alguma frequência nesses locais e, muitas vezes, costuma, diariamente, marcar hora certa de chegada e saída das crianças, como se fosse uma “escolinha”.

Três fatores (em combinação) me levam a concluir que os espaços infantis do *Clube da Criança* desempenham funções educativas e que se assemelham às escolinhas de Educação Infantil. Todos os três fatores (comentados logo a seguir) dizem respeito a adaptações nos serviços oferecidos pela empresa. Importante destacar que, apesar da ordem (primeiro, segundo e terceiro) com que os fatores aparecem neste texto, não pretendo dar maior grau de importância a um do que a outro. Eles assim aparecem dispostos, apenas porque tive que começar por algum.

O primeiro fator (acima comentado) refere-se ao fato de que a empresa está agregando as chamadas mensalidades às antigas formas de pagamento, no sentido de facilitar uma situação que já vinha ocorrendo no local: exatamente a situação de algumas famílias deixarem suas crianças com certa regularidade no espaço infantil. Essa adaptação das formas de pagamento foi efetivada tão logo se percebeu um repetido retorno (de determinadas crianças) aos referidos espaços.

O segundo fator que evidencia a semelhança dos espaços infantis dos *shopping centers* com as escolinhas de Educação Infantil e que evidencia o seu caráter também educativo diz respeito à adaptação que foi feita no quadro de funcionárias da empresa, traduzida pela contratação de profissionais especializadas na área de educação. Tal adaptação foi efetivada no momento em que se percebeu

uma certa preocupação das mães e dos pais com a formação das atendentes. De acordo com uma das gerentes da empresa,

as famílias que deixam seus filhos com frequência no *Clube da Criança*, geralmente perguntam se as meninas têm formação na área de Educação Infantil ou se são instruídas por alguém que tenha. Também se preocupam em perguntar se existe uma profissional responsável pela parte pedagógica. (gerente)

Na medida em que tal preocupação passou a ser constante, constituindo-se num fator decisivo para que as famílias optassem pelo serviço oferecido pelo *Clube da Criança*, essa empresa decidiu por tornar *obrigatória* a atuação de profissionais com formação específica na área educacional. Nesse sentido, duas medidas foram tomadas pela empresa: houve uma nova seleção de pessoal e contratação de recreacionistas, formadas (ou em formação) preferencialmente nos cursos de Magistério e Pedagogia; e houve, também, a contratação de uma pedagoga responsável pela coordenação pedagógica dos quatro espaços infantis do *Clube da Criança* (localizados nos *shopping centers* Iguatemi, Praia de Belas, Bourbon e Big). Essas duas categorias de profissionais, juntamente com uma outra que é a das gerentes, passaram a constituir o quadro de funcionárias do *Clube da Criança* em sua nova fase, readaptada para melhor cumprir com essa outra função que passou a desempenhar: a função educativa.

As atendentes recreacionistas são as pessoas que lidam diretamente com as crianças, auxiliando-as nas atividades e cuidando do bem-estar delas. A pedagoga é a pessoa que faz visitas regulares às quatro lojas, a fim de orientar pedagogicamente o trabalho realizado em todas elas. A atuação da pedagoga faz-se diretamente com as recreacionistas, auxiliando-as em seu contato diário com as crianças; e com as gerentes, dando sugestões referentes à organização do espaço e à inclusão de novas “atividades que possam contribuir no desenvolvimento psicomotor e cognitivo das crianças”. A pedagoga da empresa salienta que

a coordenação pedagógica é muito importante porque é a pedagoga quem sabe direcionar as atividades, quem sabe a importância e a utilidade de determinados brinquedos. As gerentes, porque não são pedagogas, não sabem fazer

isso. Minhas sugestões são, na maioria das vezes, acatadas por todas as gerentes. (pedagoga)

Para a empresa, seus espaços infantis são considerados como espaços educacionais porque o atendimento pedagógico é uma preocupação constante de todas as funcionárias do *Clube da Criança*. Nesse sentido, a pedagoga afirma:

com toda a certeza, nossos espaços executam funções típicas das escolinhas de Educação Infantil, principalmente na área da recreação. (pedagoga)

A pedagoga ainda enfatiza que os espaços infantis em questão constituem-se em ambientes de trabalho muito favoráveis às recreacionistas:

aquelas que já são formadas, têm a oportunidade de conciliar a bagagem teórica que trazem dos cursos de Magistério ou de Pedagogia com a prática que realizam diariamente com as crianças; para as que ainda estão em formação, esses espaços servem como um ótimo estágio. (pedagoga)

O terceiro fator que evidencia a função educativa desempenhada pelos espaços infantis do *Clube da Criança* diz respeito à adaptação que essa empresa realizou em suas atividades e à preocupação com a seleção e utilização de determinados brinquedos e determinadas brincadeiras.

Com relação aos brinquedos, foi salientado pela gerente que eles têm que ser, antes de tudo, seguros:

brinquedos de plásticos, de formas arredondadas, que não tenham pontas agudas, para que não machuquem as crianças. (gerente)

Algumas atendedoras recreacionistas explicaram-me que as crianças têm a sua disposição diferentes brinquedos direcionados à faixa etária dos dois aos dez anos e que esses brinquedos são, ao mesmo tempo, úteis tanto para o divertimento das crianças quanto para o desenvolvimento de sua coordenação motora. Nesse sentido, destacam-se, por exemplo, alguns brinquedos como o pula-pula e o escorregador: esses dois brinquedos são considerados importantes porque as crianças têm a

oportunidade de movimentarem seus corpos de forma ampla, pulando, saltando, correndo, subindo escadas, escorregando... Tais movimentos, de acordo com as recreacionistas, permitem não apenas a diversão das crianças, mas principalmente, “o desenvolvimento da coordenação motora ampla”<sup>62</sup>. Para as atendedoras, ao brincarem nos referidos brinquedos, as crianças, ao mesmo tempo em que se divertem, vão trabalhando o espaço do seu corpo e o espaço à sua volta, o que permite a ela ir, paulatinamente, formulando melhor uma “noção espacial”. As atendedoras salientam, ainda, que essa “noção espacial” é trabalhada através da utilização de tais brinquedos, na medida em que, tratando-se do pula-pula, as crianças têm que manter um equilíbrio do seu corpo, pulando e cuidando para não caírem e para não esbarrarem nos outros corpos que também pulam no mesmo espaço; tratando-se do escorregador, as crianças têm que igualmente manter um equilíbrio do seu corpo, subindo as escadas, escorregando rapidamente pela tábua, caindo com os dois pés no chão e correndo de volta para a fila das escadas, sem esbarrarem em outras crianças.

*São brinquedos muito divertidos e com eles as crianças trabalham amplamente os limites do corpo. (recreacionista)*

Além disso, há algumas atividades – como os jogos de memória, de cor, de forma e de montagem – que são consideradas “mais pedagógicas” do que outras, por sua capacidade de melhor auxiliar as crianças em suas aprendizagens. De acordo com as recreacionistas, tais atividades são importantes porque, ao realizá-las, as crianças desenvolvem “o raciocínio”, “a criatividade” e “a coordenação motora fina”. Os jogos de montagem de blocos, por exemplo, destacam-se por permitirem às crianças o movimento dos dedos e das mãos ao mesmo tempo em que permitem a construção de objetos, desenvolvendo a criatividade (as peças têm que ser encaixadas umas às outras, de modo que, juntas, tomem a forma de algum objeto conhecido, que pode ser utilizado em brincadeiras entre as crianças: elas montam carrinhos, casinhas, dinossauros, bonecos, animais, armas<sup>63</sup>, castelos, torres, trens, entre muitas outras

---

<sup>62</sup> A utilização das aspas em determinados trechos deste texto significa que as expressões em destaque foram salientadas pelas pessoas entrevistadas, ainda que nem sempre eu traga a fala literal dessas pessoas como citação.

<sup>63</sup> As recreacionistas salientaram que, mesmo que não se proíba a construção de armas, a montagem desse objeto com os blocos não é incentivada, “para não estimular a violência”. Quando elas

coisas). Outra atividade destacada é aquela realizada com os quebra-cabeças, por permitirem às crianças encaixarem as peças nos seus devidos lugares, recompondo uma figura-fundo decomposta. De acordo com uma atendente,

*algumas crianças apresentam mais dificuldade do que outras, mas nós ajudamos quando elas precisam, até que consigam montar sozinhas. (recreacionista)*

As atividades que, de acordo com as atendentes, têm a finalidade de desenvolver a coordenação motora fina são realizadas nas mesinhas ou, caso as crianças prefiram, podem também ser realizadas no chão ou no tapete:

*o importante é que as crianças sintam-se à vontade ao brincarem. (recreacionista)*

As recreacionistas são orientadas pela pedagoga para o direcionamento de algumas atividades em determinados momentos. Leitura, conto de histórias, desenho, pintura, quebra-cabeça e filmes de vídeo são atividades geralmente aconselhadas para acalmar e relaxar as crianças, principalmente em duas situações:

*quando as crianças chegam para brincar logo após as refeições ou quando as crianças chegam muito estressadas, cansadas ou agitadas. (pedagoga)*

O que pude perceber, com relação à adaptação que a empresa realizou no que se refere às atividades e brinquedos que estão à disposição das crianças nos espaços infantis, é que, com o aconselhamento pedagógico, algumas atividades foram agregadas às atividades antes executadas. Destacam-se, entre elas, a leitura e o conto de histórias, em função da importância que a pedagoga atribui ao contato das crianças com os livros:

*para a formação de crianças leitoras e para que elas ampliem o vocabulário e desenvolvam a imaginação. (pedagoga)*

---

percebem que as crianças estão montando armas, sugerem a construção de outros objetos, ainda que algumas crianças resistam e acabem montando e brincando com as armas que construíram.

E mais do que o acréscimo de algumas atividades, é preciso dizer que os demais brinquedos e atividades, mesmo que já fizessem parte dos espaços infantis, não eram antes utilizados intencionalmente. Com a chegada da pedagoga e das recreacionistas, a esses brinquedos e a essas atividades foram atribuídas determinadas funções pedagógicas, isto é, tudo o que é realizado dentro do espaço infantil foi classificado quanto à importância que exerce no desenvolvimento geral da criança: “desenvolvimento motor amplo e fino, cognitivo, da criatividade, da imaginação, do raciocínio”. A maioria dos brinquedos e atividades que integram os espaços infantis continuam sendo os mesmos; a diferença é que, agora, com a atuação de profissionais do campo da educação, diz-se que determinados brinquedos e que determinadas atividades são importantes porque trabalham determinados aspectos do desenvolvimento infantil; ou seja, esses brinquedos e essas atividades começaram a ser utilizados sempre com alguma função específica:

todos eles servem para alguma coisa e as recreacionistas sabem disso. (pedagoga)

Em outras palavras: mesmo que as crianças continuem brincando com os mesmos brinquedos e realizando as mesmas atividades (com exceção de algumas que foram incorporadas ao espaço somente há algum tempo atrás), o espaço infantil foi todo classificado e para cada atividade destinou-se determinadas funções educativas.

Além disso, as atendentes recreacionistas orientam as crianças no sentido de intercalar atividades. Exatamente porque a cada brinquedo e a cada atividade são atribuídas funções diferenciadas, as atendentes dizem que é importante que as crianças circulem entre os brinquedos e atividades, de modo que realizem diferentes práticas, para trabalharem em si diferentes aspectos do seu desenvolvimento. De acordo com as funcionárias do *Clube da Criança*,

a orientação pedagógica das atividades é uma grande preocupação da empresa. (gerente)

Outra consideração a ser destacada diz respeito à importância que as funcionárias atribuem à interação entre as crianças no espaço infantil. Para as recreacionistas, além de os brinquedos e as atividades serem úteis ao

desenvolvimento das crianças, essa prática de elas brincarem juntas em muito contribui, também, para que elas desenvolvam o

*espírito de coleguismo, de amizade e o sentimento de segurança. (recreacionista)*

A intervenção das recreacionistas acontece no sentido de

*proporcionar às crianças um clima harmonioso, para que elas sintam-se bem, seguras e amigas. (pedagoga)*

Uma das gerentes da empresa salientou que algumas famílias deixam a criança no espaço infantil antes da sua entrada na creche. Nesse caso, o espaço infantil serve como um “período de adaptação”, como “um intercâmbio”:

*vai soltando a criança aos poucos, até ela se sentir um pouco mais segura, mais amiga, mais protegida. E as mães deixam como se fosse na creche. Isso acontece muito. (gerente)*

A combinação dos três principais fatores que salientei evidencia a função educativa desempenhada pelos espaços infantis do *Clube da Criança* e a semelhança das práticas realizadas nesses espaços (e da forma como tais práticas são realizadas) com as práticas geralmente realizadas em escolas de Educação Infantil. Percebe-se que, ao incorporar a função educativa que as famílias passaram a atribuir a esses espaços, a empresa acabou também por incorporar um discurso tipicamente educacional, traduzido pela importância que se passou a dar à realização de práticas recreativas que desempenham papéis específicos e que são consideradas como práticas facilitadoras do desenvolvimento infantil, como também pela importância que se passou a dar à intencionalidade da ação das profissionais especializadas – e, portanto, devidamente capacitadas – na área da educação.

*Facilitar*, através do pagamento de mensalidades, a presença diária de determinadas crianças; *incorporar*, como medida obrigatória, profissionais formadas ou em formação no campo da educação e, assim, incorporar uma preocupação – por parte dessas profissionais – essencialmente educativa; *atribuir* funções educativas aos brinquedos e às atividades realizadas com as crianças, classificando as práticas

pela importância que apresentam ao desenvolvimento infantil e alternando essas práticas para que as crianças tenham facilitados vários aspectos do seu desenvolvimento: foi no entrecruzamento dessas três principais alterações feitas em torno dos serviços oferecidos pela empresa que se deu a constituição desse novo espaço que passa a ser também educacional.

Por tudo isso, é possível pensar que esses espaços estejam, para muitas crianças, substituindo as escolinhas que seriam responsáveis por, entre outras coisas, uma socialização infantil e pelo desenvolvimento de determinadas capacidades/habilidades/potencialidades das crianças.

Mas quero salientar que, ao dizer isso, não estou sugerindo que tais espaços pudessem efetivamente tomar o lugar das escolinhas, fazendo com que elas perdessem sua força ou utilidade ou que, então, desaparecessem. Não está em questão aqui se as escolinhas vão ser “realmente” substituídas em sua totalidade por espaços infantis dos *shoppings* ou de qualquer outra instância cultural. A questão é que vivemos um tempo de algumas importantes transformações na organização social, política, cultural e econômica das nossas sociedades e que, conectado a isso, nosso mundo contemporâneo tem procurado outras formas de produzir os sujeitos sociais que correspondam às novas realidades. Portanto, não se trata aqui de saber se uma coisa poderá substituir a outra, mas sim de perceber que novas práticas estão sendo colocadas em funcionamento (tanto como produto, quanto como produtoras de determinadas transformações) e que tais práticas coexistem, no mundo atual, com aquelas nossas já conhecidas formas de tratamento infantil.

Com relação às transformações na organização das nossas sociedades, de que falei no parágrafo precedente, Bauman (1999) destaca que a contemporaneidade tem se caracterizado por colocar em operação alguns deslocamentos referentes ao controle da nossa ordem social. Um deles – e, talvez, o mais forte e poderoso de todos – diz respeito ao crescente engrandecimento das forças de mercado que, atualmente, passam não apenas a influenciar, mas também, e principalmente, a coordenar/conduzir/induzir/arranjar/orientar a organização dos espaços e o controle da ordem. Disso resulta o paradoxo responsável pela sensação de incerteza e insegurança característica do mundo atual: ordem, no sentido moderno, supõe a existência de regulamentos normativos que visam ao bom funcionamento das coisas. O que acontece, no entanto, no caso das forças de mercado, é que elas dificilmente

aparecem dispostas simetricamente ou com regras específicas fixadas em um único e determinado lugar, o que as faz não manter determinadas regularidades (através das quais a lógica moderna trata de controlar a ordem). A transferência do controle da ordem de um lugar para outro, ou seja, a mudança de posição da ordem – operada *no* e *pelo* mundo contemporâneo – que deixa cada vez mais de ser controlada por determinados blocos de poder, através de certos conjuntos de prescrições específicas e passa a ser conduzida mais diretamente pelas forças de mercado é apontada por Bauman (1999) como uma das principais transformações em operação atualmente. Em função da mobilidade que as forças de mercado apresentam – como uma de suas características mais marcantes – novos pontos de convergência aparecem a todo momento, assim como também são, da mesma maneira, facilmente descartados. Disso resulta que dificilmente sabemos com certeza de que lugar as novas – e agora também móveis – ordens serão estabelecidas, porque o controle delas está muito disperso e difusamente distribuído. Contudo, isso não significa que tal controle deixe de ter efeitos normalizadores. Significa, apenas, que a própria normalização das instituições, das pessoas, enfim, das coisas do nosso mundo, também está passando por mudanças responsáveis por torná-la algo que corresponda com nossas novas formas de organização da vida atual.

Penso que as idéias de Bauman (ibid.), acima expostas, em muito podem nos ajudar a entender melhor a função educativa assumida pelos espaços infantis dos *shopping centers*. Se pensarmos em tais espaços levando em consideração as colocações desse autor, talvez possamos supor que: a função essencialmente educativa como única e exclusiva das escolas é uma idéia que está inserida numa concepção moderna de ordem. Nesse sentido, existem determinados regulamentos normativos muito bem definidos que classificam a função educativa como basicamente escolar. No entanto, atualmente, determinadas regularidades e prescrições que fixam a função educativa a um determinado bloco de poder, a um único lugar específico (à instituição escolar) vêm sendo substituídas pela mobilidade das forças de mercado que permitem o aparecimento de novas (e também móveis) ordens, através das quais a função educativa passa a ser atribuída também a outros lugares (como, nesse caso, aos espaços infantis dos *shopping centers*). Mas isso não significa que a função educativa, uma vez atribuída a outros lugares, passará a ser exclusiva desses (e fixada nesses) lugares: da mesma forma que se atribui a função

educativa a um determinado lugar, essa mesma função pode, sem maiores confusões, ser rapidamente descartada desse lugar e instalada em outros e diferentes lugares; e ela pode ser parte de muitos lugares ao mesmo tempo, ainda que tenha uma determinada instituição (a escola) como o local preferencial onde ela acontece. Isso permite uma distribuição dispersa e difusa da função educativa, exatamente porque o controle da sua ordem apresenta a mobilidade como principal característica. Mas, como enfatiza Bauman (ibid.), isso não quer dizer escassez de efeitos normalizadores: a normalização da função educativa está, tão somente, correspondendo com nossas novas formas gerais de organização e ordenação do mundo.

Acredito que, tal como as pretensões modernas de controle e normalização disso a que chamamos infância, as práticas realizadas com crianças em outras instituições, que não a escola, pretendem também continuar normalizando – ou, se não pretendem, pelo menos, penso ser este o efeito a que chegam. Simultaneamente à constituição dos tempos e espaços modernos, a escola – e basicamente ela – produzia os sujeitos para viverem de acordo com os códigos sociais modernos. Na contemporaneidade, começam a aparecer outros locais onde se “capturam” as crianças – produzindo-as de determinada forma – dos quais os espaços infantis aqui examinados são apenas um exemplo. Acredito que quanto mais esses espaços se expandirem, maiores serão os efeitos normalizadores sobre a infância atual, relativamente às transformações operadas no e pelo mundo contemporâneo.

A efetivação de práticas educacionais localizadas para além dos muros escolares me incita a considerar o contexto no qual os espaços infantis em questão nesse estudo estão situados: novas configurações de práticas educacionais que foram transferidas para dentro de instituições como os *shopping centers* que são, por excelência, locais destinados à realização de práticas comerciais – de compra, de venda, de troca, de consumo. Acredito que o fato de as crianças estarem também sendo formadas dentro de espaços como *shopping centers* está conectado à “poderosa” posição de importância que as forças de mercado têm ocupado nas nossas formas contemporâneas de organização social. Não é simplesmente por acaso que se começa a envolver as crianças em práticas educacionais num local como o *shopping center*, que é, além de outras coisas, um local privilegiado de circulação de estratégias de mercado.

Mas – vou novamente enfatizar –, ao fazer tal consideração não estou sugerindo que a escola perca a legitimidade que tem enquanto o local onde a educação acontece. Portanto, não se trata de saber ou de prever se, daqui a algum tempo, a escola estará de tal modo enfraquecida a ponto de dar o seu lugar de realizar práticas educacionais a outras instâncias culturais. Trata-se, antes, tão somente, de começarmos a olhar para essas novas configurações e de começarmos a perceber que essas coisas, em conjunto com as práticas já existentes há muito tempo, também estão orientando os sentidos atuais de infância e, dessa forma, produzindo, moldando, fabricando, forjando, ensinando, educando as crianças para viverem num mundo em que a liberdade do mercado e do capital está, crescentemente, sendo colocada à frente de todas as outras liberdades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ABRASCE. *Estatutos*. Capítulo 11. art. 4º. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de *Shopping Centers*, 1983.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ATLAS ambiental de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

AURÉLIO, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. A busca da ordem. In: \_\_\_\_\_. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BARRET-KRIEGEL, Blandine. Michel Foucault y el Estado de policía. In: BALBIER, E. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990.

BRASIL. *Constituição*, 1988. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998 (volumes 1 e 2).

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. O fio a e trama: as crianças nas malhas do poder. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.25 n.1, p.25-44, jan./jun. 2000.

\_\_\_\_\_. *Infância e maquinarias*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

BURMEISTER, Newton. (2000). A necessária releitura da cidade. In: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/smp>

CANCLINI, Néstor García. O consumo serve para pensar. In: \_\_\_\_\_. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CASTRO, Ignacio. Altares de tecnología punta. *Archipiélago*, Madrid, n.34-35, 1998.

COSTA, Marisa Vorraber. Novos olhares na pesquisa em educação. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Porto Alegre: Mediação, 1996.

\_\_\_\_\_ (org.) *Estudos Culturais em Educação*. Mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: UFRGS, 2000.

DEAN, Mitchell. *Governamentality: power and rule in Modern Society*. Great Britain: Sage Publication, 1999.

DELEUZE, Gilles. Controle e devir. In: \_\_\_\_\_. *Conversações*. São Paulo: Trinta e Quatro, 1992a.

\_\_\_\_\_. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: \_\_\_\_\_. *Conversações*. São Paulo: Trinta e Quatro, 1992b.

DOMINGUES, Ivan. A experiência do tempo e da história. In: \_\_\_\_\_. *O fio e a trama*. Belo Horizonte: UFMG e Iluminuras, 1996.

DROZ, Genevière. A alegoria da caverna. In: \_\_\_\_\_. *Os mitos platônicos*. Brasília: UnB, 1997.

DUVAL, Paul. Princípios básicos para o planejamento dos *shopping centers*. In: ABRASCE. *Shopping center e desenvolvimento econômico e social*. São Paulo: ABRASCE, 1980.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

FONSECA, Sérgio Koury de Assis. Apresentação conceitual e histórica (Painel 1). In: ABRASCE. *Seminário Shopping Centers, o investimento que deu certo*. Rio de Janeiro: ABRAPP / ABRASCE, 1993.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Omnes et singulatim: hacia una critica de la Razon Politica. In: \_\_\_\_\_. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidói Ibérica, 1991.

\_\_\_\_\_. O olho do poder. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992a.

\_\_\_\_\_. A Governamentalidade. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992b.

\_\_\_\_\_. Soberania e disciplina. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992c.

\_\_\_\_\_. Verdade e Poder. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992d.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além dos estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. Conferência V. In: \_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

\_\_\_\_\_. Segurança, território e população (1977-1978). In: \_\_\_\_\_. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. In: \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 – 1976)*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GEYER, Jorge F. *Shopping Center e desenvolvimento social*. In: ABRASCE. *Shopping center e desenvolvimento econômico e social*. São Paulo: ABRASCE, 1980.

GRÜN, Mauro e COSTA, Marisa Vorraber. A aventura de retomar a conversação – hermenêutica e pesquisa social. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Porto Alegre: Mediação, 1996.

GIDDENS, Anthony. Modernidade, tempo e espaço. In: \_\_\_\_\_. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras, Portugal: Celta, 2001.

HARVEY, David. Tempo e espaço como fontes de poder social. In: *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1996a.

\_\_\_\_\_. O tempo e o espaço do projeto do Iluminismo. In: *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1996b.

\_\_\_\_\_. A compressão do tempo-espaço e a ascensão do modernismo como força cultural. In: *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1996c.

\_\_\_\_\_. A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna. In: *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1996d.

HIRSCHFELDT, Robert. *Shopping Center: o templo do consumo*. Rio de Janeiro: ABRASCE, 1986.

HUYSSSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: \_\_\_\_\_. *Pedagogia Profana*. Danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LEMERT, Charles. *Postmodernism is not what you think*. Malden: Blackwell Publishers, 1997.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Era do Vazio*. Lisboa: Antropos, 1983.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968.

\_\_\_\_\_. *Porto Alegre: história e vida da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1973.

MARASCHIN, Clarice. *Alterações provocadas pelo Shopping Center Iguatemi, POA/RS, em aspectos da estrutura urbana*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

MEDEIROS, Heloisa. *Shopping: mudando conceitos. Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n.40, fev/mar, 1992.

MEIRA, Paulo Ricardo dos S. *Shopping Centers de Porto Alegre: um estudo de serviço ao cliente final*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

NARODOWSKI, Mariano. *Después de Clase: desencantos e desafios de la escuela actual*. Buenos Aires: Novedades Educativas, 1999.

PDDUA, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental da Cidade Porto Alegre. In: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/smp>.

PENNA, João Camilo. O Governo e o desenvolvimento dos *shopping centers*. In: ABRASCE. *Shopping center e desenvolvimento econômico e social*. São Paulo: ABRASCE, 1980.

PERROT, Michelle. O inspetor Bentham. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *O Panóptico*. Jeremy Bentham. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (coord.) *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, s/d.

PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIEROTTI, Antônio Paulo. Apresentação conceitual e histórica (Painel 1). In: ABRASCE. *Seminário Shopping Centers, o investimento que deu certo*. ABRAPP/ABRASCE, 1993.

PORTO ALEGRE. <http://www.portoalegre.rs.gov.br>

REVISTA *Arquitetura e Urbanismo*. n. 40. São Paulo: PINI, fev/mar, 1992

REVISTA *Lojas & Serviços*. n. 01. São Paulo: Bessa, fev/mar, 1997.

REVISTA *Alshop notícias*. n. 58. Rio de Janeiro: ALSHOP, maio, 1999.

REVISTA *Shopping Centers*. n. 106. Rio de Janeiro: ABRASCE, agosto, 1999.

RIQUE, Newton Vieira. Shopping Centers no Brasil. In: ABRASCE. *Shopping center e desenvolvimento econômico e social*. São Paulo: ABRASCE, 1980.

ROCHA, Cristianne Farmer. *Desconstruções edificantes: uma análise da ordenação do espaço como elemento do currículo*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

RUSHKOFF, Douglas. *Um jogo chamado futuro: como a cultura dos garotos pode nos ensinar a sobreviver na era do caos*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SAYÃO, Deborah Thomé. Crianças: substantivo plural. In: MOTA, Maria Renata Alonso; ALBUQUERQUE, Simone Santos de (orgs.) *Educação Infantil em Debate: das políticas públicas aos fazeres do cotidiano*. Rio Grande: FURG, 2000.

SAYON, Ricardo. (2000) Ri Happy, a brincadeira que deu certo. In: <http://www.abrasce.com.br/revnov/perfil.htm>

SEGURANÇA em *shopping centers*. (2000) In: <http://www.abrasce.com.br>

SHOPPING CENTER. <http://www.abrasce.com.br>

\_\_\_\_\_. <http://www.iguatemi-poa.com.br>

\_\_\_\_\_. <http://www.pbelas.com.br>

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999b.

SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.

STEWART, Paulo. Mais empregos do que a indústria automotiva. In: *Informativo da ABRASCE. Rumo ao Século XXI*. Rio de Janeiro, n.º 106: 10, ago. 1999.

VARELA, Julia & ÁLVAREZ-URÍA, Fernando. A maquinaria escolar. Porto Alegre: *Teoria e Educação*, n.6, 1992.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e educação: há algo de novo sob o sol? In: \_\_\_\_\_ (org.). *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

\_\_\_\_\_. Governamentalizar. In: \_\_\_\_\_. *A ordem das disciplinas*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996a.

\_\_\_\_\_. A maquinaria. In: \_\_\_\_\_. *A ordem das disciplinas*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996b.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) *Estudos Culturais em Educação*. Mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: UFRGS, 2000a.

\_\_\_\_\_. Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola? In: ALVES-MAZOTTI, Alda et al. *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000b.

\_\_\_\_\_. Currículo e telemática. In: NÓVOA, Antonio. *Currículo*. Lisboa: Setenta, 2002. No prelo.

VITELI, Celso. *Estação consumo: Shopping Centers* na identidade adolescente. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Projeto de Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

## ***REFERÊNCIAS DAS LETRAS DAS MÚSICAS***

---

LEGIÃO URBANA. Perdidos no Espaço. *CD Legião Urbana I*. Faixa 5, n.º 625197 94. EMI – Odeon, Brasil, 1984.

\_\_\_\_\_. Música Urbana. *CD Legião Urbana II*. Faixa 9, n.º 62885189. EMI – Odeon, Brasil, 1986.

\_\_\_\_\_. Baader-Meinhof Blues. *CD Acústico MTV*. Faixa 1, n.º 69216038. EMI – Brasil, 1992.

# ANEXOS



As vitrines são voltadas para os corredores do *shopping*  
(Rev. Alshop, 1999:26,32)

---

## ***ANEXO 2***



Crescimento populacional de Porto Alegre  
(Atlas Ambiental de Porto Alegre, 1998)

---

***ANEXO 4***



Artigos 60,61 e 62/Capítulo V/Lei Complementar 434/PDDUA ***ANEXO 6***  
(<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smp>)

---



Mapa de localização do *Shopping Center* Iguatemi – POA/RS  
(<http://www.iguatemi-poa.com.br>)

---

***ANEXO 8***

Mapa de localização do *Shopping Center* Praia de Belas  
(<http://www.pbelas.com.br>)

---

***ANEXO 9***

Planta geral do *Shopping Center* Praia de Belas  
(Rev. Urbanismo, 1992:44)

---

***ANEXO 10***

O aproveitamento da iluminação natural no Praia de Belas  
(Rev. Urbanismo, 1992: 46,47)

---

***ANEXO 11***

Um dos folhetos de divulgação da empresa *Clube da Criança* ***ANEXO 12***

---

Os espaços infantis do *Clube da Criança* também  
podem ser utilizados para a realização de festas de aniversário

---

## ***ANEXO 13***



O espaço é cercado por telas

***ANEXO 15***

---

Algumas principais atividades dos espaços infantis, anunciadas **ANEXO 16**  
em um dos folhetos de divulgação da empresa *Clube da Criança*

---

O destaque dado ao canto dos equipamentos eletrônicos,  
em um folheto de divulgação da empresa *Clube da Criança*

---

***ANEXO 17***

Formas de pagamento, anunciadas em um  
folheto de divulgação da empresa *Clube da Criança*

---

***ANEXO 18***



